



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**BRUNA CAROLINA GARCIA**

**O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA PNAD CONTÍNUA 2019**

**CAMPINAS  
2021**

BRUNA CAROLINA GARCIA

**O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA PNAD CONTÍNUA 2019**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Demografia.

*Orientadora:* Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO BRUNA CAROLINA GARCIA, ORIENTADA PELA PROFA. DRA. GLAUCIA DOS SANTOS MARCONDES.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

G165t Garcia, Bruna Carolina, 1996-  
O trabalho doméstico não remunerado no Brasil : uma análise a partir da  
PNAD Contínua 2019 / Bruna Carolina Garcia. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Glaucia dos Santos Marcondes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia da família. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Trabalho  
doméstico. 4. Cuidados. 5. Iniquidade de gênero. I. Marcondes, Glaucia dos  
Santos, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Unpaid domestic work in Brazil : an analysis based on the  
Continuous PNAD 2019

**Palavras-chave em inglês:**

Family demography

Sexual division of labor

Housekeeping

Care

Gender inequality

**Área de concentração:** Demografia

**Titulação:** Mestra em Demografia

**Banca examinadora:**

Glaucia dos Santos Marcondes [Orientador]

Laeticia Rodrigues de Souza

Jordana Cristina de Jesus

**Data de defesa:** 26-02-2021

**Programa de Pós-Graduação:** Demografia

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-8937-548X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3199562592594946>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 26/02/2021, considerou a candidata BRUNA CAROLINA GARCIA APROVADA.

Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes (orientadora) – NEPO/Unicamp

Profa. Dra. Laetícia Rodrigues de Souza – REIT/Unicamp

Profa. Dra. Jordana Cristina de Jesus – UFRN

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós- Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

*Às mulheres que dedicaram seu tempo em trabalho doméstico não remunerado para que eu chegasse até aqui, Licimar e Alice.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço aos Orixás por iluminarem meu caminho para que chegasse até aqui. Agradeço à minha família, em especial à minha mãe Licimar, que sempre me incentivou a estudar, e às minhas avós, Alice e Maria, por todo carinho e cuidado.

Agradeço a meu grande amor, Matheus, pois sem seu carinho, compreensão e ajuda eu jamais teria conseguido. Matheus é, além de tudo, o grande responsável por me mostrar que a Demografia era um caminho possível, e me fez sentir em casa no NEPO, na Unicamp e em Campinas. Obrigada por ser tão incrível e por nunca desistir de mim.

Agradeço à minha orientadora, Glaucia, que não me deu apenas suporte acadêmico, mas também emocional, me ajudando nas inúmeras crises existenciais durante a escrita da dissertação. Agradeço também às professoras Joice, Jordana e Laetícia, pelos comentários muito produtivos durante as bancas de qualificação e defesa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Demografia, em especial às professoras e professores que me guiaram nesse processo de formação enquanto demógrafa: Coleta, Joice, Zé Marcos, Luciana, Glaucia, Everton e Rosana. E aos meus colegas de coorte que sofreram junto comigo todas as dores e delícias desse processo: Paula, Augusto, Yeda, Paulo, Thais e Andrews. Agradeço também às funcionárias e funcionários do IFCH e do NEPO, especialmente à Adriana, responsável pela formatação impecável deste trabalho.

Agradeço ao Vinicius pelas inúmeras ajudas com o R durante a análise dos dados. E agradeço ao João Paulo, sem o qual sequer estaria estudando este tema, a quem devo de fato o meu despertar enquanto pesquisadora de gênero. Também agradeço às minhas companheiras do movimento de mulheres, em especial Dora e Lurdinha. Agradeço à minha grande amiga, Thaís Alegri, que em pouco tempo se tornou uma grande companheira e fonte de inspiração diária.

Agradeço às minhas companheiras e companheiros da Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos da Unicamp, a qual tenho imenso orgulho de participar da refundação em 2019. Em especial à Patricia, Robson, Julia e Luan. Tenho certeza de que seguiremos em defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. A ciência nunca foi tão atacada, e defender essa dissertação demonstra de fato muita resistência! Seguirei lutando para que cada pós-graduando tenha sua condição enquanto trabalhador reconhecida, que receba por seu trabalho e que tenha seus direitos garantidos.

Por fim, agradeço à CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), por proporcionar a bolsa de pesquisa (código de financiamento 001), sem a qual não seria possível realizar esta pesquisa.

*As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.*

Marielle Franco, vereadora, defensora dos Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada em 14 de março de 2018.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a realização do trabalho doméstico não remunerado ao longo do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar na população brasileira de 14 anos e mais de idade. O trabalho adota uma abordagem quantitativa descritiva utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE, para o ano de 2019. Foram construídas e analisadas as taxas de realização de afazeres domésticos e de cuidados e os tempos médio social, que considera todas as pessoas, incluindo os que declaram não realizar trabalho doméstico não remunerado; e o tempo médio participante, que considera apenas aqueles que declaram realizar afazeres domésticos e cuidados. Os resultados para os recortes etários apontam que os diferenciais por sexo no trabalho doméstico não remunerado estão presente desde o início da vida, com as mulheres assumindo as responsabilidades domésticas desde muito jovens. O período de maior pressão se dá na faixa dos 25 a 49 anos, fase de formação da união e nascimento dos filhos. Na idade avançada, observa-se que afazeres domésticos e, principalmente, cuidados são realizados por idosos para outros igualmente idosos até a idade, a partir dos 70 anos, em que passam a ser mais demandantes de cuidados. No que diz respeito aos arranjos doméstico-familiares, há uma grande pressão principalmente na presença de filhos na primeira infância, tanto em arranjos biparentais como monoparentais. Nota-se também que a presença de outros parentes tem comportamentos diferentes a depender da fase do ciclo de vida familiar em que ele se insere. Em arranjos mais iniciais e avançados no ciclo, a presença de outros parentes aumenta a demanda por cuidados, elevando o tempo médio gasto em afazeres e cuidados e também a Taxa de realização de cuidados. Por outro lado, em arranjos onde há presença de filhos na primeira infância ou idade escolar, a presença de outros parentes ameniza a pressão da demanda, diminuindo o tempo gasto e as taxas de realização de afazeres domésticos e de cuidados. Em arranjos onde há presença de filhos maiores de 14 anos, também parece haver uma tendência de maior compartilhamento do trabalho doméstico não remunerado.

**Palavras-chave:** Demografia da família; Divisão sexual do trabalho; Trabalho doméstico; Cuidados; Iniquidade de gênero.

## ABSTRACT

The aim of this work is to investigate the unpaid household labor from the perspective of the life course and family life cycle of the Brazilian population of 14 years old and older. This work analyses the rates in household and family care, the average social time, and the average participant time using data from the Continuous National Household Sample Survey (Continuous PNAD), conducted by the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), for the year 2019. The results for each age group indicate that the gender differences in unpaid household labor are present from early life, with women taking on domestic responsibilities from an early age. The time of greatest pressure is in the range of 25 to 49 years old, which is the period of marriage and birth of children. At older ages, the rate in household chores is high until 69 years old, which falls steeply from 80 years old. Where family structure is concerned, there is great pressure with the presence of young children (under 14 years old), both in two-parent and single parent families. It is also noticeable that the presence of other relatives has different effects depending on which phase of the lifecycle in which they are present. In arrangements in earlier and more advanced phases of the cycle, the presence of other relatives increases the demand for person-care, increasing the average time spent with household work and care, as well as the rate of care given. On the other hand, in arrangements where there are children in early childhood or school age, the presence of other relatives relieves the pressure of the demand, reducing time spent and the rate of household work and care. In arrangements where there are children older than 14 years old, there seems to also be a higher tendency that the unpaid household workload is shared.

**Keywords:** Family demography; Sexual division of labor; Housekeeping; Care; Gender inequality.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|        |  |
|--------|--|
| CAUTAL | Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe |
| CEPAL  | Comisión Económica para América Latina y el Caribe                             |
| CIET   | Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho                          |
| ENCE   | Escola Nacional de Ciências Estatísticas                                       |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                |
| ICATUS | International Classification for Time Use Statistics                           |
| ODS    | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                       |
| OIT    | Organização Internacional do Trabalho  |
| ONU    | Organização das Nações Unidas  |
| PIB    | Produto interno bruto  |
| PNAD   | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                                    |
| PNADC  | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua                           |
| PPV    | Pesquisa sobre Padrões de Vida   |
| SCN    | Sistema de Contas Nacionais  |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 1 – América Latina (18 países): proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidados não remunerados (indicador 5.4.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), segundo sexo . . . . . | 27 |
| FIGURA 2 – Marco conceitual para a Classificação de Atividades de Uso do Tempo da América Latina e Caribe . . . . .  | 41 |
| FIGURA 3 – Tempo médio (social e participante) de horas semanais gastas em afazeres domésticos e cuidados de 14 a 19 anos por sexo – Brasil – 2019 . . . . .   | 58 |
| FIGURA 4 – Taxa de realização de afazeres domésticos por idade e sexo – Brasil – 2019  | 61 |
| FIGURA 5 – Taxa de realização de cuidados por idade e sexo – Brasil – 2019 . . . . .   | 62 |
| FIGURA 6 – Taxa de realização de cuidados de crianças de 0 a 5 anos por idade e sexo – Brasil – 2019 . . . . .   | 63 |
| FIGURA 7 – Taxa de realização de cuidados de idosos por idade e sexo – Brasil – 2019   | 64 |
| FIGURA 8 – Tempo médio (social e participante) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e decil do rendimento domiciliar per capita – Brasil – 2019 . . . . .                  | 66 |
| FIGURA 9 – Tempo médio (social e participante) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por idade e sexo – Brasil – 2019 . . . . .  | 70 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| QUADRO 1 – Realização das atividades de cuidado . . . . .  | 23 |
| QUADRO 2 – International Classification for Time Use Statistics – ICATUS . . . . .   | 39 |
| QUADRO 3 – Classificação de Atividades de Uso do Tempo da América Latina e Caribe – CAUTAL . . . . .                           | 42 |
| QUADRO 4 – Pesquisas, módulos e perguntas sobre uso do tempo realizadas na América Latina e Caribe entre 1985 e 2020 . . . . . | 44 |
| QUADRO 5 – Atividades abordadas na PNAD Contínua . . . . .   | 50 |
| QUADRO 6 – Variáveis selecionadas para o estudo . . . . .  | 52 |
| QUADRO 7 – Tipologia de arranjo doméstico-familiar 1 . . . . .   | 54 |
| QUADRO 8 – Tipologia de arranjo doméstico-familiar 2 . . . . .   | 55 |

## LISTA DE TABELAS

|           |  |    |
|-----------|--|----|
| TABELA 1  | – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) e Taxa de realização de cuidados (TRCD) por tipo de atividade e sexo – Pessoas de 14 a 19 anos – Brasil – 2019 (em %) . . . . .   | 57 |
| TABELA 2  | – Distribuição da população de 14 a 19 anos por condição no domicílio e sexo – Brasil – 2019 (em %) . . . . .  | 59 |
| TABELA 3  | – Taxa de realização de cuidados (TRCD) e Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) por condição no domicílio e sexo – Pessoas de 14 a 19 anos – Brasil – 2019 (em %) . . . . .   | 60 |
| TABELA 4  | – Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) em horas semanais por sexo e condição no domicílio – Pessoas de 14 a 19 anos – Brasil – 2019 . . . . .   | 60 |
| TABELA 5  | – Taxa de Realização de Cuidados por sexo e idade de ofertantes e demandantes de cuidados – Brasil – 2019 (em %) . . . . .   | 64 |
| TABELA 6  | – Taxa de realização de afazeres domésticos por tipo de atividade, sexo e faixa etária – Brasil – 2019 (em %) . . . . .  | 65 |
| TABELA 7  | – Taxa de realização de cuidados por tipo de atividade, sexo e faixa etária – Brasil – 2019 (em %) . . . . .   | 66 |
| TABELA 8  | – Taxas de realização de afazeres domésticos e Taxa de realização de cuidados – por sexo, rendimento domiciliar per capita e categoria de atividade – Brasil – Pessoas de 14 anos ou mais – 2019 (em %) . . . . .                          | 67 |
| TABELA 9  | – Taxas de realização de afazeres domésticos e de Taxa de realização de cuidados – por sexo, rendimento domiciliar per capita e categoria de atividade – Brasil – Pessoas de 25 a 49 anos – 2019 (em %) . . . . .                          | 68 |
| TABELA 10 | – Tempo médio social em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados segundo condições socioeconômicas e demográficas – Brasil – 2019 . . . . .  | 71 |
| TABELA 11 | – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD), Taxa de realização de cuidados (TRCD), Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) por sexo – Pessoas de 60 a 79 anos e 80 anos ou mais – Brasil – 2019 (em %) . . . . . | 74 |
| TABELA 12 | – Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e tipo de arranjo – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019 . . . . .                                  | 75 |

|   |    |
|---|----|
| TABELA 13 – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) e Taxa de realização de cuidados (TRCD) por sexo e tipo de arranjo 1 – em % – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019 . . . . .                       | 79 |
| TABELA 14 – Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e tipo de arranjo 2 – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019 . . . . . | 80 |
| TABELA 15 – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) e Taxa de realização de cuidados (TRCD) por sexo e tipo de arranjo 2 – em % – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019 (em %) . . . . .                | 81 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .  | <b>16</b> |
| <b>1 TEMPORALIDADES DESIGUAIS ENTRE HOMENS E MULHERES: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS</b> . . . . .   | <b>18</b> |
| 1.1 A questão do cuidado e a divisão sexual do trabalho: desigualdades no uso do tempo . . . . .                                     | 18        |
| 1.2 Tempo: entre casa e trabalho . . . . .   | 24        |
| 1.3 Quantas horas um dia precisa ter? A pobreza de tempo sob uma perspectiva de gênero . . . . .                                     | 28        |
| 1.4 Uso do tempo: curso de vida, ciclo de vida doméstico-familiar e arranjos domiciliares . . . . .                                  | 32        |
| <b>2 A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE USO DO TEMPO: HISTÓRICO E TENDÊNCIAS RECENTES</b> . . . . .                                       | <b>38</b> |
| 2.1 Classificações de atividades para pesquisas de uso do tempo . . . . .  | 38        |
| 2.2 As estatísticas de uso do tempo no Brasil, na América Latina e no mundo: histórico e perspectivas . . . . .                      | 42        |
| 2.3 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: limites e pontecialidades na mensuração do uso do tempo . . . . .          | 46        |
| <b>3 METODOLOGIA</b> . . . . .   | <b>51</b> |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> . . . . .  | <b>56</b> |
| 4.1 Da socialização ao fim da vida: o trabalho doméstico não remunerado sob perspectiva do curso de vida . . . . .                   | 56        |
| 4.2 As famílias e os domicílios: o trabalho doméstico não remunerado sob a perspectiva do ciclo de vida doméstico-familiar . . . . . | 74        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> . . . . .  | <b>83</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> . . . . .   | <b>86</b> |

## INTRODUÇÃO

A reprodução social tem como base um modelo complementar e assimétrico de divisão sexual do trabalho, onde os homens predominantemente gastam seu tempo no trabalho remunerado e as mulheres predominantemente cuidando da casa e da família. Com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a responsabilidade de articular trabalho e família é atribuída exclusivamente às mulheres. As pesquisas sobre o uso do tempo são essenciais para entender as desigualdades de gênero e avançar em políticas públicas para uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a realização do trabalho doméstico não remunerado<sup>1</sup> ao longo do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar na população brasileira de 14 anos e mais de idade. Para isso, buscamos responder às seguintes perguntas:

- Como a realização de afazeres domésticos e cuidados bem como o tempo gasto nessas atividades se comportam ao longo do curso de vida dos indivíduos?
- Há relação entre as características sociodemográficas dos indivíduos com o tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado, bem como o tipo de atividade realizada?
- Existe relação entre as fases do ciclo de vida doméstico-familiar e a forma como os indivíduos alocam seu tempo em trabalho doméstico não remunerado?
- A forma como homens e mulheres utilizam seu tempo em nossa contemporaneidade reiteram um padrão assimétrico e complementar de divisão sexual do trabalho?

O presente trabalho está organizado em 5 capítulos. O Capítulo 1 apresenta a discussão sobre o conceito de divisão sexual do trabalho e sua relação com as desigualdades no uso do tempo. A segunda seção traz uma revisão bibliográfica sobre o uso do tempo, discutindo as questões que permeiam o conflito trabalho-família e as consequências que essa “dupla jornada” traz para o bem-estar das mulheres. Discute-se também nesse capítulo a dimensão temporal ao conceito de pobreza, a pressão e os *trade-offs* que as mulheres sofrem quando precisam decidir alocar seu tempo. A última seção do capítulo aborda a relação entre os conceitos de curso de vida, ciclo de vida doméstico-familiar, os arranjos domiciliares e o uso do tempo.

O Capítulo 2 traz uma discussão teórico-metodológica sobre a produção de estatísticas de uso do tempo, discutindo a importância das classificações de atividades para a padronização de estatísticas de uso do tempo, permitindo comparabilidade internacional. Este capítulo também traz um histórico das estatísticas de uso do tempo no Brasil, na América Latina e no

<sup>1</sup> De maneira geral, o trabalho doméstico pode ser definido como as atividades necessárias para o funcionamento do domicílio e bem-estar dos seus membros (NIETO, 2014). Ao longo deste trabalho, a definição de trabalho doméstico não remunerado englobará a realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas.

mundo e, por fim, discute o modelo atual das estatísticas de uso do tempo no Brasil, que é o módulo “Outras formas de trabalho” incluído na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE.

O capítulo 3 aborda a metodologia aplicada, iniciando com os procedimentos necessários para tratamento dos dados. Depois, discutimos a construção do tempo médio social, que considera todas as pessoas, incluindo os que declaram não realizar trabalho doméstico não remunerado; do tempo médio participante, que considera apenas aqueles que declaram realizar afazeres domésticos e cuidados; e das taxas de realização de afazeres domésticos e cuidados. Por fim, trazemos duas tipologias de arranjos doméstico-familiares, utilizadas de modo a operacionalizar as fases do ciclo de vida em dados do tipo *cross-section*.

O Capítulo 4 discute os resultados e apresenta evidências de que a maioria dos domicílios brasileiros ainda se configura em um modelo complementar e assimétrico de divisão sexual do trabalho, onde as mulheres realizam a maior parte dos afazeres domésticos e de cuidados, enquanto os homens permanecem com uma baixa participação na organização da vida privada. E, por fim, traz as considerações finais.

## CAPÍTULO 1

## TEMPORALIDADES DESIGUAIS ENTRE HOMENS E MULHERES: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

### 1.1 A questão do cuidado e a divisão sexual do trabalho: desigualdades no uso do tempo

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. É constituída por dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização. O primeiro diz respeito ao fato de que existem “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres”. O segundo aponta que o trabalho do homem é socialmente mais reconhecido e valorizado do que o trabalho da mulher. As modalidades concretas da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço mas, mesmo a condição feminina tendo melhorado, a distância entre os grupos de sexo permanece insuperável (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009).

Quando pensamos em termos da divisão sexual do trabalho, isso nos remete a duas acepções de conteúdos distintos. A primeira está relacionada à distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, bem como as variações no tempo e no espaço dessa distribuição. A segunda diz respeito a como esta distribuição se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007). Ou seja, a divisão sexual do trabalho está presente tanto no campo produtivo quanto no reprodutivo.

Segundo Kergoat (2009, p. 71), “a relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social”. Há uma tensão permanente em torno de uma questão (o trabalho e suas divisões), que gera uma disputa entre grupos antagônicos, nesse caso, grupo social de homens e grupo social de mulheres. Dessa forma, a autora ressalta que “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o status de enjeu<sup>2</sup> das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 71). Dada a sua relevância na discussão sobre a divisão sexual do trabalho, é importante caracterizar as relações sociais de sexo:

A relação entre os grupos assim definidos é antagônica; as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a ‘mudança de mentalidades’ jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação (KERGOAT, 2009, p. 71).

É importante destacar que a divisão sexual do trabalho, mais que uma definição no campo epistemológico, é uma questão política. Os movimentos feministas têm sido os principais responsáveis pelos esforços de conscientização para o fato de que uma enorme parte do

<sup>2</sup> O que está em jogo, em disputa, o desafio.

trabalho de reprodução social é feito exclusivamente pelas mulheres. Esse trabalho é invisível e feito não para si, mas para os outros, justificado em nome da natureza, do amor e do dever maternal. Com esse movimento, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade profissional, permitindo considerar simultaneamente as atividades desenvolvidas tanto na esfera doméstica quanto na esfera profissional, abrindo caminhos para se pensar em termos da divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009).

O desenvolvimento desse conceito e o aprofundamento do debate em torno dele permitiu repensar o trabalho, suas categorias, suas formas históricas e geográficas, bem como a interrelação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzidas. Abriram-se então novos campos de pesquisa para estudar a relação de serviços, os trabalhos de cuidado pessoal, o acesso das mulheres às profissões executivas de nível superior, os vínculos entre políticas de emprego e políticas para família, entre muitos outros temas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Apesar de a divisão sexual do trabalho ser um termo muito usual no meio acadêmico das ciências sociais, este costuma vir desprovido de qualquer conotação conceitual, a partir de uma abordagem que apenas descreve os fatos e constata desigualdades, mas não organiza esses fatos de maneira coerente. Ao tratar do trabalho doméstico, estudos fazem referência a este conceito para questionar a sociedade salarial, fazendo uso de termos como “dupla jornada” ou “conciliação de tarefas”, como se o trabalho doméstico fosse um mero apêndice do trabalho remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2007). Para Kergoat (2009), falar sobre a divisão sexual do trabalho é ir muito além de simplesmente constatar desigualdades, mas sim articular a descrição da realidade com uma reflexão sobre os processos que a sociedade utiliza para diferenciar e hierarquizar as atividades realizadas por homens e mulheres. Portanto, para tratar a divisão sexual do trabalho enquanto questão política, precisamos:

1) [...] compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil, etc.) que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força num momento dado; e 2) expor as novas tensões geradas na sociedade, procurando compreender como elas deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos ‘naturais’ os grupos sociais constituídos em torno dessas questões (KERGOAT, 2009, p. 73).

A divisão sexual do trabalho se reconfigura ao longo do tempo e espaço. O aumento das mulheres em posições executivas de nível superior nos últimos anos é simultâneo ao aumento da precarização do trabalho feminino. Com um maior envolvimento das mulheres no mercado de trabalho é necessário terceirizar seu trabalho doméstico, geralmente utilizando força de trabalho feminina, majoritariamente, em situações precárias. A delegação do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais, permitindo uma maior flexibilidade das mulheres em relação às demandas de envolvimento nas empresas. Porém, isso faz com que as sociedades façam vista grossa a uma reflexão sobre trabalho doméstico. A pacificação das relações sociais nos casais e nas empresas não ajuda a avançar na luta pela igualdade. Ao con-

trário, esta possui uma função regressiva, pois funciona no nível do mascaramento e da negação (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Dessa forma, é necessário discutir os modelos de vínculo social e relações entre as esferas produtiva e reprodutiva. Primeiro, partimos de um modelo complementar e assimétrico onde o papel na família e o papel doméstico são assumidos inteiramente pelas mulheres, com o papel de provedor sendo atribuído aos homens. Saindo desse modelo de opostos complementares, chegamos ao modelo de conciliação, onde cabe às mulheres quase que exclusivamente conciliar vida familiar e profissional. Alguns pesquisadores preferem substituir o termo ‘conciliação’ por ‘conflito’, ‘tensão’ ou ‘contradição’, evidenciando assim a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Esquivel, Faur e Jelin (2012) apontam que as chamadas “estratégias de conciliação” são diferenciadas pela classe social. Nas classes mais baixas, usam da família estendida com coresidência, com avós, filhas mais velhas, tias e mães compartilhando o trabalho doméstico. Essas redes seguem existindo mesmo quando não há coresidência. Nas classes mais altas, as mulheres contam com o serviço doméstico (mal) remunerado de outras mulheres, que se encarregam do trabalho doméstico e de algumas tarefas de cuidado. Apesar de poder delegar tarefas, sempre cabe à mulher a responsabilidade de organização das tarefas domésticas, bem como lidar com emergências.

Discutem-se ainda o paradigma da parceria e o modelo de delegação. O paradigma da parceria considera mulheres e homens como parceiros, e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder. Isso poderia alimentar uma prática de divisão das tarefas domésticas do casal – no plano individual –, porém as pesquisas de emprego na França mostram que a realidade das práticas sociais não confirma a atualidade desse modelo. Por fim, o modelo de delegação substitui ou se sobrepõe ao “modelo da conciliação”, e emerge com a polarização do emprego das mulheres e o crescimento de profissões executivas e de nível superior. Essas mulheres têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres a demanda de trabalho doméstico do domicílio (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As configurações e reconfigurações da divisão sexual do trabalho também se manifestam no contexto brasileiro, principalmente com a aceleração do processo de inserção laboral feminina no Brasil, que acarretou em mudanças culturais e demográficas, conforme apontam Gama et al. (2018):

No Brasil, esse processo se acelerou nas últimas décadas. A pronunciada queda da fecundidade, abaixo do nível de reposição populacional, a elevação do nível de escolaridade feminina, que supera a masculina, e as mudanças culturais sobre os papéis de gênero alteram a relação das mulheres com o trabalho remunerado que, cada vez mais, integra suas expectativas e trajetórias de vida (GAMA et al., 2018, p. 84).

De fato, há uma mudança no tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado. Conforme aponta Barbosa (2018), no período de 2001 a 2015, as mulheres reduziram o tempo

gasto de 31 horas semanais em 2001 para 24 horas em 2015, enquanto os homens apresentam um pequeno aumento, de 5 para 6 horas no mesmo período. Entre as mulheres ocupadas, esse tempo reduziu de 23 para 19 horas semanais entre 2001 e 2015, enquanto para os homens ocupados não houve alteração, permanecendo cerca de 5 horas semanais nesse período.

O trabalho de Gama et al. (2018) tem como objetivo analisar as percepções e valores de homens e mulheres sobre a divisão de gênero apropriada à vida familiar e as práticas por eles referidas sobre a divisão do trabalho doméstico e de cuidado. Analisando essas percepções, as autoras apontam para uma grande aceitação do trabalho feminino na compatibilização com a maternidade para ambos os sexos. Para as autoras, esse resultado está alinhado aos dados de inserção laboral feminina, onde a maternidade não se configura como um elemento de saída maciça do mercado de trabalho, mostrando que para as mulheres o exercício da maternidade não se opõe à sua inserção no mundo público (GAMA et al., 2018).

No entanto, quando Gama et al. (2018) avaliam a percepção sobre o trabalho da mulher em tempo integral, a concordância dos respondentes é menor. Segundo as autoras, “há uma concordância de que as mulheres podem trabalhar e serem responsáveis pelo trabalho familiar, desde que sua dedicação ao trabalho não seja em jornada de trabalho integral (GAMA et al., 2018, p. 90)”. Para Hirata e Kergoat (2007), as normas sociais continuam a deslegitimar as trabalhadoras em tempo integral e a possibilidade de seguir uma carreira profissional às mulheres que são mães. Isso é refletido no tipo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, que estão majoritariamente nas ocupações informais e em tempo parcial (GAMA et al., 2018).

Analisando as percepções sobre as responsabilidades quanto aos cuidados de crianças pequenas, nota-se que tanto homens quanto mulheres acreditam, em sua maioria, que a responsabilidade de cuidados com crianças é somente da família (GAMA et al., 2018). Para Esquivel, Faur e Jelin (2012), ainda há uma ideia em muitos lugares, de que os vínculos familiares têm como resultado relações de cuidado de qualidade, baseadas em relações afetivas e forte sentido de responsabilidade.

Segundo Gama et al. (2018), quando há a decisão de compartilhar o cuidado, as principais instituições que aparecem no compartilhamento desses cuidados são as creches, tanto públicas quanto privadas. Analisando a política de creches no Brasil, Marcondes e Cruz (2016) argumentam que é necessário que a política seja também orientada pelos objetivos da igualdade no mundo do trabalho e da autonomia econômica das mulheres, contribuindo para superar a divisão sexual do trabalho.

No Brasil, a maior parte da educação infantil brasileira funciona apenas em tempo parcial, contribuindo de maneira limitada para a articulação entre trabalho e família. Programas como o PAC-2 e Brasil Carinhoso contribuíram para ampliar o acesso à creche, mas a maioria ainda oferece atendimento apenas em período parcial e muitas vezes seguindo o calendário escolar, com interrupção de período de férias, dificultando o acesso às mães que trabalham. Dessa forma, ainda há muito que se avançar nas políticas educacionais para lograr a igualdade de gênero (MARCONDES; CRUZ, 2016; GAMA et al., 2018). Segundo os resultados de Gama et al. (2018),

nota-se uma alta demanda por creches (para os mais pobres, a demanda é 67,1%, enquanto para os mais ricos a demanda é de 76%), mas oferta de vagas é muito limitada. As autoras ainda apontam que, no quartil mais pobre, apenas 15,1% frequentam creches, enquanto no quartil mais rico 41% frequentam creches. Dessa forma, os resultados apontam para a necessidade de ampliação do acesso a equipamentos públicos de cuidados, principalmente nos estratos de renda mais baixos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho, junto às responsabilidades de cuidado, implica um desafio em termos de organização. Nesse sentido, Marcondes (2016) aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres com relação ao mercado de trabalho e a articulação deste com a esfera reprodutiva:

As normas que regulam o mercado de trabalho também não avançam no sentido de promover alternativas para um melhor equacionamento entre trabalho e família. As licenças de trabalho para cuidar dos assuntos familiares são limitadas e em geral aplicadas apenas aos trabalhadores que são registrados. A legislação trabalhista preserva um forte viés de gênero, pois os benefícios concedidos às mulheres, por exemplo, se concentram em momentos específicos da vida reprodutiva e familiar (gestação, nascimento dos filhos e o puerpério), não havendo garantias para cobrir outras necessidades que surgem ao longo do ciclo de vida familiar dos trabalhadores. Não garante meios para que a trabalhadora ou o trabalhador possam tratar das demandas familiares como um evento normal ou regular da sua vida pessoal (MARCONDES, 2016, p. 204-205).

Apesar do tema ser objeto de preocupação e formulação de políticas, é interessante destacar que o tema permanece sendo formulado com uma especificidade de gênero assombrosa: as políticas de articulação são voltadas para mulheres, já que elas continuam como responsáveis pela organização doméstica (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012). Por essas razões, Abramo e Valenzuela (2016) apontam que a América Latina sofre de uma *crise do cuidado*, que não pode ser resolvida sem uma redefinição das cargas e responsabilidades relacionadas ao trabalho remunerado, não remunerado e das atividades de cuidado, bem como da responsabilidade do Estado de prover o apoio necessário à reprodução social. Sobre a crise do cuidado no Brasil, Faria e Ferreira (2019) apontam:

A crise do cuidado conecta para um cenário em que o envelhecimento populacional, a reduzida oferta de políticas de saúde, políticas de cuidado na primeira infância, a reforma da previdência, desmonte das políticas públicas para as mulheres, o envelhecimento da categoria das empregadas domésticas, aumento do ingresso de mulheres no mercado de trabalho e do número de famílias monoparentais femininas vão sobrecarregar muitas mulheres no Brasil e no mundo. Sobretudo, as negras, pobres e chefes de família (FARIA; FERREIRA, 2019, p. 21).

Com relação à percepção da divisão do trabalho doméstico, tanto homens quanto mulheres concordam que a divisão das tarefas domésticas deveria ser igualitária (GAMA et al., 2018). No entanto, no que tange às práticas de divisão do trabalho doméstico, Gama et al. (2018) evidenciam que:

Apesar da maior adesão aos valores igualitaristas de gênero, as práticas de divisão de responsabilidades domésticas se mantêm, em grande medida, próximas ao modelo tradicional. Constatamos que as mudanças nas práticas de divisão do trabalho doméstico e do trabalho do cuidado às crianças ainda são lentas (GAMA et al., 2018, p. 108).

Está em curso um lento processo de mudança, com participação mais ativa dos homens no espaço doméstico, mas esta não se distribui de modo equilibrado entre as atividades. Os homens se concentram em realizar pequenos reparos na casa, com uma leve tendência de compartilhamento de atividades como lavar louça e fazer compras no supermercado. Nota-se também um maior envolvimento masculino nos cuidados com os filhos, mas concentrados em atividades mais relacionais, como o brincar (GAMA et al., 2018). Dessa forma, Gama et al. (2018) apontam para uma recomposição na divisão sexual do trabalho:

Não há convergência, mas uma reconfiguração do que nos divide no espaço doméstico, trabalho rotineiro/objetificado nas atividades domésticas e atividades interativas de caráter primário no trabalho de cuidado às crianças entre as Mulheres, enquanto se desenvolve um trabalho relacional e atividades interativas de natureza mais complexa nos cuidados às crianças entre os Homens (GAMA et al., 2018, p. 109).

O trabalho de Esquivel, Faur e Jelin (2012) traz uma conceituação do cuidado. Para as autoras, as atividades de cuidado são as atividades e relações orientadas a alcançar as necessidades físicas e emocionais de crianças e adultos dependentes, assim como os marcos normativos, econômicos e sociais dentro dos quais estão inseridas e são levadas a cabo. Analisando o cuidado a partir de uma perspectiva da dependência, temos o **cuidado direto** e o **cuidado indireto**. O primeiro diz respeito ao cuidado de pessoas que são dependentes em relação a atividades físicas ou corporais cotidianas de sobrevivência, como se alimentar, tomar banho etc. Já o segundo diz respeito à provisão de bens necessários e espaços adequados para a satisfação das necessidades das pessoas cuidadas. Além disso, o cuidado também envolve uma conexão pessoal e emocional entre quem cuida e quem é cuidado, ou seja, o cuidado também envolve a provisão de um mínimo de vínculos sociais e afetivos intrínsecos à condição humana (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012).

O trabalho de cuidado pode ser realizado em diversos âmbitos e por diferentes pessoas, e geralmente requer a combinação de trabalho remunerado e não remunerado, conforme aponta o Quadro 1. Apesar das diversas possibilidades, há um padrão social claro baseado na divisão sexual do trabalho, em que sempre é esperado das mulheres a responsabilidade pelo trabalho de cuidados (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012; HIRATA; KERGOAT, 2007).

#### QUADRO 1 – Realização das atividades de cuidado

|                | No domicílio  | Fora do domicílio              |
|----------------|---|--------------------------------|
| Remunerado     | Serviço doméstico, licenças e seguros relacionados ao emprego | Serviços (públicos e privados) |
| Não remunerado | Tarefas domésticas e de cuidado                               | Voluntariado                   |

Fonte: Esquivel, Faur e Jelin (2012).

A forma como se configuram as instituições de proteção social, a partir de uma lógica política, estrutura diversos regimes de cuidado que coexistem e são interconectados em uma “organização social do cuidado”. Para Esquivel, Faur e Jelin (2012), a organização social do cuidado é um aspecto central dos padrões de desigualdade social, tanto em termos de gênero quanto das relações de poder em um sentido mais amplo. Dessa forma, a maneira com que a sociedade encara a provisão de cuidados tem implicações significativas para alcançar a igualdade de gênero. Segundo as autoras, há uma multiplicidade de atores, instituições e setores que participam no processo de cuidado: diversos setores de políticas públicas (políticas de bem-estar, educação, saúde, etc.), de serviços oferecidos no mercado, de todas as tarefas domésticas visíveis e invisíveis, da contribuição de tarefas realizadas através de organizações sociais diversas, entre as quais se contam, ainda que não exclusivamente, as famílias. Portanto, a definição das responsabilidades de cuidado entre as instituições excede o mundo das relações interpessoais e, desse modo, requer que o cuidado seja explorado em sua dimensão institucional e política (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012).

Logo, os arranjos institucionais que contribuem para o cuidado incluem uma combinação de quatro âmbitos: as famílias e domicílios, o Estado, o mercado e as organizações comunitárias. O cuidado não deve ser tratado enquanto uma preocupação particular das mulheres, ou como o trabalho das/os mais pobres, mas sim como uma preocupação central da vida humana, sendo necessário pensar em políticas públicas para reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidados, promovendo assim uma mudança na atual divisão sexual do trabalho (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012; DIGHIERO, 2015).

Dighiero (2015) aponta que a atual organização social do cuidado na América Latina apresenta um grande desequilíbrio entre esses quatro âmbitos, baseando-se principalmente no trabalho não remunerado que as mulheres realizam dentro dos domicílios. Conclui-se que a divisão sexual do trabalho e a organização social do cuidado implicam diretamente em como mulheres e homens alocam seu tempo, principalmente na divisão deste entre as esferas produtiva e reprodutiva. No entanto, há que se pensar: a vida se resume a casa (trabalho não remunerado) e trabalho (remunerado)?

## **1.2 Tempo: entre casa e trabalho**

Até aqui, tratamos dos desdobramentos histórico sociais da divisão sexual do trabalho que nos levam a condição contemporânea de conflito entre trabalho produtivo e reprodutivo: as tarefas domésticas e o cuidado de pessoas são função das mulheres, enquanto ao homem cabe o trabalho produtivo e a provisão financeira à família. Este modelo de divisão é definido na seção anterior como complementar e assimétrico. As mulheres avançaram na conquista de direitos e passaram a ocupar espaço na vida pública (fora do domicílio), tornando-se uma força crescente no mercado de trabalho. Nesta configuração, impera o modelo de conciliação (ou articulação), onde cabe exclusivamente às mulheres articular sua participação no mercado de trabalho com o

trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2007; ABRAMO; VALENZUELA, 2016; GAMA et al., 2018).

Com a ampliação da participação na vida pública, mas ainda sendo responsáveis pela organização da vida privada, as mulheres passaram a acumular dois expedientes intensos de trabalho, o que conhecemos como “dupla jornada”. Quando olhamos para a participação das mulheres na força de trabalho, nota-se que elas trabalham menos horas que os homens. Em 2018, os homens trabalharam em média 42,7 horas por semana, enquanto as mulheres trabalharam 37,9 horas, 4,8 horas a menos (IBGE, 2019a). No entanto, ao somar o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, as mulheres apresentam uma carga de trabalho maior que a dos homens. As mulheres realizavam, no ano de 2018, 21,3 horas semanais com afazeres domésticos e cuidados, enquanto os homens realizavam apenas 10,9 horas semanais (IBGE, 2018).

Quando olhamos para as taxas de realização dos afazeres domésticos, fica claro que estes são de responsabilidade feminina: em 2018, 92,2% das mulheres realizavam trabalho doméstico, contra apenas 78,2% dos homens. O trabalho de Bruschini (2006) aponta que as mulheres que mais se dedicam aos afazeres domésticos são as cônjuges e mães de filhos pequenos, justamente as mesmas mulheres que passaram a entrar com mais vigor no mercado de trabalho e permanecer nele a partir dos anos 1980. Ou seja, essas mulheres enfrentam uma enorme sobrecarga de trabalho.

Abramo e Valenzuela (2016) apontam que as restrições de tempo impostas pelas responsabilidades familiares são em parte responsáveis pela jornada de trabalho mais curta das mulheres no mercado. Além disso, as mulheres estão inseridas em um tipo de ocupação mais precária que a dos homens. A maior concentração das mulheres no mercado informal se configura enquanto uma estratégia de ajuste para articular trabalho produtivo e reprodutivo. Por fim, as autoras apontam que é necessário avançar na estruturação de políticas públicas que permitam a articulação entre vida pessoal e profissional, enfrentando tanto as responsabilidades do Estado na provisão do cuidado quanto a distribuição tradicional de responsabilidades entre homens e mulheres.

Dessa forma, é necessário contabilizar o trabalho doméstico não remunerado, conforme aponta um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: “Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2020, ODS 5.4)”. Uma vasta bibliografia aponta para as desigualdades de gênero do tempo no âmbito do trabalho reprodutivo. Apesar dos avanços na esfera pública, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados (AGUIAR, 2011; ABRAMO; VALENZUELA, 2016; BARAJAS, 2016; GAMA et al., 2018). Nesse sentido, Bruschini (2006) já apontava que o trabalho reprodutivo, que é realizado principalmente pelas mulheres, deveria ser considerado trabalho não remunerado em vez de inatividade econômica.

A partir de uma revisão de estudos nacionais e internacionais, Pinheiro (2016) dis-

cute quais os principais determinantes da alocação de tempo no trabalho reprodutivo, destacando entre eles a importância da perspectiva de gênero. Para a autora, a realização de trabalho reprodutivo tem a ver com a concretização de valores e convenções de gênero que associam cada um dos sexos a determinados comportamentos socialmente esperados. Assim, a perspectiva de gênero busca explicar porquê, mesmo quando se considera outros determinantes, persiste uma diferença significativa nas jornadas em trabalho reprodutivo de homens e mulheres. Desse modo, olhar para referências nacionais e internacionais se torna essencial para entender como se dá a divisão de tempo entre casa e trabalho, bem como suas implicações de gênero.

Gálvez-Muñoz, Rodríguez-Modroño e Domínguez-Serrano (2011) analisam dados de uso do tempo para 15 países europeus<sup>3</sup>, com o objetivo de identificar similaridades e diferenças no uso do tempo por sexo. As autoras apontam que, em todos os países analisados, as mulheres fazem a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado, o que reforça a importância de mensurar e dar visibilidade a esse trabalho. Os resultados também indicam que, em todos os países, homens se especializam em trabalho remunerado, trazendo consequências diferenciadas na capacidade e autonomia entre homens e mulheres. Além disso, em todos os países, exceto a Suécia, as mulheres trabalham um total de horas (somando trabalho remunerado + não remunerado) maior que os homens. Isso significa que as mulheres possuem menos tempo livre que os homens, e essa diferença pode afetar seu bem-estar.

Zhai, Gao e Wang (2019) analisam os diferenciais de gênero no uso do tempo dos casais chineses, tanto em áreas rurais quanto urbanas, buscando entender se a educação ajuda a reduzir os diferenciais de gênero. Os resultados mostram que, tanto em áreas rurais quanto urbanas, as esposas gastam muito mais tempo no cuidado pessoal e da família, principalmente na manutenção da casa e cuidado dos membros da família. Os homens, por sua vez, gastam mais tempo no trabalho e em atividades sociais e de lazer.

Além disso, Zhai, Gao e Wang (2019) apontam que a educação tem um papel proeminente para limitar o *gap* de gênero no uso do tempo. Para as esposas residentes em áreas urbanas, ter um nível de educação igual ou maior que do marido ajudou a diminuir o *gap* de gênero no tempo gasto nos cuidados pessoais e do domicílio, trabalho remunerado, e atividades sociais e de lazer. Para as residentes em área rural, o impacto da educação é controverso: apesar de as esposas aumentarem o tempo gasto em atividades sociais e de lazer, elas também aumentaram o tempo gasto em cuidados pessoais e do domicílio. As autoras argumentam que as mulheres precisam compensar a potencial ameaça que a escolarização feminina traz aos papéis tradicionais de gênero. Essa compensação se dá, portanto, com um aumento no tempo gasto com os cuidados pessoais e do domicílio.

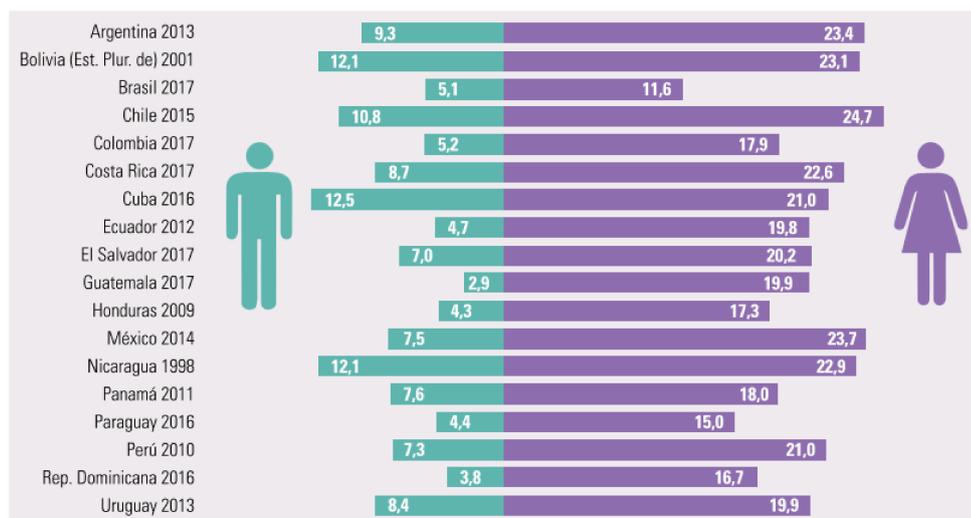
O trabalho de Kes e Swaminathan (2006), analisando dados de uso do tempo para países da África Subsaariana (Benin, África do Sul, Madagascar, Maurícia e Gana), confirmam

<sup>3</sup> O estudo de Gálvez-Muñoz, Rodríguez-Modroño e Domínguez-Serrano (2011) abordou os seguintes países para os seguintes anos: Estônia (1999–2000), Itália (2002–3), Espanha (2002–3), Bélgica (1998–2000), França (1998–9), Alemanha (2001–2), Hungria (1999–2000), Polônia (2003–4), Reino Unido (2000–1), Finlândia (1999–2000), Noruega (2000–1), Suécia (2000–1), Letônia (2003), Lituânia (2003) e Eslovênia (2000–1).

uma aguda divisão de gênero entre trabalho produtivo e reprodutivo e que, em geral, as mulheres são mais pobres de tempo que os homens. As autoras apontam que as diferenças nos papéis de gênero constituem um grande obstáculo para o desenvolvimento e redução da pobreza na África Subsaariana.

O relatório da CEPAL (2019) aponta para as desigualdades de gênero no uso do tempo nos países da América Latina e Caribe, através do indicador 5.4.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e de cuidados não remunerados. Os resultados estão apresentados na Figura 1. O relatório enfatiza que esta sobrecarga de trabalho tem impactos para as mulheres, principalmente à sua autonomia econômica, ao limitar sua participação no mercado de trabalho. Além disso, isso também traz outras consequências, como a dificuldade em acessar seguridade social, que é fortemente vinculada ao emprego na América Latina.

**FIGURA 1** – América Latina (18 países): proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidados não remunerados (indicador 5.4.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), segundo sexo



Fonte: CEPAL (2019).

Nieto (2014) traz alguns resultados de pesquisas de uso do tempo no Equador, México e Peru. A autora aponta que as mulheres casadas ou em união livre têm a maior carga de trabalho doméstico, enquanto as mulheres solteiras têm a menor carga. A jornada das mulheres casadas ou unidas são mais que o dobro das mulheres solteiras. Já os homens separados/divorciados têm uma carga maior que os solteiros, possivelmente porque precisam dedicar algum tempo aos seus filhos, ou porque têm que se responsabilizar pelas próprias necessidades domésticas na ausência de cônjuge ou mãe. Com relação à carga total de trabalho (considerando a soma de trabalho remunerado e não remunerado), Nieto (2014) aponta que as mulheres trabalham muito mais que os homens: cerca de 17 horas a mais no Equador, 19 horas a mais no México e 13 horas a mais no Peru.

Para o Brasil, o trabalho de Neuma Aguiar (2011) – pioneira nos estudos de uso do tempo neste país, tenta apontar as mudanças no uso do tempo da sociedade brasileira, analisando dois estudos: um realizado na Guanabara/Rio de Janeiro em 1973 e outro realizado por ela, em Belo Horizonte, no ano de 2001. Padronizando a composição demográfica da população para que os dados sejam comparáveis<sup>4</sup>, os resultados de Aguiar apontam para um aumento da participação das mulheres em atividades remuneradas, e uma redução geral dos cuidados com a casa e a família, mas com uma persistência das desigualdades nas atribuições de gênero.

Em sua tese de doutorado, Jesus (2018) corrige os dados da PNAD para o ano de 2013, realizando uma padronização indireta com os dados da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo da Colômbia, corrigindo assim a subnotificação com o cuidado de crianças. Os resultados apontam que as mulheres, após a infância, passam praticamente todo o curso de vida como transferidoras líquidas (i.e., produzem mais do que consomem) de trabalho doméstico não remunerado. Já os homens, em todos os grupos de renda e todas as idades, são consumidores líquidos (i.e., consomem mais do que produzem) de trabalho doméstico não remunerado. Aplicando o método de valoração do trabalho doméstico, a partir dos rendimentos nas ocupações de serviços domésticos e de cuidados, Jesus (2018) estima que a produção do trabalho doméstico tenha representado 10,4% do PIB brasileiro em 2013.

Apesar de boa parte das pesquisas sobre gênero e uso do tempo focarem na alocação entre casa e trabalho, é importante pensar nas demais atividades não produtivas: cuidados pessoais, prática de esportes, atividades de socialização, lazer, etc. Barbosa (2018) utilizou os dados da PNAD entre 2001 e 2015 para estimar indiretamente o tempo dedicado ao lazer. Nesse caso, o lazer seria a diferença entre o total de horas da semana (168 horas), e as horas dedicadas aos trabalhos remunerado e não remunerado. Os resultados apontam que a diferença de gênero no tempo de lazer se dá em todo período, apesar desse *gap* se reduzir ao longo do tempo.

A próxima seção deste trabalho discutirá como o longo período dedicado ao trabalho produtivo e reprodutivo impacta os demais aspectos da vida humana, que são essenciais à saúde física e mental. Nesse sentido, é importante adotar uma perspectiva de gênero, analisando as desigualdades no uso do tempo entre homens e mulheres e discutindo as consequências da divisão sexual do trabalho sobre a saúde e bem-estar, principalmente das mulheres.

### **1.3 Quantas horas um dia precisa ter? A pobreza de tempo sob uma perspectiva de gênero**

O tempo é um recurso limitado, visto que um dia tem apenas 24 horas. Assim como a renda, esse recurso é alocado para criar bem-estar, ou seja, indivíduos e famílias alocam

<sup>4</sup> Apesar da proposta de padronização sugerida por Neuma Aguiar ser interessante para a análise das mudanças ao longo do tempo, consideramos que há questões que vão além de um problema de composição populacional e que não podem ser ignoradas. Essas questões dizem respeito aos valores e representações sociais referentes à família, ao trabalho remunerado feminino, às condições de vidas das mulheres nos anos 1970 e início do século XXI (diferença de momento histórico-social) e as especificidades regionais que permeiam essas representações e valores.

tempo para produzir bens, obter serviços e buscar descanso e lazer. A pobreza de tempo é um conceito proposto como um complemento à pobreza de renda, mas ainda permanece uma medida relativamente desconhecida na esfera política e acadêmica (VICKERY, 1977; WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Para definir a pobreza de tempo é necessário pensar na definição de pobreza. Esta pode ser definida como insegurança e condições de vida inadequadas. A pobreza usualmente se refere à falta de renda, pois esta captura a habilidade de obter os recursos necessários para alcançar segurança, saúde, desenvolvimento etc. Pensando no conhecido ditado “tempo é dinheiro”, podemos dizer que tempo é a moeda básica que permite as pessoas buscarem atividades que aumentam seu bem-estar: a “moeda da vida” (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Vickery (1977) foi a primeira a pensar no conceito de pobreza de tempo, com uma análise focada em incorporar tempo no modelo econômico da família, trazendo atenção para questões de inequidade decorrentes do diferencial de horas dispendidas entre adultos para as famílias e definir com mais precisão os recursos e estratégias adotadas por vários tipos de famílias. Nos últimos anos, houve considerável aumento no interesse em estudos sobre uso do tempo e a pobreza de tempo (ou em outros termos também utilizados, como: *time stress*, *time scarcity*, *time pressure*, *time constraints e leisure inequality*). Dessa forma, surgem diversos estudos sobre déficits de tempo, subjetivos ou objetivos, e seus efeitos no bem-estar econômico, psicológico, social e físico (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Segundo Bardasi e Wodon (2010, p. 77, tradução livre) a pobreza de tempo “[...] pode ser entendida como o fato de que alguns indivíduos não têm tempo suficiente para descanso e lazer, depois de levar em conta o tempo gasto trabalhando, seja no mercado de trabalho, no trabalho doméstico, ou em outras atividades como buscando água ou lenha”. As autoras ainda ressaltam que outra forma de considerar a pobreza de tempo é argumentando que a intensa compressão do tempo na vida dos indivíduos pode levar a fazer difíceis escolhas entre atividades possíveis, necessárias e importantes para a vida pessoal e familiar. Dessa forma, a maneira como alocamos o tempo tem consequências diretas para o bem-estar do indivíduo e a família, e o tempo alocado a uma atividade carrega os custos de oportunidade do não engajamento em outras atividades. Logo, os déficits de tempo crescem quando completar um conjunto de tarefas necessárias ou desejadas impede o engajamento em outro conjunto de atividades desejadas (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

A pobreza de tempo combinada à pobreza de renda pode exacerbar o estado de privação do indivíduo, afetando negativamente seu bem-estar, o impedindo de participar em atividades de socialização e marginalizando sua posição na sociedade. Por exemplo, uma mãe solo que trabalha em excesso e tem baixa renda não consegue participar de atividades de socialização na comunidade. Por outro lado, diferente da abundância de renda, quantidades excessivas de tempo livre, devido a deficiências ou desemprego, pode não ser útil para criar bem-estar. De fato, a alocação de tempo envolve decisões baseadas em constrangimentos monetários, normas e pressões sociais, preferências pessoais e outros recursos disponíveis, como redes sociais

(BARDASI; WODON, 2006; WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Ao estudar o uso do tempo e a pobreza de tempo, quase sempre nos deparamos com questões de gênero, afinal a mulher precisa se desdobrar para articular trabalho e família, e pouco sobra para se dedicar a demais atividades, como o lazer. Dessa forma, além de entender o conceito de pobreza de tempo, é necessário entender qual a relação entre pobreza e as desigualdades de gênero.

Superar a desigualdade de gênero é um grande desafio, pois há diversas dimensões a serem enfrentadas. A desigualdade de renda e no controle de propriedade e recursos, e o desigual acesso à direitos (civis, políticos, culturais, sociais, econômicos etc.) são questões que inerentemente possuem dimensões de gênero. Além dessas dimensões bastante conhecidas e estudadas, uma forma de desigualdade menos estudada é a diferenciação por gênero no uso do tempo (ABDOURAHMAN, 2010).

Chatzitheochari e Arber (2012) apontam que há uma crescente preocupação sobre o fenômeno da pobreza de tempo, trazendo atenção à distribuição do tempo livre e sua relação com as circunstâncias familiares e estruturais. Zilanawala (2016) mostra que mulheres nunca unidas tem níveis de pobreza de tempo mais baixos do que mulheres casadas. Além disso, a autora aponta que viver com outros adultos que trabalham reduz a probabilidade de pobreza de tempo para mulheres nunca unidas.

O trabalho de Bardasi e Wodon (2010), utilizando dados da *Enquête Intégrale de Base pour l'Évaluation de la Pauvreté (EIBEP)*, realizada de 2002 a 2003 na Guinéa, conclui que a pobreza de tempo é um constrangimento ao desenvolvimento da África Subsaariana, com mulheres trabalhando longas horas, devido à falta de acesso a serviços básicos de infraestrutura, como água e eletricidade, mas também pelo papel de gênero atribuído de principais provedoras de cuidado e trabalho doméstico não remunerado. Além disso, as autoras apontam para dois principais determinantes da pobreza de tempo. O primeiro é que muitos indivíduos, especialmente mulheres, precisam gastar longas horas para garantir necessidades básicas, como buscar água e lenha. O segundo é que o tempo das pessoas pobres, mesmo quando gasto no trabalho remunerado, não é muito produtivo e não gera muito consumo.

O estudo de Gammage (2010) examina os trabalhos remunerado e não remunerado nos domicílios da Guatemala, usando dados da *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI)* para o ano de 2000. Os resultados apontam que mulheres de 12 a 65 anos são mais propensas que os homens a experienciar pobreza de renda e de tempo. Além disso, mulheres com crianças pequenas, cujo tempo é desproporcionalmente gasto em cuidados e reprodução doméstica, são mais propensas a experienciar pobreza de tempo e de renda. A análise dos determinantes da pobreza de renda e tempo revela que a infraestrutura e eletrodomésticos que substituem o trabalho humano podem reduzir substancialmente a sobrecarga de tempo das mulheres, provavelmente por melhorar a eficiência na realização das tarefas domésticas.

Para analisar a pobreza de tempo no Brasil, Ribeiro (2012) utiliza os dados da PNAD de 2009, e seus resultados mostram que as mulheres são as mais pobres de tempo, seja na área

urbana ou rural. A autora evidencia que “o perfil do pobre de tempo é de uma mulher adulta, de cor negra e com baixa escolaridade, não necessariamente pobre de renda e residente na área urbana da região nordeste, morando em domicílio com poucas pessoas e mãe de filhos com menos de 14 anos de idade” (RIBEIRO, 2012, p. 7).

O trabalho de Veiga (2019) utiliza dados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua 2017 e conclui que as mulheres brasileiras são não apenas mais pobres em termos financeiros, mas também pobres de tempo, precisando trabalhar em média 60% mais horas que seus pares do sexo masculino para auferir o mesmo nível de renda. A autora conclui então que o “bônus” previdenciário que permitia às mulheres se aposentarem cinco anos antes dos homens, reparava apenas parcialmente o tempo extra gasto pelas mulheres com trabalho doméstico não remunerado.

Dessa forma, a literatura aponta para uma forte relação entre pobreza de tempo e gênero, decorrente, como visto anteriormente, das mulheres ainda serem as principais responsáveis pelos cuidados e tarefas domésticas mesmo inseridas no mercado de trabalho, compondo uma dupla jornada de trabalho que acentua as desigualdades no uso do tempo entre homens e mulheres.

O estudo de Etkin, Evangelidis e Aaker (2015) mostra que objetivos conflitantes fazem com que os indivíduos se sintam mais pressionados pelo tempo, impulsionando um aumento no estresse e ansiedade. A pressão ou estresse de tempo tem impactos negativos para o bem-estar, prejudicando a socialização, o lazer, ou até necessidades mais básicas, como o sono. Assim, as pesquisas de uso do tempo dão instrumentos para pesquisar questões de saúde pública onde o tempo (ou a falta dele) é uma questão importante, como estresse, prática de exercícios físicos, problemas com sono, hábitos alimentares, entre outros (ETKIN; EVANGELIDIS; AAKER, 2015; BAUMAN; BITTMAN; GERSHUNY, 2019).

O estudo de Urakawa, Wang e Alam (2020) analisa a relação da pobreza de renda e tempo com atividades relacionadas à saúde no Japão. Os resultados apontam que a pobreza de tempo é fortemente associada com a baixa frequência de sono ou poucas horas de sono. Entre as mulheres, os resultados mostram que a pobreza de renda e tempo pode estar relacionada ao consumo excessivo de álcool. Além disso, o estudo aponta que indivíduos pobres de tempo tendem a não praticar atividades físicas e levarem estilos de vida não saudáveis, o que geralmente está ligado às condições de saúde dos indivíduos.

Como o Brasil não possui uma pesquisa de uso do tempo, as pesquisas qualitativas ou aquelas com enfoque misto (qualitativo e quantitativo) podem ser de grande valia para ajudar a entender o impacto da escassez de tempo das mulheres brasileiras. Machado (2014) realizou uma pesquisa qualitativa, com aplicação de grupos focais entre homens e mulheres de 24 a 45 anos e aplicação de questionário com 800 mulheres, mostrando que a queixa sobre a escassez de tempo é comum entre as mulheres, bem como a dificuldade de articular os trabalhos produtivo e reprodutivo. Entre as principais queixas das respondentes estão a falta de tempo para cuidar de si, ficar com os filhos, lazer e descanso. Essas atividades são essenciais para manter a saúde física e mental, e a sobrecarga do trabalho reprodutivo impede que essas mulheres desfrutem

plenamente desses momentos.

Uma vasta literatura aponta que a sobrecarga das mulheres se dá principalmente no início de formação da família e nascimento dos filhos e se relaciona com a composição dos domicílios. Dessa forma, a próxima seção abordará a relação entre uso do tempo, curso de vida, ciclo de vida doméstico-familiar e os arranjos domiciliares.

#### **1.4 Uso do tempo: curso de vida, ciclo de vida doméstico-familiar e arranjos domiciliares**

Para entender a distribuição do trabalho doméstico não remunerado é importante analisar como os indivíduos interagem com a sociedade, dentro e fora do domicílio. As perspectivas do curso de vida e ciclo de vida doméstico-familiar são ferramentas de análise que permitem aprofundar no entendimento dos diferenciais no uso do tempo alocado aos afazeres domésticos e cuidados.

A relação entre indivíduo e sociedade sempre foi uma preocupação teórica e empírica essencial das ciências sociais. Dessa forma, o enfoque do curso de vida constitui uma perspectiva teórica conceitual útil para o estudo das conexões entre as vidas individuais e a mudança social, ao considerar simultaneamente os níveis microsociais e macroestruturais. Segundo Blanco (2011), os três principais conceitos do enfoque teórico-metodológico do curso de vida são: trajetória, transição e *turning point*.

A trajetória corresponde a uma visão de longo prazo do curso de vida e pode ser definida como o movimento ao longo da estrutura de idade. As trajetórias abarcam uma variedade de âmbitos (trabalho, escola, vida reprodutiva, etc.) que são interdependentes. A análise do entrelaçar das trajetórias, tanto de um mesmo indivíduo quanto entre os indivíduos e conglomerados é central para o enfoque do curso de vida (BLANCO, 2011).

A transição faz referência a mudanças de estado, posição ou situação, não necessariamente predeterminados ou absolutamente previsíveis, ainda que, em termos gerais, haja algumas mudanças que são mais prováveis de acontecer do que outras. Elas não são fixas e podem se apresentar em diferentes momentos. Além disso, várias transições podem ocorrer simultaneamente, como a saída da casa dos pais, entrada no mercado de trabalho e início da família e vida reprodutiva. As transições sempre estão contidas nas trajetórias, dando a estas forma e sentido (BLANCO, 2011).

O *turning point* se refere a eventos que provocam fortes modificações que, por sua vez, se traduzem em viradas na direção do curso de vida, implicando na descontinuidade em uma ou mais das trajetórias. Os *turning points* não podem ser determinados prospectivamente, apenas retrospectivamente e em relação às vidas individuais, implicando em uma mudança qualitativa no longo prazo do curso de vida do indivíduo (BLANCO, 2011).

A análise do curso de vida se baseia em cinco princípios básicos: desenvolvimento ao longo do tempo, tempo e lugar, *timing*, vidas interconectadas e agência. O princípio de desenvolvimento ao longo do tempo traz a importância de se ter uma perspectiva de longo prazo

na análise, já que o desenvolvimento humano é um processo que abarca desde o nascimento até a morte. Esse princípio responde a uma ideia geral de que para entender um momento específico é relevante conhecer aquilo que o precedeu. O princípio de tempo e lugar aponta diretamente para a importância do contexto, visto que o curso de vida é moldado pelos tempos históricos e pelos lugares que cada pessoa vivencia. Esse princípio remete a ideia fundamental de relação indivíduo-sociedade (BLANCO, 2011).

O princípio de *timing* diz respeito a quando um evento ou transição ocorre na vida da pessoa, se é cedo ou tarde em relação às outras pessoas e às expectativas normativas. Esse princípio coloca que as repercussões de uma transição ou uma sucessão de transições no desenvolvimento de uma pessoa depende de em que momento da sua vida eles ocorrem. O princípio de vidas interconectadas afirma que as vidas humanas são interdependentes, ou seja, em redes de relações compartilhadas, e são nessas redes que se expressam as relações histórico-sociais. Dessa forma, as transições individuais frequentemente implicam em transições nas vidas de outras pessoas. O princípio de *agency* deriva da clássica discussão sobre a conexão e causalidade entre individual e estrutural, destacando que os indivíduos não são passivos a quem somente se impõe influências e constrangimentos estruturais, sem que façam escolhas e, desta maneira, construam seu próprio curso de vida. Dessa forma, as pessoas podem moldar sua vida, mas o fazem dentro dos limites socialmente estruturados, que se refletem nas oportunidades e limitações que, por sua vez, vão mudando historicamente (BLANCO, 2011).

Analisar como se dá a distribuição do trabalho doméstico não remunerado e do uso do tempo ao longo do curso de vida permitiria um olhar mais dinâmico e aprofundado das diferentes nuances e desigualdades que se estabelecem conforme se desdobram as trajetórias, transições e eventos significativos da vida dos indivíduos. A operacionalização dessa perspectiva esbarra nas limitações das fontes dados disponíveis que nem sempre permitem reconstruir a totalidade das trajetórias e das transições. Muitas vezes as informações disponíveis permitem apenas análises parciais ou aproximadas, mas que ajudam a avançar no tratamento de temáticas mais complexas e dinâmicas.

De forma complementar, ao considerarmos os ciclos vitais, tratando das mudanças de composição familiar e das relações entre seus membros igualmente nos permite estabelecer relações entre o tempo biológico ou individual e o tempo histórico, mas tendo por referencial um coletivo (grupo familiar e/ou doméstico) (OLIVEIRA, 1980). Segundo Zuzanek e Smale (2002):

It is much more logical to plan for and attempt to understand people within the context of their life-cycle stages rather than their biological age or marital status alone, since the former approach takes into account the total employment and family situation, including presence or absence of children and their ages (ZUZANEK; SMALE, 2002, p. 130)

No que se refere ao grupo doméstico-familiar, por exemplo, determinados eventos constituem marcadores importantes para a definição de início e término de fases do desenvolvimento familiar. Podemos ter as seguintes fases do ciclo vital: casamento, estabelecimento de

um domicílio, ter e criar filhos, casamento dos filhos e, por fim, o período entre dispersão até a dissolução da família e substituição por uma nova família (OLIVEIRA, 1980). No entanto, o dinamismo social tem transformado as famílias, tornando as configurações cada vez mais complexas, não lineares ou cíclicas (sem claras identificações de começos, meios e fins), alongando-se em trajetórias ou fracionando-se em novas fases, com novos significados (MOTTA, 1998). Segundo Motta (1998, p. 15):

A família exhibe novas formas, de acordo com o ritmo das mudanças. Persiste como nuclear, pelo menos como modelo ideal, fixado nas representações e expectativas, mas ao mesmo tempo amplia-se, tanto na realização de formas novas e imperativas de apoio e solidariedade entre as gerações como em função da coexistência de um número maior de gerações, como, ainda, na realização ou tentativa de novas relações de parentesco [...] (MOTTA, 1998, p. 15)

Motta (1998) ainda ressalta que certas composições familiares guardam diferenciais de classe, aproximando-se formalmente enquanto tipos de famílias ampliadas, realizando movimentos com mais frequência, ora de dispersão, ora de concentração das gerações, de acordo com a situação político-econômica do país, dentre outros fatores.

Assim como para o curso de vida, a operacionalização dessa perspectiva esbarra nas limitações impostas pelo tipo de informações que temos disponíveis. Segundo Bilac (1983), além do uso de dados longitudinais, a abordagem do ciclo de vida pode ser empregada em dados do tipo “*cross-section*”, com construções metodológicas que permitem fazer aproximações com resultados analíticos, não tão precisos, mas plausíveis. Dessa forma, reconstrói-se o ciclo de vida pela análise comparativa das configurações familiares correspondentes a diferentes fases. Dentre as alternativas, Zuzanek e Smale (2002) apontam que o ciclo de vida pode ser operacionalizado pela combinação de quatro fatores que representam os tempos biológicos e sociais presentes na vida da maioria das pessoas: idade, estado conjugal, presença de crianças e condição de ocupação.

Outro elemento importante para o desenvolvimento do tema dessa dissertação diz respeito a estrutura e composição das famílias e domicílios no Brasil. Dadas as características das informações com as quais trabalhamos, provenientes de uma pesquisa domiciliar, é preciso ter claro que estamos utilizando uma definição de família, de composição familiar, que está restrita a uma condição de coresidência e não no sentido mais amplo que remetem a rede de parentesco, como é comum em estudos sociológicos e antropológicos (WAJNMANN, 2012). Por essa razão, adotamos nessa dissertação o termo arranjos doméstico-familiares, para nos referirmos a composição familiar dentro dos domicílios.

Sobre as transformações nas famílias e domicílios brasileiros, Wajnmann (2012) em análise dos dados censitários de 1960 a 2000 aponta que o número de domicílios cresceu mais que a população, visto que o tamanho médio deles diminuiu. Com relação à composição domiciliar, os domicílios continuam sendo predominantemente familiares, centrados em núcleos biparentais; há baixa frequência de núcleos monoparentais, casais sem filhos e unipessoais; baixa frequência de domicílios compostos e frequência elevada de famílias estendidas. Nota-se uma

redução da importância dos domicílios compostos, frente a um aumento da importância das famílias estendidas. No entanto, as famílias estendidas mudaram seu padrão de parentes corresidentes no período analisado. Antes, notava-se uma extensão horizontal da família, com presença de irmãos, tios, primos, sobrinhos do chefe. Depois, nota-se uma extensão vertical, decorrente da presença de netos, bisnetos, pais e avós do chefe. Com relação ao número de gerações nos domicílios, há um aumento tanto na frequência relativa dos domicílios de uma geração, quanto nos domicílios com três ou mais gerações, que pode ser resultado tanto da maior longevidade quanto do adiamento da saída do domicílio dos pais por parte dos jovens adultos. A crescente participação dos domicílios com geração pulada, geralmente composto por avós e netos, também reflete a maior longevidade, além de aspectos comportamentais.

Além disso, Wajnmann (2012) também destaca a redução na proporção de pessoas corresidentes com cônjuges nas idades entre 25 e 59 anos, o que pode ser resultado tanto do adiamento da união quanto dos divórcios. Nas idades acima de 60 anos, a mudança se dá no sentido contrário, com um aumento da coresidência com cônjuges, o que pode ser resultado da maior longevidade. Com relação a avós e netos, aumenta o número médio de avós corresidentes com os netos e diminui o número de netos corresidentes com avós. O aumento do número de avós é resultado de sua maior longevidade, enquanto a redução do número de netos é resultado da queda da fecundidade.

A descrição desse contexto constitui um referencial importante para os recortes analíticos definidos para o desenvolvimento dessa dissertação, como será apresentado nos próximos capítulos.

Quando nos voltamos para o entendimento da relação entre composição familiar e trabalho doméstico não remunerado, para Motta (1998), por exemplo, as famílias são a articulação das relações de gênero e geração “que se tecem e se realizam em um tempo social e histórico, para uma vida em comum e um fim, ou esperado acontecer, da reprodução – biológica e social” (MOTTA, 1998, p. 13). A sexuação das idades é uma construção social indicadora das hierarquias masculino/feminino, até no mercado de trabalho. Há diferenças no ritmo de trabalho entre homens e mulheres, de acordo com a idade (curso de vida) e com o ciclo de vida da família (MOTTA, 1998). Dessa forma, o ciclo de vida familiar é importante quando analisamos o tempo gasto tanto no trabalho remunerado quanto no trabalho doméstico não remunerado.

Analisando dados para a região de Barcelona no ano de 2000, Carrasco (2005) aponta que a evolução do tempo gasto no trabalho doméstico ao longo do ciclo de vida é claramente diferenciada por sexo. Os resultados da autora mostram que na etapa do ciclo de vida em que se tende a deixar a casa dos pais, viver em casal e ter filhos pequenos (próximo aos 30 anos), é quando se acentuam as diferenças entre homens e mulheres, com cerca de 15 a 30% dos homens que não realizam trabalho doméstico. Além disso, os homens aumentam sua carga de trabalho doméstico apenas quando se aposentam, tendo uma baixa participação nos períodos em que há crianças pequenas no domicílio.

Carrasco (2005) também analisa as diferenças no uso do tempo entre homens e mu-

lheres de acordo com o tipo de domicílio: unipessoais femininos e masculinos, casal sem filhos, casal com filhos, monoparental feminino, monoparental masculino e casais com filhos mais outras pessoas. Os resultados apontam que a quantidade de trabalho doméstico não depende somente do número de pessoas do domicílio, mas também há uma dimensão de gênero importante que determina os resultados. Nos domicílios unipessoais, os femininos realizam 71% mais trabalho doméstico que os masculinos. Já nos monoparentais femininos se realiza mais que o triplo de trabalho doméstico que nos monoparentais masculinos. Mesmo olhando para tipos de domicílio diferentes, é possível observar diferenciais de gênero: o tempo de trabalho doméstico realizado pelos domicílios monoparentais masculinos é quase a metade dos domicílios unipessoais femininos. Uma das razões que a autora aponta para isso são as diferenças salariais entre homens e mulheres, que permitem que os homens acessem a bens e serviços mais facilmente, possibilitando que estes realizem menos trabalho doméstico.

Quando Carrasco (2005) analisa o tempo gasto em trabalho doméstico pelos casais, o resultado é interessante. Comparando as categorias “casal sem filhos”, “casal com filhos” e “casal com filhos e outras pessoas”, as mulheres aumentam o tempo gasto em trabalho doméstico ao ter filhos e ao incorporar outras pessoas ao domicílio. Por outro lado, os homens reduzem o trabalho doméstico. Ou seja, os homens não aumentam a dedicação ao trabalho doméstico quando há um aumento da demanda, sobrecarregando as mulheres do domicílio.

O trabalho de Anxo et al. (2011) analisa como homens e mulheres da Itália, França, Suécia e Estados Unidos usam o tempo ao longo do ciclo de vida, e como os diferentes contextos institucionais influenciam a divisão sexual do trabalho. As autoras selecionam nove etapas do ciclo de vida de acordo com a idade e estrutura do domicílio, refletindo eventos importantes e fases da vida, como a saída da casa dos pais, formação de união, nascimento dos filhos e transições para aposentadoria. Os resultados mostram que, especialmente para as mulheres, o tempo dedicado ao trabalho doméstico varia fortemente ao longo do curso de vida. O tempo das mulheres gasto em trabalho doméstico aumenta com a formação de união em todos os países, mostrando um pico na presença de filhos em idade pré-escolar. Já a curva dos homens é praticamente reta ao longo do curso de vida, aumentando somente no final do curso de vida (acima de 60 anos).

Na comparação entre os países analisados, Anxo et al. (2011) ressaltam que as normas sociais desempenham um papel importante na explicação dos grandes e persistentes diferenciais de gênero na alocação do tempo e que o desenho de políticas para famílias e regimes de emprego são essenciais para explicar as diferenças entre os países ao longo do ciclo de vida. Nesse sentido, a Suécia se destaca com a menor diferença de gênero no uso do tempo, graças a políticas que promovem equidade de gênero, com um sistema de licença parental flexível, provisão de serviços públicos de alta qualidade e opções reversíveis de trabalho pago ao longo do ciclo de vida. Já a Itália é o país com as maiores diferenças, com um modelo assimétrico de forte especialização entre homens e mulheres, especialmente quando as crianças são muito jovens.

Utilizando uma metodologia similar à de Anxo et al. (2011), o trabalho de Kongar e Memis (2017) analisa as diferenças de gênero no uso do tempo ao longo do ciclo de vida

para a Turquia. Adotando a perspectiva do ciclo de vida, as autoras evidenciam que há uma grande disparidade de gênero no uso do tempo para cada etapa do ciclo de vida familiar. Os resultados apontam que o modelo *male breadwinner* é predominante nos casais e que a transição para parentalidade é associada com uma especialização ainda maior entre homens e mulheres casados ou unidos informalmente, com uma diferença de gênero na participação no mercado de trabalho de até 78 pontos percentuais.

Analisando o uso do tempo e sua relação com as políticas públicas ao longo do ciclo de vida, os resultados de Apps e Rees (2005) para Austrália, Alemanha e Reino Unido mostram que antes da chegada de crianças, os membros adultos do domicílio têm uma alta oferta de trabalho remunerado e abundância de lazer. A presença de crianças em idade pré-escolar, combinada a outros fatores, leva a grandes quedas da oferta de trabalho feminino. Na comparação entre os três países, nota-se que há níveis muito diferentes nas taxas de ocupação feminina após o nascimento dos filhos, o que assinala as importantes implicações das políticas públicas.

Zuzanek (1998) examina a relação entre a percepção subjetiva de pressão de tempo, saúde mental e satisfação de vida por uma perspectiva do curso de vida. Os resultados mostram que os indivíduos que se sentem pressionados pelo tempo são os que tem as maiores cargas de trabalho pago e não pago. Além disso, o curso de vida afeta fortemente a sensação dos indivíduos sobre bem-estar emocional e satisfação, onde os indivíduos casados de 25 a 44 anos apresentam os maiores níveis de bem-estar, mesmo sendo pressionados pelo tempo. Há também uma associação da presença de crianças com a sensação de maior pressão do tempo por parte das mulheres.

Assim, para avançar na compreensão das diversas relações entre as desigualdades de gênero e o uso do tempo, é necessário entender como as pesquisas de uso do tempo são constituídas enquanto uma ferramenta com enfoque de gênero, construída para mensurar as desigualdades e avançar no debate e de políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero (CEPAL, 2016; NAÇÕES UNIDAS, 2017).

## CAPÍTULO 2

**A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE USO DO TEMPO: HISTÓRICO E TENDÊNCIAS RECENTES**

Entender as estatísticas de uso do tempo em toda sua complexidade é essencial para desenhar metodologias adequadas para os estudos sobre trabalho doméstico não remunerado. É necessário enxergar as pesquisas de uso do tempo enquanto ferramentas de análise com enfoque de gênero, criadas para visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres que é invisível para a sociedade. Dessa forma, a proposta deste capítulo é trazer um enfoque teórico-metodológico sobre as estatísticas de uso do tempo, trazendo seus marcos conceituais, seu histórico e apontando limites e potencialidades para a análise do uso do tempo no Brasil nos dias atuais.

Na primeira seção, trazemos as classificações de atividades para pesquisas de uso do tempo, que se configuram enquanto os marcos conceituais mais utilizados para a produção das estatísticas de uso do tempo mais recentes. Na segunda seção, é apresentado um histórico das estatísticas de uso do tempo no Brasil, América Latina e no mundo. Por fim, a terceira seção discute os limites e potencialidades da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua para os estudos de uso do tempo.

**2.1 Classificações de atividades para pesquisas de uso do tempo**

Apesar de haver 85 países que fazem ou já fizeram pesquisas de uso do tempo, 19 destes na América Latina, há uma grande dificuldade na comparabilidade, visto que não há uma metodologia consensual para a padronização de informações sobre uso do tempo e os países adotam diferentes instrumentos de coleta (NAÇÕES UNIDAS, 2018; BARAJAS, 2016). Na tentativa de harmonização desses dados, surgem algumas propostas de classificações, como a Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre Uso do Tempo – ICATUS e a Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e Caribe – CAUTAL (CEPAL, 2016; NAÇÕES UNIDAS, 2017).

A *International Classification for Time Use Statistics (ICATUS)* é uma classificação de três níveis hierárquicos (grandes divisões, divisões e grupos) e seu objetivo é prover uma estrutura para produção de estatísticas sobre tempo comparáveis entre os países e ao longo do tempo. A ICATUS traz uma estrutura com conceitos e definições padronizadas para a disseminação sistemática de estatísticas de uso do tempo internacionalmente comparáveis. Além disso, a ICATUS também pode ser usada como um guia da coleta de dados sobre uso do tempo, e ser adaptada em classificações dos países, refletindo o contexto e necessidades regionais (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Em 1995, a 28ª sessão da Comissão Estatística da ONU enfatizou o valor das estatísticas de uso do tempo para abordar uma variedade de preocupações socioeconômicas, incluindo

a equidade de gênero. Nessa sessão, requisitou-se que um rascunho de classificação para atividades de uso do tempo fosse preparado pela Divisão Estatística. No mesmo ano, a Plataforma para Ação adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres recomendou que os serviços estatísticos nacionais, regionais e internacionais, junto com as agências das Nações Unidas, trabalhassem para melhorar a coleta de dados sobre a contribuição total de homens e mulheres na economia e desenvolvessem uma classificação internacional de atividades de uso do tempo.

Dessa forma, em 1997, a Divisão Estatística convocou a *First Expert Group Meeting* com o objetivo de desenvolver uma classificação de atividades para uso do tempo. Dois princípios foram identificados como principais para a construção da classificação: a) Consistência com o Sistema de Contas Nacionais (SCN), permitindo assim o cálculo de contas satélites e; b) Comparabilidade com outras classificações existentes. Em 2005 foi desenvolvido e publicado o *Guide to Producing Statistics on Time Use* e a versão teste da ICATUS (NAÇÕES UNIDAS, 2005), com base nas experiências dos países que adotaram a classificação rascunho de 1997 e nas orientações da *Second Expert Group Meeting* realizada em 2000 (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Com base nas experiências dos países que utilizaram a versão teste, a Divisão Estatística convocou a *Third Expert Group Meeting* em junho de 2012 para elaborar a versão final da ICATUS. Nessa reunião, os especialistas reconheceram a importância da ICATUS como uma classificação guarda-chuva, classificando amplamente as atividades de uso do tempo tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, e adaptável ao contexto dos países. Com a 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho em 2013, houve alteração na definição de trabalho, e então a ICATUS passou a incorporar a nova definição (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Com a ICATUS, as atividades diárias podem ser categorizadas em produtivas e não produtivas, a partir de um ponto de vista do Sistema de Contas Nacionais (SCN). Dentre essas, as atividades produtivas podem ser divididas em dois tipos: (a) Dentro da fronteira de produção do SCN e; (b) Fora da fronteira de produção do SCN, mas dentro da fronteira geral de produção. Dessa forma, a ICATUS é organizada em grandes divisões, divisões e grupos. As grandes divisões estão descritas no Quadro 2.

## QUADRO 2 – International Classification for Time Use Statistics – ICATUS

| Grande Divisão | Atividade  |
|----------------|--|
| 1              | Emprego e atividades relacionadas  |
| 2              | Produção de bens para consumo final próprio                                |
| 3              | Serviços domésticos não remunerados para o domicílio e membros da família  |
| 4              | Serviços de cuidados não remunerados para o domicílio e membros da família |
| 5              | Trabalho voluntário, <i>trainee</i> e outros trabalhos não remunerados     |
| 6              | Aprendizagem   |
| 7              | Socialização e comunicação, participação comunitária e prática religiosa   |
| 8              | Cultura, lazer, <i>mass-media</i> e prática esportiva                      |
| 9              | Autocuidado e manutenção   |

**Fonte:** Nações Unidas (2017).

A ICATUS foi desenvolvida para ser consistente com os padrões e classificações internacionais existentes. Algumas regiões possuem classificações próprias, como a Europa,

América Latina e Caribe e alguns países como Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia. O foco da nossa pesquisa é a Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e Caribe, visto que esta é adotada pelos países da região desde 2015, incluindo o Brasil.

A Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e Caribe – CAUTAL tem por objetivo dispor de estatísticas padronizadas, com enfoque de gênero, que reconheçam, meçam e visibilizem o trabalho total, remunerado e não remunerado, bem como as atividades pessoais realizadas durante as 24 horas do dia ou 168 horas da semana, contribuindo assim para a análise e elaboração de políticas públicas.

A CAUTAL surge como resultado de uma longa trajetória do Grupo de Trabalho sobre Estatística de Gênero da Conferência de Estatística das Américas, respondendo à necessidade dos países da América Latina e Caribe de contar com um instrumento com enfoque de gênero e adequado ao contexto regional, permitindo a harmonização e padronização das pesquisas de uso do tempo (CEPAL, 2016).

Entendendo os fatores de gênero, sociais, econômicos, culturais e de marco jurídico e institucional que definem a forma como as pessoas utilizam seu tempo, a CAUTAL oferece a possibilidade de uma visão integrada e ordenada das atividades que as pessoas realizam e do tempo que dedicam a elas. A classificação permite a visualização das diferentes atribuições de tempo para homens e mulheres, dando insumos e evidências para a produção de políticas públicas de igualdade nos âmbitos social e econômico. Dessa forma, a CAUTAL incorpora uma perspectiva de gênero, ao revelar as atividades que são necessárias a reprodução e bem-estar dos membros do domicílio, explicitando e classificando o trabalho não remunerado, que muitas vezes é invisibilizado (CEPAL, 2016).

As duas primeiras seções da CAUTAL respondem a uma conceitualização ampla do trabalho, ordenando as atividades de trabalho – remunerado e não remunerado – em função da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais (SCN), e é consistente com a resolução da XIX Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (CEPAL, 2016).

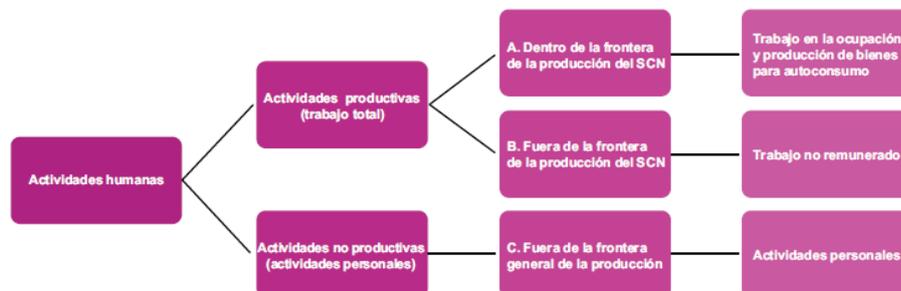
A versão da CAUTAL 2015 foi adotada por todos os países membros da VIII Conferência Estatística das Américas da CEPAL, realizada em Quito entre 17 e 19 de novembro de 2015. O que se espera desta ferramenta é que ela permita a harmonização das estatísticas de uso do tempo, bem como a obtenção de informação para conhecer melhor o trabalho que homens e mulheres realizam, contribuindo assim para a elaboração de políticas públicas que promovam e ampliem a autonomia econômica das mulheres (CEPAL, 2016). Segundo a CEPAL (2016, p. 12), os objetivos desta classificação são:

- i) presentar una visión integral de las actividades que las personas realizan y del tiempo que les dedican, que incluye el trabajo remunerado y no remunerado, asociado a las actividades productivas dentro y fuera del SCN y las actividades personales que pueden llevarse a cabo durante un período de referencia;
- ii) ofrecer una estructura cuya jerarquización y agrupación resulte adecuada para el análisis integral de los tiempos dedicados a cada una de las actividades principales durante un período determinado y de cada actividad en particular;

iii) oferecer uma ferramenta substantiva para a harmonização de las encuestas, estadísticas e indicadores sobre uso del tiempo y para fortalecer la comparabilidad internacional mediante indicadores como los del Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe; iv) suministrar los insumos de información necesarios para valorar el trabajo no remunerado y desarrollar la cuenta satélite de los hogares; v) identificar y delimitar categorías analíticas que permitan el reconocimiento y la dimensión del trabajo total, remunerado y no remunerado, de manera integral, así como una tipificación de las actividades no remuneradas, domésticas y de cuidado de personas, y vi) presentar una taxonomía sobre las actividades de uso del tiempo, con enfoque de género, cimentada en conceptos y definiciones modernas para mejorar la calidad de la información y ampliar y fortalecer el análisis, así como la formulación y evaluación de las políticas públicas (CEPAL, 2016, p. 12).

O marco conceitual da CAUTAL incorpora critérios econômicos fundamentados no Sistema de Contas Nacionais, distinguindo as atividades em dois grupos: as atividades produtivas, vinculadas à produção de bens e serviços, e as atividades não produtivas ou pessoais. Por sua vez, as atividades produtivas se distinguem entre aquelas que resultam na produção de bens e serviços que entram no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), e aquelas relacionadas com produção de serviços que os membros do domicílio realizam para si mesmos, que está excluída do Sistema de Contas Nacionais mas se encontra dentro da fronteira geral de produção, conforme mostra a Figura 2.

**FIGURA 2** – Marco conceitual para a Classificação de Atividades de Uso do Tempo da América Latina e Caribe



Fonte: CEPAL (2016).

A CAUTAL está organizada em três seções: A – Trabalho na ocupação e produção de bens para consumo próprio (dentro da fronteira de produção do SCN); B – Trabalho não remunerado (fora da fronteira de produção do SCN) e; C – Atividades pessoais (fora da fronteira geral de produção do SCN). Dentro das seções, temos grandes divisões, divisões, grupos e subgrupos. Para fins de apresentação, o Quadro 3 apresenta a CAUTAL em seções e grandes divisões (CEPAL, 2016).

**QUADRO 3 – Classificação de Atividades de Uso do Tempo da América Latina e Caribe – CAUTAL**

|          |  |
|----------|--|
| <b>A</b> | <b>Trabalho na ocupação e produção de bens para consumo próprio (dentro da fronteira de produção do SCN)</b> |
| 1        | Trabalho na ocupação e atividades relacionadas   |
| 2        | Trabalho para consumo próprio de bens  |
| <b>B</b> | <b>Trabalho não remunerado (fora da fronteira de produção do SCN)</b>  |
| 3        | Trabalho doméstico não remunerado para o próprio domicílio   |
| 4        | Trabalho de cuidado não remunerado a membros do domicílio  |
| 5        | Trabalho não remunerado para outros domicílios, para a comunidade e voluntário                               |
| <b>C</b> | <b>Atividades pessoais (fora da fronteira geral de produção do SCN)</b>                                      |
| 6        | Aprendizagem e estudo  |
| 7        | Convivência social e atividades recreativas  |
| 8        | Uso de meios de comunicação  |
| 9        | Cuidado pessoal  |

**Fonte:** Adaptada de CEPAL (2016).

Portanto, a ICATUS e CAUTAL são ferramentas essenciais para o planejamento, processamento, apresentação e análise das pesquisas de uso do tempo. A adoção da CAUTAL por parte de todos os países da CEPAL, além de sua compatibilidade com a classificação internacional, traz uma grande possibilidade de harmonização e padronização entre os países, além de ter a disposição um instrumento com enfoque de gênero e adequado ao contexto regional. Assim, as próximas seções abordarão histórico das pesquisas de uso do tempo no mundo, na América Latina e no Brasil, até chegarmos ao modelo brasileiro atual: o módulo *Outras formas de trabalho* na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

## **2.2 As estatísticas de uso do tempo no Brasil, na América Latina e no mundo: histórico e perspectivas**

As pesquisas de uso do tempo têm suas origens nos estudos de orçamento familiar, com o objetivo de entender as condições de vida da classe trabalhadora na França e Inglaterra no fim do século XIX (FLEMING; SPELLERBERG, 1999). O foco inicial dessas pesquisas era descrever as condições sociais da população, monitorar a produtividade econômica e prover informação sobre a força de trabalho (BAUMAN; BITTMAN; GERSHUNY, 2019).

Desde a década de 1970, há um crescente reconhecimento de que o trabalho não remunerado dentro dos domicílios constitui uma grande parte da economia “invisível” dos países, que começaram a empenhar esforços para desenvolver métodos para mensurar o valor deste trabalho no SCN (FLEMING; SPELLERBERG, 1999; BAUMAN; BITTMAN; GERSHUNY, 2019; AGUIRRE; FERRARI, 2014). Discutimos no Capítulo 1 sobre como a distribuição entre trabalho pago e não pago é feita sob os moldes da divisão sexual do trabalho. Logo, as demandas feministas e de outros atores da agenda de gênero desempenharam um papel importante ao questionar o uso exclusivo de variáveis relativas ao trabalho remunerado, destacando a importância da medição dos afazeres domésticos nos domicílios como aporte às economias dos países industrializados

(AGUIRRE; FERRARI, 2014). Assim, cresce a demanda por estatísticas que mensurem a real contribuição econômica das mulheres, e nesse sentido as pesquisas de uso do tempo se configuram como o método mais adequado para mensurar o trabalho não remunerado (FLEMING; SPELLERBERG, 1999).

Entre 1966 e 2015, mais de 85 países realizaram pesquisas de uso do tempo (NAÇÕES UNIDAS, 2018). Na América Latina, 19 países realizam ou já realizaram pesquisas de uso do tempo ou possuem perguntas/módulos sobre uso do tempo em pesquisas domiciliares (CEPAL, 2019). O Quadro 4 traz as pesquisas realizadas na América Latina e Caribe entre 1985 e 2018, tanto na forma de pesquisas independentes, quanto módulos ou perguntas em outras pesquisas.

O primeiro país na América Latina e Caribe a empreender uma medição de uso do tempo foi Cuba em 1985, realizando novamente em 1988, 1997, 2001 e 2016. As três primeiras foram feitas por módulos na *Encuesta Nacional de Presupuesto de Tiempo*. Em 2001 foi realizada a *Encuesta sobre uso del tiempo*, com uma cobertura de cinco municípios. Em 2016, o uso do tempo em Cuba foi mensurado por uma seção na *Encuesta sobre Igualdad de Género* (AGUIRRE; FERRARI, 2014; CEPAL, 2019).

**QUADRO 4 – Pesquisas, módulos e perguntas sobre uso do tempo realizadas na América Latina e Caribe entre 1985 e 2020**

| <b>Países</b>   | <b>Data</b>  | <b>Tipo de levantamento</b>   |
|-----------------|--|---|
| Argentina       | 2016<br>2013<br>2005   | <i>Encuesta sobre Uso del Tiempo en la Ciudad de Buenos Aires</i><br>Módulo na <i>Encuesta Anual de Hogares Urbanos (EAHU)</i><br>Módulo na <i>Encuesta Anual de Hogares Urbanos (EAHU) de la Ciudad de Buenos Aires</i>  |
| Bolívia         | 2019<br>2010-2011<br>2001                                      | <i>Prueba piloto de la Encuesta de Uso del Tiempo</i><br><i>Encuesta de Uso del Tiempo en Hogares</i><br>Módulo na <i>Encuesta Continua de Hogares</i>  |
| Brasil          | Desde 2016<br><br>2009-2010<br>1992-2015                       | Módulo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)<br>Pesquisa Piloto de Uso do Tempo em cinco estados brasileiros<br>Perguntas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)   |
| Chile           | 2015<br>2007-2008  | <i>Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo</i><br><i>Encuesta Experimental sobre Uso del Tiempo en el Gran Santiago</i>  |
| Colômbia        | 2012 e 2017<br>2007-2020                                       | <i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i><br>Perguntas na <i>Gran Encuesta Integrada de Hogares</i>  |
| Costa Rica      | 2017<br>2011<br>2004   | <i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i><br><i>Encuesta sobre Uso del Tiempo en la Gran Área Metropolitana</i><br>Módulo na <i>Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples</i>  |
| Cuba            | 2016<br><br>2001<br>1985, 1988 e 1997                          | Seção sobre uso do tempo e cuidados na <i>Encuesta sobre Igualdad de Género</i><br><i>Encuesta sobre uso del tiempo</i> realizada em cinco províncias<br><i>Encuesta Nacional de Presupuesto de Tiempo</i>  |
| Equador         | 2012<br>2005, 2007, 2010 e 2012                                | <i>Encuesta Específica de Uso del Tiempo</i><br>Módulo na <i>Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo (ENEMDU)</i>  |
| El Salvador     | 2017<br>2010-2011<br><br>2005                                  | <i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i><br>Módulo na <i>Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples (EHPM)</i><br>Perguntas na <i>Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples</i>  |
| Guatemala       | 2014 e 2017-2019<br>2000, 2006, 2011 e 2014                    | Módulo na <i>Encuesta Nacional de Empleo e Ingresos</i><br>Módulo na <i>Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI)</i>   |
| Honduras        | 2009 e 2011  | Módulo na <i>Encuesta Permanente de Hogares</i>   |
| México          | 2016 e 2018<br><br>1998, 2002, 2009 e 2014<br>2010<br><br>1996 | Perguntas na <i>Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares</i><br><i>Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo (ENUT)</i><br>Módulo na <i>Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares</i><br>Módulo na <i>Encuesta Nacional sobre Trabajo, Aportaciones y Uso del Tiempo (ENTAUT)</i> |
| Nicaragua       | 1998   | Módulo na <i>Encuesta Nacional de Hogares sobre Medición del Nivel de Vida (ENHMNV)</i>   |
| Panamá          | 2011<br>2006   | <i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i><br>Módulo na <i>Encuesta de Propósitos Múltiples</i>   |
| Paraguai        | 2016   | <i>Encuesta sobre Uso del Tiempo (EUT)</i>  |
| Peru            | 2010<br>2006   | <i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i><br>Perguntas na <i>Encuesta Continua de Hogares</i>  |
| Rep. Dominicana | 2016<br><br>2006-2007  | Módulo de uso do tempo na <i>Encuesta Nacional de Hogares de Propósitos Múltiples</i><br>Pergunta na <i>Encuesta Demográfica y de Salud</i>   |
| Uruguai         | 2013   | <i>Encuesta de Uso del Tiempo y del Trabajo no Remunerado (EUT)</i>   |
| Venezuela       | 2008 e 2011  | <i>Encuesta de Uso del Tiempo</i>   |

**Fonte:** Instituto Nacional de Estadística (2013), Instituto Nacional de Estadística Y Geografía (2018), CEPAL (2019), Instituto Nacional de Estadística (2019) e DANE (2019, 2020).

O México foi o segundo país a implementar medições de uso do tempo em 1996, na *Encuesta Nacional sobre Trabajo, Aportaciones y Uso del Tiempo*. Posteriormente, realizou a *Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo* nos anos de 1998, 2002, 2009 e 2014. Nos anos de 2010, 2016 e 2018, usou a *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares* para perguntar sobre uso do tempo. Dessa forma, o México é o país da América Latina e Caribe com a maior continuidade na realização de pesquisas de uso do tempo.

O terceiro país a utilizar medições de uso do tempo foi a Nicarágua em 1998, com um módulo na *Encuesta Nacional de Hogares sobre Medición del Nivel de Vida*. No entanto, essa foi a única experiência no país, que não voltou a mensurar o uso do tempo no período recente.

De 1985 até hoje, houve um impulso significativo nas pesquisas de uso do tempo nos países da América Latina e Caribe. Os compromissos assumidos nos acordos e plataformas internacionais na Plataforma de Pequim (1995), Consenso de Quito (2007) e Consenso de Brasília (2010) constituíram marcos políticos importantes para a legitimação das pesquisas de uso do tempo.

Ainda há debates sobre qual a melhor estratégia de levantamento, se são os módulos ou perguntas nas pesquisas domiciliares ou pesquisas específicas sobre uso do tempo. As pesquisas domiciliares permitem uma maior flexibilidade para incorporar essa temática nas pesquisas. As vantagens deste tipo de levantamento é a redução dos custos de implementação e a análise integrada a outros dados socioeconômicos e demográficos da população. Por outro lado, essa pesquisa pode se tornar extensa e cansar o entrevistado, perdendo qualidade na informação obtida (AGUIRRE; FERRARI, 2014).

As pesquisas independentes têm como vantagem o objetivo voltado unicamente a mensurar o uso do tempo, trazendo um nível de informação e detalhes maior do que as pesquisas domiciliares, diminuindo também a possibilidade de cansaço do entrevistado durante o levantamento. No entanto, sua grande limitação é o financiamento, além de requerer também um maior trabalho de gestão e processamento dos órgãos estatísticos (AGUIRRE; FERRARI, 2014).

Assim, podemos concluir que a escolha da estratégia de levantamento depende muito dos fatores políticos e técnicos vinculados ao financiamento e à capacidade técnica dos órgãos estatísticos para realizar a pesquisa. Conforme mostra o Quadro 4, onze dos dezoito países optam por uma estratégia combinada de pesquisas independentes e módulos ou perguntas em pesquisas domiciliares, que pode ser devido à escassez de recursos para a realização de pesquisas independentes com frequência. Porém, isso pode se configurar enquanto uma estratégia de unir o nível de detalhamento das pesquisas independentes (com um intervalo de tempo maior) com uma série histórica (em menor nível de detalhe), geralmente em um intervalo de tempo mais curto (anual ou bienal).

No Brasil, a primeira iniciativa de mensurar o uso do tempo foi realizada por Amaury de Souza, na década de 1970, para o Estado da Guanabara (AGUIAR, 2011). Em 1982, foram incluídos na PNAD quesitos que visavam investigar a frequência de realização de atividades físicas, o tempo dedicado assistindo televisão e realizando afazeres domésticos, o tempo dedicado

ao trabalho remunerado e o horário de início e término das aulas para os estudantes (SOARES; SABOIA, 2007).

A partir 1992, a informação sobre a realização de afazeres domésticos foi incorporada na PNAD e só a partir de 2001 a informação sobre o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos foi incorporada ao questionário básico, perdurando até 2015 quando a PNAD deixou de ser realizada<sup>5</sup>. No período anterior a 1992, a categoria “afazeres domésticos” era apenas uma alternativa para pessoas que afirmavam “não trabalhar” (BRUSCHINI, 2006). Também em 2001, Neuma Aguiar, pioneira nos estudos de uso do tempo no Brasil, realizou a Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte – MG. No mesmo ano, o Curso de Desenvolvimentos de Habilidades em pesquisa da ENCE/IBGE realizou uma pesquisa sobre uso do tempo nos bairros Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (AGUIAR, 2011; SOARES; SABOIA, 2007).

Além disso, em 1996-1997 a Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV apresentou um bloco sobre uso do tempo, em que se investigou o tempo gasto no trabalho remunerado, afazeres domésticos, trabalho comunitário, permanência em estabelecimento de ensino e tempo gasto com transporte (SOARES; SABOIA, 2007).

Em 2009-2010, o IBGE realizou uma pesquisa piloto sobre uso do tempo em cinco estados: Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, um para cada Grande Região do país. A amostra foi composta por 12 mil domicílios, tendo como alvo dentro do domicílio as pessoas com 10 anos ou mais. A metodologia utilizada foi a de diários de tempo, utilizando papel e computador de mão. A classificação de atividades utilizada foi a versão teste da ICATUS, porém com algumas adaptações ao contexto brasileiro (CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010).

A partir de 2016, a PNAD Contínua passa a incorporar o módulo “Outras formas de trabalho”, que mensura a realização de atividades e o tempo gasto para quatro categorias além do trabalho remunerado: afazeres domésticos, cuidados, trabalho voluntário e produção para o próprio consumo (PINHEIRO, 2016). Essas mudanças passaram a permitir uma ampla gama de análises sobre o uso do tempo, adicionando mais quesitos que tratam sobre a temática. A próxima seção visa aprofundar a discussão sobre os limites e potencialidades da PNAD Contínua, que será a fonte utilizada para nossa análise.

### **2.3 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: limites e pontencialidades na mensuração do uso do tempo**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é um levantamento amostral de abrangência nacional, e visa acompanhar flutuações trimestrais e evolução de curto, médio e longo prazo da força de trabalho e outros indicadores necessários para estudo e acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico do país. Dessa forma, a PNAD Contínua foi

<sup>5</sup> Em 1992, foi inserida a pergunta “Na semana de referência, cuidava dos afazeres domésticos?”. Em 2001 foi inserida a pergunta “Quantas horas dedica normalmente por semana aos afazeres domésticos?” (BRUSCHINI, 2006).

construída para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes, dentre os quais o trabalho doméstico não remunerado (afazeres domésticos e cuidados, dentro do módulo “Outras formas de trabalho”). Também são contemplados outros temas tais como educação e mobilidade da população com periodicidade variável (IBGE, 2021a,b,c).

A PNADC foi implantada experimentalmente em outubro de 2011 e em caráter definitivo em janeiro de 2012. A partir 2016, passou a substituir a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego – PME. A amostra da PNAD Contínua foi desenhada de modo a produzir resultados para Brasil, grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas que contêm municípios das capitais, Região Integrada de Desenvolvimento – Teresina e municípios das capitais (IBGE, 2021a,b,c).

Entre 2012 e o 3º trimestre de 2015<sup>6</sup>, os quesitos sobre afazeres domésticos e cuidados cobriam de maneira individual o número de horas dedicadas a cada atividade listada, bem como a faixa etária de quem recebia os cuidados. Porém, por questões técnicas, os microdados desse período não foram divulgados. Segundo o IBGE (2017), a alteração na captação das horas (que eram captadas separadamente e passaram a ser captadas em um único quesito) a partir do 4º trimestre de 2015 ocorreu devido a simultaneidade entre as atividades.

A PNAD Contínua mensura o trabalho por meio de duas categorias: remunerado e não remunerado. O trabalho não remunerado é dividido em afazeres domésticos e cuidados, trabalho voluntário e produção para próprio consumo. Importante lembrar que a PNAD Contínua se trata de uma pesquisa domiciliar que aborda diversos outros temas, não sendo uma fonte capaz de fornecer uma visão completa de como as pessoas utilizam seu tempo. No entanto, o trabalho (remunerado e não remunerado) constitui boa parte de como as pessoas utilizam seu tempo e, como vimos no Capítulo 1, a divisão entre as esferas produtiva e reprodutiva constitui papel importante nas desigualdades entre homens e mulheres. Dessa forma, apesar de suas limitações, a PNAD Contínua nos permite um aprofundamento no tratamento da temática proposta aqui: o trabalho doméstico não remunerado. A partir disso, podemos pensar, ao menos teoricamente, nos possíveis reflexos que isso teria em outros aspectos da vida, como lazer e bem-estar, que não são abordados pela pesquisa.

Apesar de a PNAD Contínua ter constituído grande avanço, principalmente no número de quesitos e nas categorias de uso do tempo abordadas pela pesquisa, alguns pesquisadores argumentam que os resultados da PNAD Contínua podem indicar uma subestimação do trabalho doméstico feminino e superestimação do trabalho doméstico masculino (JESUS, 2018). Veiga (2019) aponta que uma análise rigorosa da metodologia da PNAD Contínua levanta a hipótese de que a forma de apresentação dos dados pode levar a interpretações equivocadas sobre o tempo médio gasto com afazeres domésticos, principalmente ao olhar para a participação masculina. Segundo Veiga (2019, p. 62):

<sup>6</sup> A partir do 4º trimestre de 2015, houve uma reformulação dos quesitos da PNAD Contínua. Para mais informações, ver IBGE (2017).

O problema no cálculo das jornadas médias, constatado pelo presente estudo, decorre da interação entre a pergunta de tipo "sim ou não" do questionário da PNAD, relativa ao trabalho doméstico (duas questões, no caso da PNADC: uma para "cuidado de pessoas" e outra para "afazeres domésticos"), e a questão que investiga a quantidade de horas gastas com este tipo de tarefa. Ocorre que os microdados do IBGE, da forma que se apresentam atualmente, tendem a induzir o pesquisador desatento à exclusão das informações de indivíduos que declaram não ter desempenhado nenhuma atividade doméstica na semana de referência (VEIGA, 2019, p. 62).

Por outro lado, Soares (2018, p. 12) argumenta que "a forma de perguntar diretamente sobre a 'realização de afazeres domésticos' não é tão inadequada como se propaga, depende da análise a que ela se limita". A autora ressalta que pesquisas qualitativas e testes cognitivos apontam que homens respondem não realizar afazeres domésticos por considerar que essa é uma atividade das mulheres. Assim, atividades que o homem realiza, como varrer o quintal, lavar o carro é considerada como uma "ajuda" à esposa, se tornando invisível nas estatísticas (SOARES, 2018).

O trabalho de Carrasco (2005) também traz uma contribuição metodológica importante nesse sentido, distinguindo a realização de trabalho doméstico não remunerado em tempo médio social (que inclui quem não realiza afazeres domésticos) e tempo médio participante (que inclui somente quem declara realizar afazeres domésticos).

O tempo médio social nos ajuda a entender a relação complexa e complementar entre ofertantes e demandantes de cuidados. O tempo médio participante, por outro lado, traz um olhar voltado para as características e condições de quem de fato está realizando os cuidados. Dessa forma, considerar ambas medidas nos traz uma perspectiva diferente de análise, pois são complementares e não excludentes. O IBGE traz em seus informativos<sup>7</sup> a medida do tempo médio participante, porém necessitamos fazer algumas transformações na base de dados para conseguir mensurar o tempo médio social. Essas transformações estão descritas detalhadamente no Capítulo 3.

Ou seja, o olhar crítico da pesquisadora é essencial para determinar as transformações na base de dados e sua posterior análise. Conhecer o desenho do questionário é essencial nesse sentido, pois é ele quem nos guia para entender como aquela informação foi processada, se é de nosso interesse manter a informação nesse formato e como podemos trabalhá-la com outras combinações para atender aos nossos interesses de pesquisa.

Outra limitação importante da PNAD Contínua em comparação à PNAD anual é com relação à nupcialidade, pois na PNAD Contínua não há perguntas relativas ao estado civil ou conjugal dos indivíduos. Sendo assim, só conseguimos recuperar o parentesco com relação ao responsável pelo domicílio.

A literatura discute o fato de as pesquisas de uso do tempo que usam questionários como instrumentos de coleta não são tão precisas quanto as que usam o diário, contudo,

<sup>7</sup> Para mais informações, ver IBGE (2018).

não inviabiliza a construção de indicadores e análises que levem em conta as especificidades e limitações da fonte utilizada (AGUIAR, 2011).

Além disso, mesmo que haja problemas na mensuração das horas trabalhadas, a PNAD Contínua apresenta um nível de detalhamento de realização das atividades muito maior do que a PNAD, que mensurava a realização de trabalho doméstico e cuidado por meio de apenas dois quesitos. Com a PNAD Contínua, conseguimos aprofundar na análise do perfil do indivíduo que realiza cada atividade e calcular a taxa de realização das atividades para cada grupo. Também conseguimos auferir com maior precisão para quem esse trabalho é feito. Como por exemplo, pensar na crise do cuidado (ABRAMO; VALENZUELA, 2016; FARIA; FERREIRA, 2019) é essencial para entendermos como se dá o cuidado de idosos nos domicílios brasileiros, que é uma questão relevante dado o aumento da expectativa de vida e maior convivência entre gerações nos domicílios brasileiros (WAJNMANN, 2012).

O Quadro 5 traz as atividades abordadas pela PNAD Contínua em cada grupo de atividades, apontando para sua respectiva categoria nas classificações ICATUS e CAUTAL. É importante ressaltar que a PNAD Contínua não mede a quantidade de horas para cada atividade, perguntando apenas pela realização ou não da mesma. Dessa forma, conseguimos medir as horas apenas para os blocos de questões, sendo que para os blocos de Afazeres Domésticos e Cuidados de Pessoas as horas são contabilizadas conjuntamente.

Para realizar nossa análise, é necessário traçar um perfil socioeconômico e demográfico dos indivíduos. Dessa forma, utilizaremos como variáveis de controle: sexo, idade, cor ou raça, escolaridade, condição de ocupação e renda. Além disso, dada a multiplicidade dos arranjos familiares brasileiros, criamos tipologias de arranjos doméstico-familiares para entender melhor a relação entre a distribuição de trabalho doméstico não remunerado, as fases do ciclo de vida doméstico-familiar e as características do arranjo em que os indivíduos estão inseridos.

**QUADRO 5 – Atividades abordadas na PNAD Contínua**

| Atividades listadas na PNAD Contínua   | ICATUS | CAUTAL |
|--|--------|--------|
| <b>Trabalho remunerado</b>   | 1      | A1     |
| <b>Produção para o próprio consumo e construção para o uso próprio</b><br>Cultivo, pesca, caça, ou criação de animais<br>Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material<br>Fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcóolicas, produtos medicinais ou outros produtos<br>Construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras   | 2      | A2     |
| <b>Trabalho voluntário</b><br><i>Trabalhou voluntariamente para:</i><br>1. Congregação religiosa, sindicato, partido político, escola, hospital, asilo<br>2. Associação de moradores, associação esportiva, ONG, grupo de apoio ou outra organização<br>3. Moradores de uma comunidade ou localidade (limpando, dando aulas, participando de mutirão, organizando festas ou outros eventos, etc.)<br>4. Conservação do meio ambiente ou de proteção aos animais<br>5. Pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando tarefas domésticas ou de cuidados de crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais<br>6. Pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando serviços profissionais (de eletricista, pedreiro, advogado, contador, professor, etc.)<br>7. Outro tipo de trabalho voluntário | 5      | B5     |
| <b>Cuidado de Pessoas</b><br><i>Realizou tarefas de cuidados de moradores do domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais, tais como</i><br>1. Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)<br>2. Auxiliar em atividades educacionais<br>3. Ler, jogar ou brincar<br>4. Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio<br>5. Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas<br>6. Outras tarefas de cuidados   | 4      | B4     |
| <b>Afazeres domésticos</b><br><i>Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como:</i><br>1. Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças<br>2. Cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos<br>3. Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos<br>4. Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim<br>5. Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados, etc.)<br>6. Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio<br>7. Cuidar dos animais domésticos<br>8. Outras tarefas domésticas  | 3      | B3     |

**Fonte:** Dicionário de Variáveis PNAD Contínua (IBGE, 2019b).

## CAPÍTULO 3

## METODOLOGIA

No capítulo anterior, discutimos os limites e potencialidades da PNAD Contínua para os estudos de uso do tempo. Agora, descreveremos os procedimentos metodológicos realizados para análise dos dados.

A análise dos dados foi feita utilizando o software estatístico R (R CORE TEAM, 2019). Para extração e leitura dos dados usamos o pacote “PNADcIBGE”, desenvolvido por Braga e Assuncao (2020). Para a análise dos dados utilizamos o pacote “survey”, que facilita a análise de dados com amostras complexas (LUMLEY, 2020).

O tempo médio participante (TMP) considera apenas quem realiza afazeres domésticos e cuidados para a contabilização do tempo médio dedicado a afazeres domésticos e cuidados. Para calculá-lo não é necessário realizar transformações na base de dados, visto que as pessoas que responderam “Não” às perguntas sobre realização de afazeres domésticos e cuidados, são reportadas como *missing*. Então, considerando as seguintes perguntas:

- Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais? (V4117A)
- Na semana de referência, fez tarefas domésticas para o próprio domicílio? (V4120)

Se o indivíduo responde “Não” às duas perguntas, ele não é direcionado para a pergunta sobre o número de horas: “Na semana de referência, qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos? (V4121B)”. Logo, a pessoa é atribuída com *missing*. Para conseguir mensurar o tempo médio social (TMS), é necessário considerar todas que responderam “Não” às perguntas V4117A e V4120, substituindo o *missing* por zero. As perguntas sobre a realização de afazeres domésticos e cuidados e tempo gasto nestas tarefas são feitas para maiores de 14 anos. Dessa forma, quando não especificada a faixa etária, estamos tratando da população de 14 anos ou mais. Porém, em outros momentos traremos medidas específicas para determinadas faixas etárias, seguindo a mesma lógica. Ou seja:

$$TMP = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Horas dedicadas a afazeres domésticos e cuidados (V4121B)}}{\text{Pessoas que declararam realizar afazeres domésticos e cuidados}} \quad (1)$$

$$TMS = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Horas dedicadas a afazeres domésticos e cuidados (V4121B)}}{\text{Pessoas de 14 anos ou mais}} \quad (2)$$

O Quadro 6 traz as variáveis selecionadas para este estudo. Para realizar nossa análise, optamos pela transformação das variáveis raça/cor, escolaridade e renda.

**QUADRO 6 – Variáveis selecionadas para o estudo**

| <b>Variáveis Dependentes</b>   |   |
|--------------------------------|---|
| V4121B                         | Horas semanais dedicadas a afazeres domésticos e cuidados |
| V4120                          | Realização de tarefas domésticas                          |
| V4117A                         | Realização de cuidados                                    |
| <b>Variáveis Independentes</b> |   |
| V2009                          | Idade   |
| V2007                          | Sexo  |
| V2010                          | Raça/cor  |
| VD3004                         | Escolaridade  |
| VD5002                         | Rendimento efetivo domiciliar per capita                  |
| VD4001                         | Condição na força de trabalho                             |
| VD4002                         | Condição de ocupação                                      |

**Fonte:** Dicionário de Variáveis PNAD Contínua (IBGE, 2019b).

Para a variável raça/cor, agrupamos as categorias em “Branco”, “Pretos e pardos” e “Amarelos e Indígenas”. Os agrupamentos foram feitos para facilitar as análises, seja devido às proximidades de características (pretos e pardos), ou pelo pequeno contingente populacional (amarelos e indígenas).

Na variável escolaridade, agrupamos as categorias “Sem instrução e menos de 1 ano de estudo” e “Fundamental incompleto ou equivalente”, dado que a primeira categoria representa uma parcela muito pequena da população, além de poder sofrer um efeito de composição visto que é mais comum as pessoas mais velhas não terem alcançado algum nível de instrução. As demais categorias – Fundamental completo ou equivalente, Médio incompleto ou equivalente, Médio completo ou equivalente, Superior incompleto ou equivalente e Superior completo – não foram alteradas.

Para a variável renda, separamos o rendimento efetivo domiciliar per capita em decis de renda, comparando o grupo de pessoas entre os 20% mais pobres com o grupo de pessoas entre os 10% mais ricos.

Trabalharemos com uma análise descritiva da realização de afazeres domésticos e de cuidados, bem como o tempo médio social e participante gasto nessas atividades segundo algumas variáveis listadas no Quadro 6, sempre trazendo dentro dessas categorias os diferenciais por sexo, discutindo os resultados sob as perspectivas teóricas do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar.

A documentação do IBGE aborda as taxas referentes a todos que responderam às perguntas, ou seja, pessoas de 14 anos ou mais<sup>8</sup>. Dessa forma, a Taxa de Realização de Afazeres Domésticos (*TRAD*) é definida como:

<sup>8</sup> Para mais informações, ver IBGE (2018).

$$TRAD = \frac{\text{Pessoas de 14 anos ou mais que realizaram afazeres domésticos}}{\text{População de 14 anos ou mais}} \quad (3)$$

E a Taxa de Realização de Cuidados (*TRCD*) é definida como:

$$TRCD = \frac{\text{Pessoas de 14 anos ou mais que realizaram cuidados}}{\text{População de 14 anos ou mais}} \quad (4)$$

Refletindo sobre o conceito de taxa, que se refere à exposição ao risco, a análise das taxas para pessoas de 14 anos ou mais atende apenas parcialmente o objetivo da nossa análise, que é abordar a articulação trabalho-família em determinadas fases do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar. Dessa forma, adequando a análise aos objetivos deste trabalho, calcularemos também as taxas considerando outras faixas etárias, para demonstrar as diferenças em cada grupo. Além disso, de maneira análoga, também apresentaremos as taxas segundo outras variáveis, como categorias de atividades e idade dos demandantes de cuidados.

Por fim, afim de entender melhor as fases do ciclo de vida doméstico-familiar, operacionalizamos duas tipologias de arranjos domiciliares. A primeira tipologia traz categorias de domicílios biparentais e monoparentais, de acordo com a idade dos filhos e presença ou não de outros parentes, divididos em categorias, conforme mostra o Quadro 7. A segunda leva em conta a idade dos membros do domicílio, conforme mostra o Quadro 8.

Para isso, primeiro precisamos identificar os domicílios. Como não há identificador dos domicílios, criamos uma identificação concatenando as variáveis Unidade Primária de Amostragem (UPA) e Número de Seleção do Domicílio (V1008). Por exemplo, se o valor da UPA é 120011845 e V1008 é 10, então o código identificador do domicílio é 12001184510.

Para verificar se o identificador está correto, devemos checar se o número de domicílios é igual ao número de responsáveis pelo domicílio (variável Condição no Domicílio V2002 = 01). Depois, para a tipologia 1, criamos uma tabela de equivalência onde cada linha representa um domicílio, indicando a presença de casal (cônjuge), filhos de 0 a 6 anos, filhos de 7 a 14 anos, filhos jovens e adultos (14+), outros parentes e não parentes. Para a tipologia 2, o processo é semelhante, indicando para cada domicílio a presença de adultos, crianças, jovens e idosos. Combinando essas variáveis, conseguimos criar os arranjos doméstico-familiares. Por fim, basta agrupar a tabela de equivalência com o banco de dados dos indivíduos segundo o identificador do domicílio. Assim, conseguimos identificar em qual arranjo doméstico-familiar cada indivíduo está inserido.

Na primeira tipologia, a categoria Arranjos com adultos traz os extremos do ciclo de vida doméstico-familiar, o início (casamento, mas ainda sem filhos) e o período de dispersão até dissolução (filhos maiores de 14 anos)<sup>9</sup>. O domicílio unipessoal também pode representar ambos os extremos, em uma etapa antes do casamento e uma etapa de dissolução da família (morte do

<sup>9</sup> Os domicílios compostos e demais arranjos estendidos foram excluídos da tipologia por não se encaixarem no conceito teórico do ciclo de vida doméstico-familiar utilizado para análise.

cônjuge e/ou divórcio). As demais categorias representam as fases de expansão do ciclo de vida doméstico-familiar, sendo que destas, trabalhamos com a hipótese de que as que possuem filhos na primeira infância observaríamos a maior pressão/demanda por trabalho doméstico não remunerado.

#### QUADRO 7 – Tipologia de arranjo doméstico-familiar 1

|  |
|--|
| <b>Arranjos com adultos</b>  |
| Unipessoal<br>Casal sem Filhos<br>Casal sem Filhos com outros parentes<br>Casal com Filhos 14+ anos<br>Casal com Filhos 14+ anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 14+ anos<br>Monoparental com Filhos de 14+ anos e outros parentes |
| <b>Arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância</b>   |
| Casal com Filhos de 0-6 anos<br>Casal com Filhos de 0-6 anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 0-6 anos<br>Monoparental com Filhos de 0-6 anos e outros parentes   |
| <b>Arranjos com filhos exclusivamente em idade escolar</b>   |
| Casal com Filhos de 7-14 anos<br>Casal com Filhos de 7-14 anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 7-14 anos<br>Monoparental com Filhos de 7-14 anos e outros parentes   |
| <b>Arranjos com filhos na primeira infância e em idade escolar</b>   |
| Casal com Filhos 0-6 e 7-14 anos<br>Casal com Filhos 0-6 e 7-14 anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 0-6 e 7-14 anos<br>Monoparental com Filhos de 0-6 e 7-14 anos e outros parentes   |
| <b>Arranjos com filhos em idade escolar e jovens/adultos</b>   |
| Casal com Filhos de 7-14 e 14+ anos<br>Casal com Filhos de 7-14 e 14+ anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 7-14 e 14+ anos<br>Monoparental com Filhos de 7-14 e 14+ anos e outros parentes   |
| <b>Arranjos com filhos na primeira infância e jovens/adultos</b>   |
| Casal com Filhos de 0-6 e 14+ anos<br>Casal com Filhos de 0-6 e 14+ anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 0-6 e 14+ anos<br>Monoparental com Filhos de 0-6 e 14+ anos e outros parentes   |
| <b>Arranjos com filhos em todas as faixas</b>  |
| Casal com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos<br>Casal com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos e outros parentes<br>Monoparental com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos<br>Monoparental com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos e outros parentes                     |

Fonte: Microdados PNAD Contínua (IBGE, 2019b).

A segunda tipologia de arranjo doméstico-familiar está descrita no Quadro 8 leva em conta a idade dos membros do domicílio, para entender melhor o efeito da idade destes na oferta e demanda de trabalho doméstico não remunerado e comparar com alguns cenários e tendências da tipologia 1.

**QUADRO 8 – Tipologia de arranjo doméstico-familiar 2**

| <b>Tipo de arranjo</b>             |
|------------------------------------|
| Apenas Adultos                     |
| Adultos e crianças                 |
| Adultos, crianças e jovens         |
| Adultos, crianças, jovens e idosos |
| Adultos, crianças e idosos         |
| Adultos e jovens                   |
| Adultos, jovens e idosos           |
| Adultos e idosos                   |
| Apenas jovens                      |
| Jovens e crianças                  |
| Apenas idosos                      |
| Idosos e crianças                  |
| Idosos, crianças e jovens          |
| Idosos e jovens                    |

**Fonte:** Microdados PNAD Contínua (IBGE, 2019b).

## CAPÍTULO 4

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como discutido no Capítulo 1, a reprodução social se dá pela conformação de uma divisão sexual do trabalho, pela qual majoritariamente recai sobre as mulheres a responsabilidade de cuidar da casa e da família enquanto aos homens é atribuído o trabalho produtivo. No entanto, com a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, elas passaram a acumular as jornadas produtiva e reprodutiva e quando podem, delegam a demanda de trabalho doméstico do domicílio a outras mulheres.

Mesmo que se tenha avançado na participação das mulheres na vida pública, elas ainda são consideradas as principais responsáveis pela articulação trabalho-família e os homens ainda mantêm baixa participação nas tarefas domésticas e de cuidados. Apesar de concentradas nas fases de início e expansão do ciclo de vida doméstico-familiar, essas responsabilidades acompanham as mulheres desde o início, nas idades mais jovens, até as idades mais avançadas.

Este capítulo tem como objetivo tecer análises sobre a alocação do trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres. Primeiro, a população masculina e feminina de 14 anos e mais de idade será analisada por faixas etárias, procurando discutir aspectos da socialização para a realização de cuidados (entre 14 a 19 anos), passando pelo período de maior conflito entre vida produtiva e reprodutiva (25 a 49 anos), até as idades mais avançadas (60 anos ou mais). Tal estratégia visa pensar como demandas e ofertas de cuidados se alteram conforme o momento do curso de vida dos indivíduos. Em um segundo momento, a atenção se volta para como essas demandas e ofertas se comportam quando observamos os tipos de arranjos domiciliares nos quais homens e mulheres de 14 anos e mais estão inseridos. Dessa forma, busca-se refletir sobre as fases do ciclo de vida doméstico-familiar, analisando as diferenças no tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidados, bem como nas taxas de realização.

**4.1 Da socialização ao fim da vida: o trabalho doméstico não remunerado sob perspectiva do curso de vida**

As características do sistema de gênero que molda nossa sociedade, antes mesmo de nascer, o sexo da criança já determina uma série de comportamentos esperados para meninos e meninas. Socialmente se espera e é legitimado que desde pequenas as meninas aprendam a fazer tarefas domésticas, diferentemente dos meninos. Ou seja, observa-se uma diferença na socialização entre homens e mulheres no que diz respeito ao trabalho doméstico não remunerado. Dessa forma, é relevante analisar a divisão de afazeres domésticos e cuidados nas idades mais jovens. Para essa análise, escolhemos o recorte de 14 a 19 anos, visto que a PNAD Contínua só pergunta sobre trabalho (remunerado e não remunerado) para pessoas de 14 anos ou mais.

A Tabela 1 traz as atividades realizadas por homens e mulheres na faixa de 14 a 19

anos. Nota-se que desde as idades mais jovens, as mulheres já se configuram como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e de cuidados. Entre as principais tarefas executadas pelas mulheres adolescentes estão preparar ou servir alimentos, limpeza e manutenção de roupas e sapatos e limpeza do domicílio. As mulheres são maioria em todas as atividades, exceto na realização de pequenos reparos.

**TABELA 1** – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) e Taxa de realização de cuidados (TRCD) por tipo de atividade e sexo – Pessoas de 14 a 19 anos – Brasil – 2019 (em %)

| Afazeres Domésticos   | Homem      | Mulher    |
|---|------------|-----------|
| Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças   | 40,3       | 75,0      |
| Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos   | 35,4       | 67,9      |
| Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do auto-móvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos                  | 23,9       | 19,8      |
| Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim   | 45,1       | 64,0      |
| Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)                               | 23,8       | 35,1      |
| Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio  | 26,1       | 38,0      |
| Cuidar dos animais domésticos   | 33,6       | 41,6      |
| <b>Cuidados</b>   |            |           |
| Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)                      | 8,8        | 21,5      |
| Auxiliar em atividades educacionais   | 9,3        | 18,7      |
| Ler, jogar ou brincar   | 12,8       | 22,3      |
| Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio  | 15,4       | 25,8      |
| Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas | 7,3        | 14,0      |
| N   | 10.021.151 | 9.267.512 |

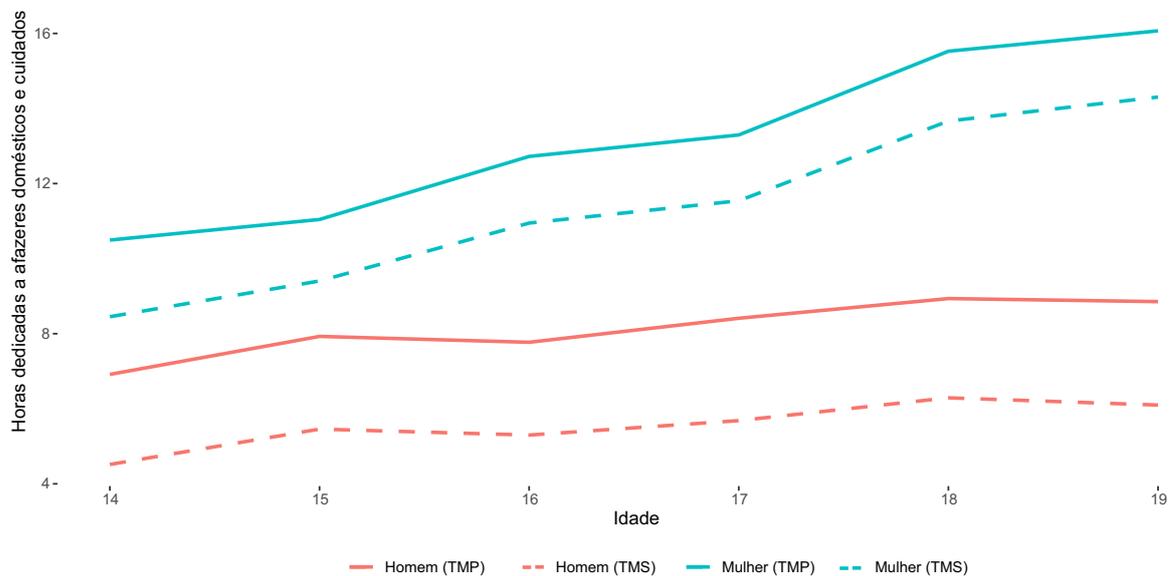
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Os homens adolescentes realizam muito menos afazeres domésticos e de cuidados do que as mulheres adolescentes, sendo notável que em nenhuma atividade há mais de 50% de homens em sua realização. Este resultado aponta para uma grande diferença na socialização, pois a maioria das mulheres nessa faixa já realiza a maior parte das tarefas domésticas, ficando abaixo de 50% apenas em atividades relacionadas a pequenos reparos, organização do domicílio, fazer compras ou cuidado com animais domésticos.

Entre os afazeres domésticos, as atividades que eles mais realizam são limpar ou arrumar o domicílio (45,1%) e preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça (40,3%). No entanto, a diferença quando comparado às mulheres é relevante, 64% das mulheres participam da limpeza do domicílio e 75% da preparação de alimentos, esta última com uma diferença de 34,7 pontos percentuais em relação aos homens.

A Figura 3 traz o tempo médio social e participante para as idades de 14 a 19 anos. Nota-se que as curvas referentes às mulheres apontam uma tendência crescente conforme a idade avança, enquanto as curvas referentes aos homens permanecem praticamente constantes. Em média, as mulheres de 14 a 19 anos gastam 13,3 horas semanais em afazeres domésticos e cuidados, considerando o tempo médio participante. Quando consideramos o tempo médio social, a média é de 11,4 horas semanais. O tempo médio participante dos homens é de 8,2 horas, caindo para 5,6 horas quando consideramos o tempo médio social. Com relação à realização de afazeres domésticos, 84,3% das mulheres na faixa de 14 a 19 anos declararam sua realização, ante a 65,2% dos homens. Quanto aos cuidados, 28,6% das mulheres de 14 a 19 anos declararam realizar atividades de cuidados, ante a 18% dos homens.

**FIGURA 3** – Tempo médio (social e participante) de horas semanais gastas em afazeres domésticos e cuidados de 14 a 19 anos por sexo – Brasil – 2019



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Quando pensamos nos aspectos de socialização, também é importante pensar em que condição as pessoas de 14 a 19 anos estão inseridas no domicílio. A Tabela 2 aponta que mais de 91% das pessoas de 14 a 19 anos estão inseridas nos domicílios nas condições de filho(a) (76,09%), enteado(a) (4,75%) ou neto(a) (10,33%). Ou seja, os valores, hábitos e cultura são passados de pais e avós para filhos e netos, e isso se reflete na alocação do trabalho doméstico não remunerado.

**TABELA 2** – Distribuição da população de 14 a 19 anos por condição no domicílio e sexo – Brasil – 2019 (em %)

| Condição no domicílio                   | Homem      | Mulher    | Total      |
|---|------------|-----------|------------|
| Pessoa responsável                      | 0,71       | 0,98      | 1,69       |
| Cônjuge ou companheiro(a)               | 0,16       | 1,63      | 1,79       |
| Filho(a)                                | 40,35      | 35,75     | 76,09      |
| Enteado(a)                              | 2,52       | 2,24      | 4,75       |
| Genro ou nora                           | 0,16       | 0,82      | 0,98       |
| Sogro(a)                                | 0,00       | 0,00      | 0,00       |
| Neto(a)                                 | 5,75       | 4,59      | 10,33      |
| Bisneto(a)                              | 0,08       | 0,07      | 0,15       |
| Irmão ou irmã                           | 0,62       | 0,57      | 1,18       |
| Outro parente                           | 1,32       | 1,16      | 2,49       |
| Agregado(a)                             | 0,18       | 0,14      | 0,32       |
| Convivente                              | 0,11       | 0,10      | 0,20       |
| Empregado(a) doméstico(a)               | 0,00       | 0,01      | 0,01       |
| Parente do(a) empregado(a) doméstico(a) | 0,00       | 0,01      | 0,01       |
| Total                                   | 51,95      | 48,05     | 100,00     |
| N                                       | 10.021.151 | 9.267.512 | 19.288.663 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

A Tabela 3 traz a realização de cuidados e de afazeres domésticos e a Tabela 4 traz o tempo médio social e participante, ambas por sexo e condição no domicílio para pessoas de 14 a 19 anos. Nota-se que, para as condições de pessoa responsável ou cônjuge, a realização de afazeres domésticos e cuidados e o tempo gasto são mais elevados devido à posição no domicílio, com um marcado diferencial entre homens e mulheres. Apesar de representar apenas uma pequena proporção da população de 14 a 19 anos (Tabela 2), é interessante notar como as transições do curso de vida podem afetar a realização de afazeres domésticos e cuidados, bem como o tempo gasto com estes. Ou seja, mesmo quando se é um jovem entre 14 e 19 anos, quando fazem a transição de saída da casa dos pais para assumirem a posição de responsabilidade do domicílio ou de cônjuge, há uma mudança de comportamento para um padrão semelhante às pessoas adultas.

Para a condição de filho(a), vemos que 17,94% realizam atividades de cuidados, contra 26,76% das mulheres. Ao considerar os afazeres domésticos, 66,01% dos filhos realizam afazeres domésticos. Por outro lado, 84,44% das filhas realizam afazeres domésticos, uma diferença de 18 pontos percentuais em relação aos homens.

**TABELA 3** – Taxa de realização de cuidados (TRCD) e Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) por condição no domicílio e sexo – Pessoas de 14 a 19 anos – Brasil – 2019 (em %)

| Condição no domicílio     | TRCD       |           | TRAD       |           |
|---------------------------|------------|-----------|------------|-----------|
|                           | Homem      | Mulher    | Homem      | Mulher    |
| Pessoa responsável        | 14,62      | 39,00     | 86,74      | 96,84     |
| Cônjuge ou companheiro(a) | 44,24      | 49,44     | 88,65      | 98,92     |
| Filho(a)                  | 17,94      | 26,76     | 66,01      | 84,44     |
| Enteado(a)                | 25,49      | 38,73     | 67,59      | 80,49     |
| Genro ou nora             | 20,98      | 40,94     | 65,88      | 88,74     |
| Neto(a)                   | 14,14      | 24,46     | 54,14      | 75,48     |
| Bisneto(a)                | 22,29      | 37,77     | 51,93      | 87,18     |
| Irmão ou irmã             | 16,44      | 34,84     | 70,99      | 90,45     |
| N                         | 10.021.151 | 9.267.512 | 10.021.151 | 9.267.512 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

A Tabela 4 traz o tempo médio social e participante por sexo e condição no domicílio para as pessoas de 14 a 19 anos. Para o tempo participante, vemos que os filhos dedicam em média 8 horas a afazeres domésticos e cuidados, enquanto as filhas dedicam cerca de 12,4 horas em média. Quando consideramos o tempo social, os filhos dedicam em média 5,5 horas aos afazeres domésticos e cuidados, e as filhas em média 10,7 horas. Ou seja, segundo o tempo social, as filhas dedicam em média quase o dobro de horas em afazeres domésticos e cuidados do que os filhos.

**TABELA 4** – Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) em horas semanais por sexo e condição no domicílio – Pessoas de 14 a 19 anos – Brasil – 2019

| Condição no domicílio     | TMP       |           | TMS        |           |
|---------------------------|-----------|-----------|------------|-----------|
|                           | Homem     | Mulher    | Homem      | Mulher    |
| Pessoa responsável        | 11,2      | 22,8      | 9,9        | 22,4      |
| Cônjuge ou companheiro(a) | 12,1      | 25,0      | 11,2       | 24,9      |
| Filho(a)                  | 8,0       | 12,4      | 5,5        | 10,7      |
| Enteado(a)                | 7,91      | 12,0      | 5,6        | 9,9       |
| Genro ou nora             | 9,81      | 18,6      | 6,7        | 16,9      |
| Neto(a)                   | 8,26      | 12,2      | 4,7        | 9,4       |
| Bisneto(a)                | 9,92      | 10,8      | 5,8        | 9,4       |
| Irmão ou irmã             | 9,54      | 14,2      | 6,9        | 13,0      |
| N                         | 6.834.698 | 7.962.866 | 10.021.151 | 9.267.512 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

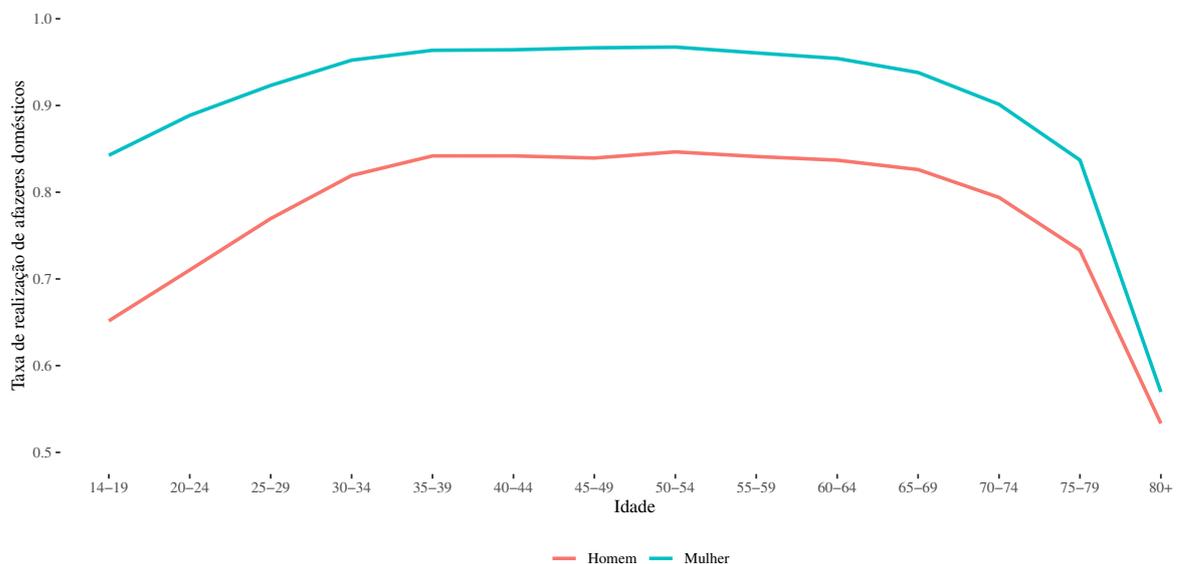
É importante ressaltar que a socialização também guarda importantes diferenciais de raça e classe, que não são trazidos pois não é nosso objetivo é analisar a socialização de forma

breve, para oferecer o contexto para o período de maior sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado na vida dos indivíduos, dos 25 aos 49 anos. Essa breve análise para a faixa de 14 a 19 anos aponta que os aspectos de socialização da divisão sexual do trabalho estão presentes desde muito jovem na vida de homens e mulheres, aprofundando-se nos momentos de início e expansão do ciclo de vida doméstico-familiar, onde o conflito trabalho-família se pronuncia de forma contundente na vida das mulheres.

Dessa forma, seguiremos nossa análise olhando para a realização de trabalho doméstico não remunerado com uma medida global (considerando 14 anos ou mais) e comparando com a faixa de 25 a 49 anos, correspondente às fases de início e expansão do ciclo de vida doméstico-familiar. Assim, podemos aprofundar tanto na quantificação quanto na qualificação da pressão que os afazeres domésticos e cuidados exercem nesse período da vida.

Agora, analisaremos a taxa de realização de afazeres domésticos e cuidados, cujas atividades estão compreendidas no Quadro 5. Para os afazeres domésticos, considerando as pessoas de 14 anos ou mais, os resultados mostram que 92% das mulheres realizaram afazeres domésticos em 2019, contra apenas 78% dos homens. Na Figura 4, detalhamos a realização de afazeres domésticos por idade. As curvas apontam grandes diferenciais na realização dos afazeres domésticos, principalmente nas idades mais jovens. As taxas convergem nas idades finais, com grande queda tanto para homens quanto para mulheres, provavelmente devido a incapacidade física de realizar tais atividades por conta da idade avançada.

**FIGURA 4** – Taxa de realização de afazeres domésticos por idade e sexo – Brasil – 2019



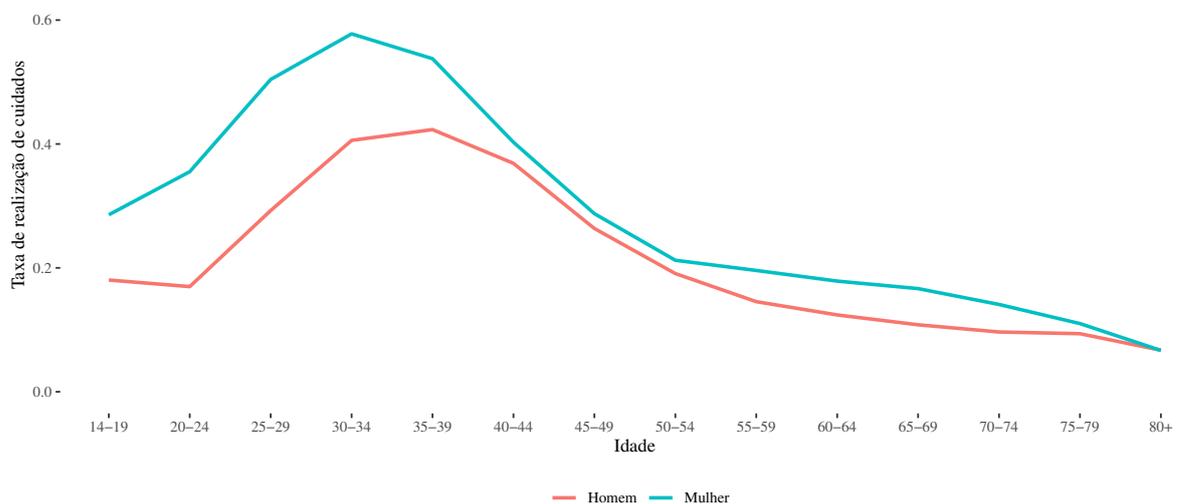
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Sobre a realização de cuidados, em 2019 cerca de 33% das mulheres de 14 anos ou mais realizaram atividades de cuidados, contra apenas 24% dos homens na mesma faixa etária. Ao analisar a realização de cuidados por idade na Figura 5, notamos que o pico se dá para as mulheres na faixa de 30 a 34 anos e para os homens na faixa dos 35 a 39 anos, o que

corresponderia, segundo os indicadores de nupcialidade e fecundidade<sup>10</sup>, ao início de formação da família e nascimento dos filhos.

A diferença de nível entre as curvas é bastante pronunciada: até os 40 anos, as mulheres realizam muito mais trabalho de cuidados que os homens. Dos 40 aos 54 anos essas curvas têm uma queda e se aproximam, resultado que pode ser atribuído ao crescimento dos filhos e transição para a vida adulta destes. A partir dos 54 anos, a diferença aumenta, o que pode ser explicado pelas mulheres assumindo cuidados de pessoas idosas ou dos netos. Nota-se um leve pico para as mulheres na faixa de 65 a 69 anos, possivelmente devido ao cuidado de outras pessoas idosas, como o cônjuge ou os pais e em menor proporção de crianças como netos.

**FIGURA 5** – Taxa de realização de cuidados por idade e sexo – Brasil – 2019

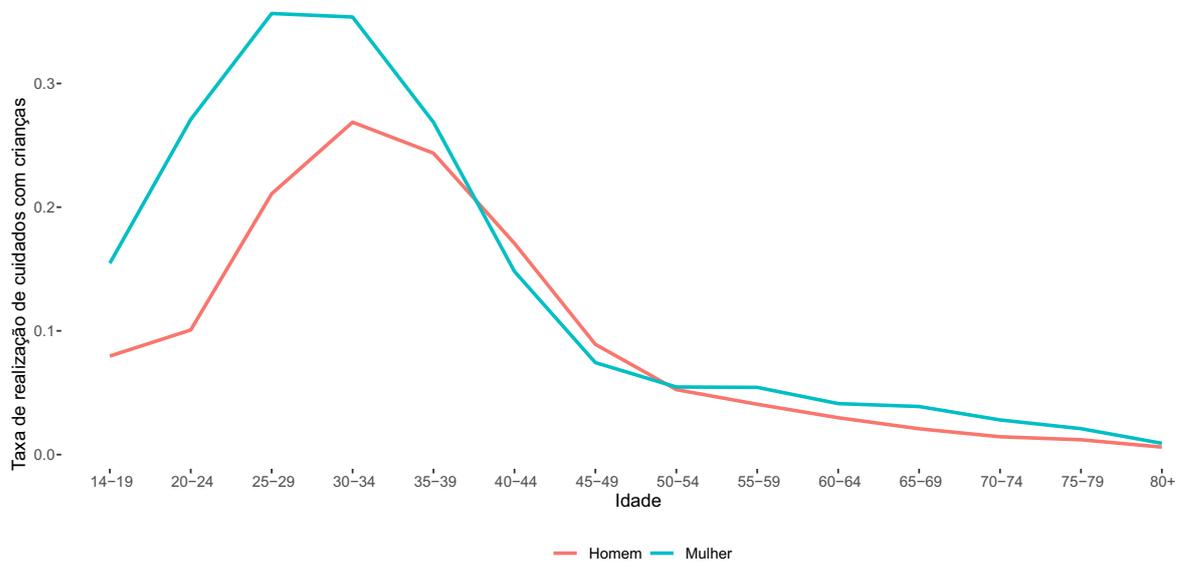


**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Dessa forma, torna-se relevante analisar os cuidados dispendidos a crianças e idosos separadamente. A Figura 6 traz as taxas de realização de cuidados de crianças de 0 a 5 anos. A curva de realização de cuidados de crianças de 0 a 5 anos tem um formato muito parecido com o da Figura 5, apontando que o cuidado de crianças ainda é o principal realizado nos domicílios brasileiros, mesmo com pronunciada queda da fecundidade e aumento da longevidade.

<sup>10</sup> Segundo o Informativo das Estatísticas do Registro Civil, divulgada pelo IBGE, em 2017 a Idade média ao casar no Brasil era de 30 anos para os homens e 28 anos para as mulheres. E 2/3 do total de nascimentos registrados em 2017 são de mulheres na faixa de 20 a 35 anos de idade. Informações extraídas de: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_2017\\_v44\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2017_v44_informativo.pdf)

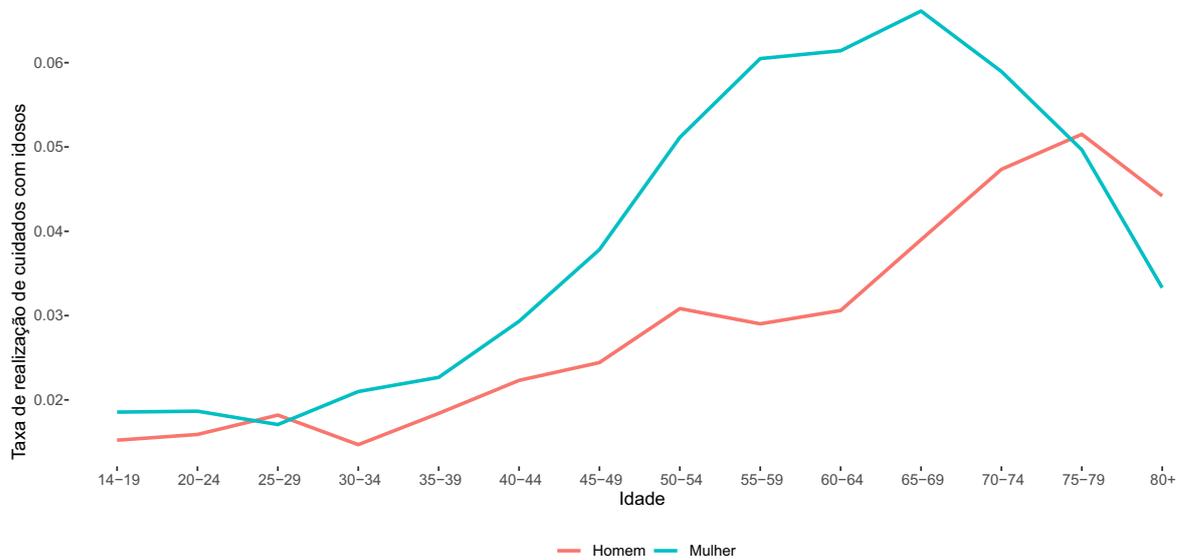
**FIGURA 6** – Taxa de realização de cuidados de crianças de 0 a 5 anos por idade e sexo – Brasil – 2019



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

A Figura 7 traz as taxas de realização de cuidados e aponta que a realização de cuidados para idosos é feito em grande medida por pessoas igualmente idosas, em especial por mulheres. A diferença entre os sexos é expressiva, levantando a hipótese de que ao final da vida as mulheres cuidam dos homens, provavelmente seus cônjuges. De fato, Camarano e Kanso (2010) apontam que a principal fonte de apoio para os homens idosos são as esposas, enquanto para as mulheres são os filhos. Em 2008, cerca de 76,9% dos homens idosos viviam com seus cônjuges, contra apenas 43,2% das mulheres (CAMARANO; KANSO, 2010).

Conforme aponta a Figura 7, as mulheres apresentam uma taxa de realização de cuidados com idosos crescente a partir dos 25 anos, atingindo o pico por volta dos 65 anos e decresce vertiginosamente nos grupos etários finais. A taxa dos homens começa a crescer lentamente a partir dos 30 atingindo seu pico ao 75, ultrapassando a taxa feminina. Há algumas possíveis explicações para isso. Primeiro, as mulheres ficam viúvas mais cedo que os homens, vão morar com os filhos e, portanto, serem cuidadas por eles. Outro motivo é que, como aponta Camarano e Kanso (2010), as mulheres são maioria entre os idosos com dificuldade em realizar atividades da vida diária e vivem um tempo mais logo em incapacidade do que os homens. Sendo assim, nas idades mais avançadas dos homens, eles passam a cuidar das mulheres com uma grande dificuldade em realizar atividades da vida diária.

**FIGURA 7** – Taxa de realização de cuidados de idosos por idade e sexo – Brasil – 2019

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

A Tabela 5 traz a realização de cuidados por faixa etária dos ofertantes e demandantes de cuidados. Ao nos atermos ao cuidado das pessoas de 0 a 5 anos, vemos que 16,1% das mulheres de 14 anos ou mais dedicaram cuidados a essa faixa etária, ante a 11,9% dos homens. Já na faixa etária de 6 a 14 anos, 17,1% das mulheres realizaram cuidados para pessoas dessas idades, contra 12,5% dos homens. Em relação ao cuidado de idosos, 3,5% das mulheres e 2,4% dos homens declararam realizar cuidados para essa faixa etária.

Ao observar a faixa de 25 a 49 anos, temos que no geral 46,6% das mulheres nessa faixa etária realizam atividades de cuidado, contra 35,4% dos homens. A Tabela 5 mostra que de fato há um aumento significativo em todas as faixas de cuidado quando olhamos para as pessoas na faixa de 25 a 49 anos, exceto em relação ao cuidado de idosos.

**TABELA 5** – Taxa de Realização de Cuidados por sexo e idade de ofertantes e demandantes de cuidados – Brasil – 2019 (em %)

| Taxa de realização de cuidados          | 14 anos ou mais |            | 25 a 49 anos |            |
|---|-----------------|------------|--------------|------------|
|   | Homem           | Mulher     | Homem        | Mulher     |
| Cuidado de moradores de 0 a 5 anos      | 12,0            | 16,1       | 20,0         | 24,2       |
| Cuidado de moradores de 6 a 14 anos     | 12,5            | 17,1       | 19,7         | 28,4       |
| Cuidado de moradores de 15 a 59 anos    | 3,2             | 4,4        | 3,6          | 5,1        |
| Cuidado de moradores de 60 anos ou mais | 2,4             | 3,5        | 1,9          | 2,5        |
| Cuidado total                           | 24,1            | 32,8       | 35,4         | 46,6       |
| N                                       | 81.144.584      | 90.017.067 | 36.343.984   | 39.738.905 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Agora, detalharemos as taxas por tipo de atividade. A Tabela 6 traz as taxas de

realização de afazeres domésticos por tipo de atividade, considerando as faixas de 14 anos ou mais e de 25 a 49 anos. Para as pessoas de 14 anos ou mais, as mulheres são maioria em todas as atividades, exceto na realização de pequenos reparos (28,1%), onde a maioria é masculina (45,6%). Entre as atividades analisadas, destacam-se as atividades relacionadas à alimentação (preparar alimentos e lavar a louça), que foi realizada por 87,9% das mulheres, e apenas 48,7% dos homens. Destacam-se ainda a limpeza e manutenção de roupas e sapatos, em que 83,9% das mulheres realizaram contra 42,9% dos homens, uma diferença de 41 pontos percentuais.

Ao considerar as pessoas de 25 a 49 anos, nota-se que há um aumento em todas as atividades para homens e mulheres, indicando que as pessoas nessa faixa de idade realizam mais afazeres domésticos do que as pessoas de 14 anos ou mais. Analisar a faixa de 25 a 49 anos nos permite uma maior aproximação das fases que, segundo os indicadores de nupcialidade e fecundidade, correspondem ao início e expansão do ciclo de vida doméstico-familiar.

**TABELA 6** – Taxa de realização de afazeres domésticos por tipo de atividade, sexo e faixa etária – Brasil – 2019 (em %)

| Categorias de afazeres domésticos                               | 14 anos ou mais |          | 25 a 49 anos |          |
|---|-----------------|----------|--------------|----------|
|   | Homem           | Mulher   | Homem        | Mulher   |
| Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças | 48,7            | 87,9     | 52,1         | 92,0     |
| Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos             | 42,9            | 83,9     | 46,1         | 89,3     |
| Fazer pequenos reparos ou manutenção                            | 45,6            | 28,1     | 51,7         | 31,8     |
| Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim | 54,7            | 76,7     | 58,0         | 81,7     |
| Cuidar da organização do domicílio                              | 56,0            | 68,1     | 63,1         | 76,5     |
| Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio      | 57,7            | 72,0     | 64,9         | 80,7     |
| Cuidar dos animais domésticos                                   | 35,5            | 45,6     | 36,1         | 48,0     |
| N   | 81144584        | 90017067 | 36343984     | 39738905 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

A Tabela 7 descreve a realização de cuidados por tipo de atividade. Olhando para as pessoas de 14 anos ou mais, nota-se que as mulheres têm uma taxa de realização de cuidados maior em todas as atividades, com a maior diferença no auxílio aos cuidados pessoais, que é a atividade menos realizada pelos homens. A atividade mais realizada pelos homens é monitorar ou fazer companhia no domicílio, seguido por ler, jogar ou brincar. De fato, Gama et al. (2018) apontam para uma reconfiguração do espaço doméstico onde apesar de as mulheres continuarem sendo as principais responsáveis pelos cuidados pessoais, os homens têm ampliado a participação em atividades interativas e relacionais com as crianças, como o brincar.

Se nos atermos à faixa de 25 a 49 anos, nota-se um aumento expressivo em relação à faixa de 14 anos ou mais na realização de todas as atividades de cuidados. Esse resultado corrobora com o que é vastamente apontado pela literatura, mostrando que as atividades de cuidados estão concentradas nas fases de início e expansão do ciclo de vida doméstico-familiar,

pois é quando há presença de crianças no domicílio. Esse resultado também é apontado pela Figura 5, que mostra que a realização de cuidados está majoritariamente concentrada nessa faixa de idade.

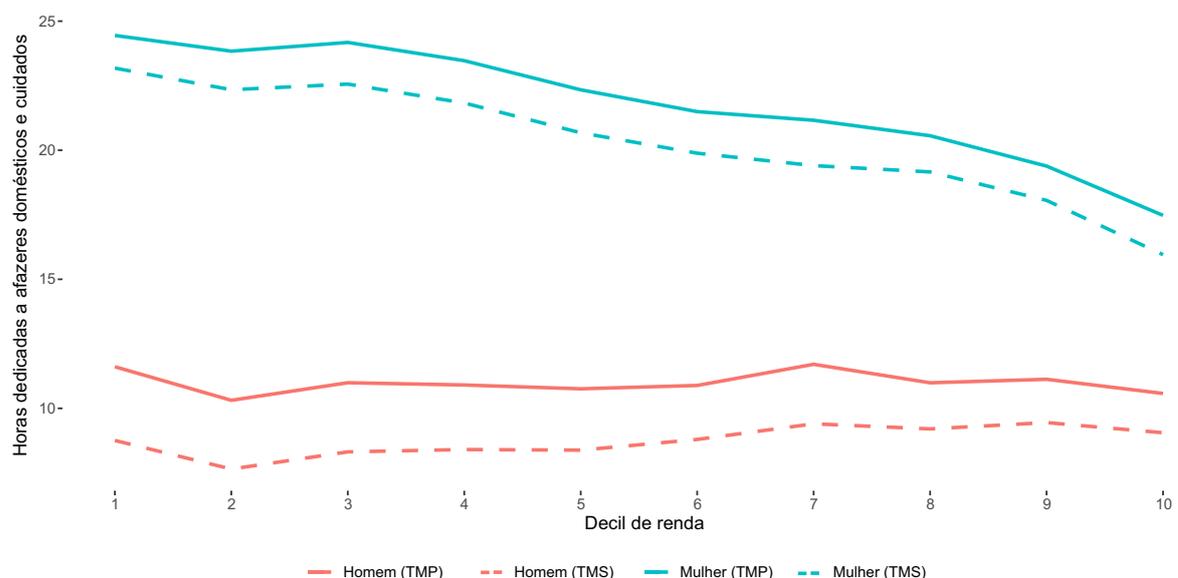
**TABELA 7** – Taxa de realização de cuidados por tipo de atividade, sexo e faixa etária – Brasil – 2019 (em %)

| Categorias de cuidados                           | 14 anos ou mais |            | 25 a 49 anos |            |
|--|-----------------|------------|--------------|------------|
|  | Homem           | Mulher     | Homem        | Mulher     |
| Auxiliar nos cuidados pessoais                   | 16,4            | 28,1       | 26,0         | 40,9       |
| Auxiliar em atividades educacionais              | 14,5            | 23,4       | 24,1         | 37,7       |
| Ler, jogar ou brincar                            | 17,6            | 24,9       | 28,4         | 38,7       |
| Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio | 21,2            | 30,1       | 31,6         | 43,2       |
| Transportar ou acompanhar para atividades        | 17,0            | 23,8       | 27,2         | 37,1       |
| N  | 81.144.584      | 90.017.067 | 36.343.984   | 39.738.905 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Para realizar a análise por renda (ou rendimento efetivo domiciliar per capita), separamos a população em decis, comparando os 20% mais pobres e os 10% mais ricos. A Figura 8 traz o tempo médio social e participante dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e decil de renda.

**FIGURA 8** – Tempo médio (social e participante) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e decil do rendimento domiciliar per capita – Brasil – 2019



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Para as mulheres, nota-se um declínio nos tempos social e participante na medida em que se avança para os estratos mais altos de renda. Por outro lado, os homens apresentam apenas algumas oscilações, apresentando um leve pico no sétimo decil. Ou seja, em termos

de horas, a renda é relevante para reduzir o tempo gasto pelas mulheres em trabalho doméstico não remunerado, visto que elas podem passar a delegar a demanda de afazeres domésticos e cuidados do domicílio. Por outro lado, os homens não mudam de forma significativa o tempo gasto, mas nota-se que, ao avançar nos estratos mais altos, a diferença entre o tempo médio social e participante diminui, indicando um aumento da participação masculina no trabalho doméstico não remunerado. Dessa forma, é importante também analisar quais tarefas os homens mais pobres e mais ricos realizam.

As Tabelas 8 e 9 trazem as taxas de realização de afazeres domésticos e cuidados por sexo, renda e faixas etárias: 14 anos ou mais e 25 a 49 anos, respectivamente. Ao analisar a realização de afazeres domésticos e cuidados por níveis de renda, notam-se algumas diferenças importantes. De maneira geral, os homens nos estratos mais altos de renda declaram realizar mais os afazeres domésticos do que os homens dos estratos mais baixos. As mulheres nos estratos mais altos realizam menos afazeres domésticos que as mulheres nos estratos mais baixos, exceto nas tarefas relacionadas a organização do domicílio (cuidar da organização e fazer compras).

**TABELA 8** – Taxas de realização de afazeres domésticos e Taxa de realização de cuidados – por sexo, rendimento domiciliar per capita e categoria de atividade – Brasil – Pessoas de 14 anos ou mais – 2019 (em %)

| Taxa de Realização de Afazeres Domésticos                       | 20% mais pobres |          | 10% mais ricos |          |
|---|-----------------|----------|----------------|----------|
|   | Homem           | Mulher   | Homem          | Mulher   |
| Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças | 38,6            | 90,1     | 59,8           | 83,1     |
| Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos             | 35,3            | 87,1     | 49,5           | 76,1     |
| Fazer pequenos reparos ou manutenção                            | 39,6            | 29,4     | 46,2           | 25,5     |
| Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim | 47,7            | 79,8     | 56,4           | 68,9     |
| Cuidar da organização do domicílio                              | 44,0            | 62,6     | 67,7           | 72,3     |
| Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio      | 45,3            | 65,5     | 69,1           | 76,4     |
| Cuidar dos animais domésticos                                   | 31,0            | 43,7     | 36,4           | 42,4     |
| Afazeres domésticos (geral)                                     | 71,5            | 93,2     | 84,5           | 90,5     |
| <b>Taxa de Realização de Cuidados</b>                           |                 |          |                |          |
| Auxiliar nos cuidados pessoais                                  | 20,4            | 43,7     | 11,9           | 15,5     |
| Auxiliar em atividades educacionais                             | 17,7            | 37,4     | 10,8           | 13,2     |
| Ler, jogar ou brincar   | 22,9            | 39,8     | 12,6           | 14,4     |
| Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio                | 27,3            | 46,1     | 14,6           | 17,1     |
| Transportar ou acompanhar para atividades                       | 19,4            | 34,3     | 13,4           | 15,6     |
| Cuidados (geral)  | 31,0            | 49,5     | 16,6           | 19,0     |
| N   | 10449309        | 11921736 | 10586284       | 11457396 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

No conjunto da população de 14 anos ou mais, nota-se que a realização de afazeres domésticos das mulheres mais ricas e mais pobres se dão praticamente nas mesmas categorias.

Entre os homens, observa-se uma diferença. Os homens mais pobres se concentram mais na limpeza do domicílio, garagem, quintal ou jardim e nas compras para o domicílio. Os homens mais ricos se concentram nas compras e na organização do domicílio (pagar contas, contratar empregados, etc.). Ou seja, a participação dos homens mais ricos nos afazeres domésticos está mais associada ao seu papel enquanto provedor, enquanto para os mais pobres a tarefa mais realizada é a limpeza do domicílio (principalmente de áreas externas), com tarefas relacionadas ao papel de provedor aparecendo em segundo lugar.

Ao observar os tipos de cuidados, nota-se mais uma vez pouca diferença no padrão de atividades realizadas por mulheres mais pobres e mais ricas. Os homens apresentam uma leve diferença, com os homens mais pobres se dedicando mais a cuidados mais lúdicos (ler, jogar ou brincar) e os mais ricos em tarefas como transporte para escola, médico, etc. Ou seja, para os homens temos um diferencial de renda relevante, porque os homens mais pobres se dedicam mais a atividades que demandam apenas tempo disponível em casa, enquanto os mais ricos se dedicam mais a atividades que demandam bens e tempo flexível para sua realização.

**TABELA 9** – Taxas de realização de afazeres domésticos e de Taxa de realização de cuidados – por sexo, rendimento domiciliar per capita e categoria de atividade – Brasil – Pessoas de 25 a 49 anos – 2019 (em %)

| Taxa de Realização de Afazeres Domésticos                       | 20% mais pobres |           | 10% mais ricos |           |
|---|-----------------|-----------|----------------|-----------|
|   | Homem           | Mulher    | Homem          | Mulher    |
| Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças | 40,4            | 95,2      | 64,6           | 86,0      |
| Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos             | 36,2            | 93,2      | 55,0           | 79,0      |
| Fazer pequenos reparos ou manutenção                            | 47,2            | 32,4      | 49,0           | 28,2      |
| Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim | 50,9            | 85,6      | 59,9           | 71,7      |
| Cuidar da organização do domicílio                              | 54,1            | 72,2      | 71,8           | 77,5      |
| Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio      | 55,5            | 76,3      | 73,0           | 81,3      |
| Cuidar dos animais domésticos                                   | 32,5            | 46,8      | 36,7           | 44,5      |
| Afazeres domésticos (geral)                                     | 77,7            | 96,8      | 86,4           | 93,5      |
| <b>Taxa de Realização de Cuidados</b>                           |                 |           |                |           |
| Auxiliar nos cuidados pessoais                                  | 30,2            | 53,8      | 20,0           | 27,3      |
| Auxiliar em atividades educacionais                             | 26,3            | 47,9      | 18,7           | 25,8      |
| Ler, jogar ou brincar   | 32,8            | 49,0      | 21,4           | 27,9      |
| Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio                | 37,7            | 56,0      | 23,1           | 29,7      |
| Transportar ou acompanhar para atividades                       | 28,8            | 44,3      | 21,4           | 28,0      |
| Cuidados (geral)  | 42,6            | 59,5      | 25,2           | 32,1      |
| N   | 4.790.413       | 6.194.581 | 4.740.781      | 4.841.829 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Ao comparar a realização de afazeres domésticos entre o grupo de 14 anos ou mais e o grupo de 25 a 49 anos, há um leve aumento para todas as atividades quando consideramos

a faixa de 25 a 49 anos, indicando que os afazeres domésticos parecem estar bem distribuídos ao longo do curso de vida. Para o grupo de 14 anos ou mais, 93,2% das mulheres e 71,5% dos homens que estão entre os 20% mais pobres realizaram afazeres domésticos. Entre os 10% mais ricos, 90,5% das mulheres e 84,5% dos homens realizaram afazeres domésticos, indicando que os homens nos estratos mais altos de renda tendem a realizar mais afazeres domésticos. Para o grupo de 25 a 49 anos, entre os 20% mais pobres, 96,8% das mulheres e 77,7% dos homens realizaram afazeres domésticos. Entre os 10% mais ricos, 93,5% das mulheres e 86,4% dos homens realizaram afazeres domésticos.

A realização de cuidados está muito relacionada às fases do ciclo de vida familiar, apresentando uma grande diferença entre os grupos de 14 anos ou mais e de 25 a 49 anos para todas as atividades. Para o grupo de 25 a 49 anos, entre os 20% mais pobres, 59,5% das mulheres e 42,6% dos homens realizaram cuidados. Para os 10% mais ricos, no grupo de 14 anos ou mais, 19,0% das mulheres e 16,6% dos homens realizaram atividades de cuidados. Por outro lado, no grupo de 25 a 49 anos, 32,1% das mulheres e 25,2% dos homens realizaram atividades de cuidados. Ou seja, há um aumento significativo em relação ao grupo de 14 anos ou mais, mostrando que as atividades de cuidados estão mais concentradas na faixa de 25 a 49 anos.

Os resultados evidenciam uma grande diferença entre os níveis de renda, com os estratos mais baixos de renda realizando muito mais atividades de cuidado que os estratos mais altos. Isso pode se dar tanto pela delegação/terceirização desse trabalho, com babás, escolas, cursos e outras atividades. Mas também pode ser parte de um efeito de composição, visto que as faixas mais altas de renda apresentam uma fecundidade mais baixa ou tendem a postergar a fecundidade. Além da diferença no nível, os estratos mais altos têm uma diferença bem menor entre os sexos do que os estratos mais baixos, podendo indicar uma distribuição mais igualitária das atividades ou a predominância do modelo de delegação.

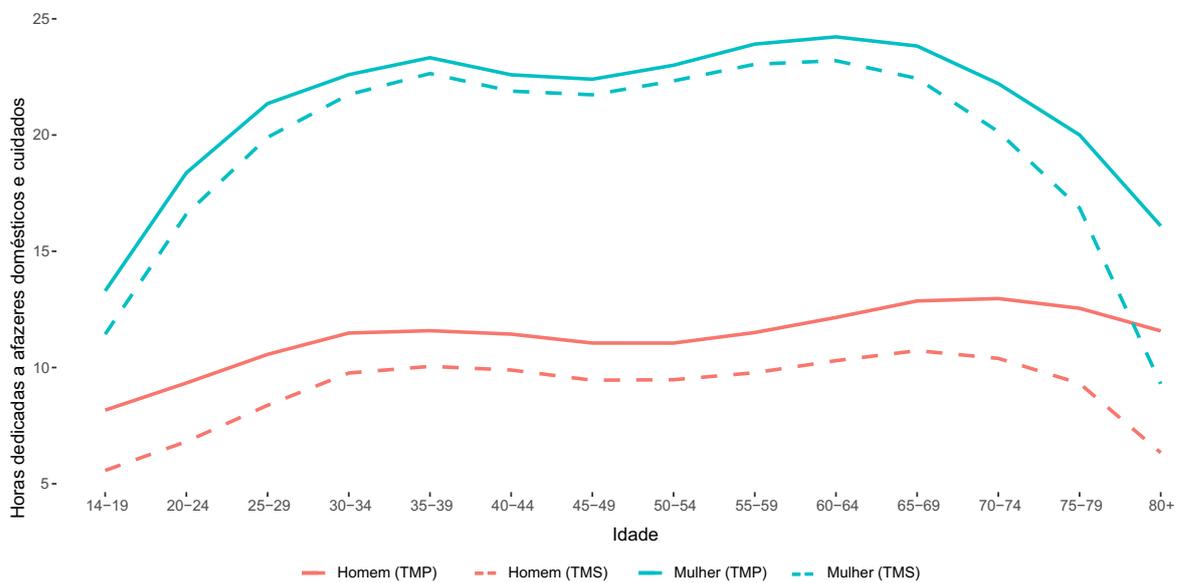
Por outro lado, os tipos de atividades realizadas por homens e mulheres são os mesmos independente do estrato de renda. As atividades mais realizadas pelas mulheres, em ambos os estratos de renda, são preparar ou servir alimento e cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos. Para os homens, as duas atividades mais realizadas em ambas as faixas de renda são cuidar da organização do domicílio e pagar contas. Ou seja, apesar de uma redução no nível de atividade das mulheres e aumento do nível de atividade dos homens, o tipo de atividade que homens e mulheres continua o mesmo, o que condiz com o princípio de separação da divisão sexual do trabalho.

A Figura 9 mostra o tempo médio social e participante em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados. Em 2019, o tempo médio participante dedicado a afazeres domésticos e cuidados foi de 21,4 horas semanais para as mulheres, enquanto para os homens foi de 11 horas. O tempo médio social foi de 19,9 horas semanais para as mulheres e 8,8 horas para os homens. Para as mulheres, os níveis de ambas as curvas são bem próximos, com um pequeno distanciamento nas idades iniciais e um distanciamento mais significativo nas idades avançadas, que são as faixas onde há relevante presença de demandantes de cuidados. Com relação aos

homens, a diferença no nível é maior que das mulheres, com um pequeno distanciamento tanto nas idades iniciais quanto nas idades finais.

Ainda analisando a Figura 9, nota-se que apesar de uma grande diferença nos níveis, as curvas apresentam um padrão parecido, com dois picos, um ao redor dos 30 anos e outro ao redor dos 65 anos, que representam duas fases importantes no ciclo de vida. A primeira representa o início da família e nascimento dos filhos, enquanto a segunda representa o momento de aposentadoria, o que justifica o aumento no trabalho doméstico devido à maior disponibilidade de tempo.

**FIGURA 9** – Tempo médio (social e participante) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por idade e sexo – Brasil – 2019



**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Por fim, também é de extrema necessidade a análise por algumas características demográficas e socioeconômicas relacionadas ao uso do tempo social de homens e mulheres, conforme apontado pela bibliografia trabalhada no Capítulo 1. Os resultados estão apresentados na Tabela 10.

**TABELA 10** – Tempo médio social em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados segundo condições socioeconômicas e demográficas – Brasil – 2019

|   | 14 anos ou mais |          | 25 a 49 anos |          |
|---|-----------------|----------|--------------|----------|
|   | Homem           | Mulher   | Homem        | Mulher   |
| <b>Educação</b>                                       |                 |          |              |          |
| Sem instrução a fundamental incompleto                | 8,4             | 21,0     | 8,5          | 24,3     |
| Superior completo                                     | 9,7             | 17,1     | 9,8          | 17,0     |
| <b>Renda per capita</b>                               |                 |          |              |          |
| 20% mais pobres                                       | 8,2             | 22,7     | 9,5          | 26,5     |
| 10% mais ricos  | 9,0             | 15,9     | 9,4          | 15,6     |
| <b>Condição de ocupação</b>                           |                 |          |              |          |
| Pessoas ocupadas                                      | 8,8             | 17,7     | 9,4          | 18,2     |
| Pessoas desocupadas                                   | 10,5            | 22,7     | 12,0         | 26,1     |
| <b>Condição na força de trabalho</b>                  |                 |          |              |          |
| Pessoas na força de trabalho (ocupadas + desocupadas) | 9,0             | 18,4     | 9,6          | 19,2     |
| Pessoas fora da força de trabalho                     | 8,4             | 21,5     | 8,7          | 28,3     |
| <b>Raça/Cor</b>                                       |                 |          |              |          |
| Amarelos e indígenas                                  | 9,7             | 19,3     | 9,9          | 21,6     |
| Branco  | 9,0             | 19,1     | 9,5          | 20,6     |
| Pretos e pardos                                       | 8,7             | 20,5     | 9,5          | 22,4     |
| N   | 81144584        | 90017067 | 36343984     | 39738905 |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Ao observarmos o tempo médio social por escolaridade e para pessoas de 14 anos ou mais, do nível mais baixo para o mais alto de escolaridade, os homens aumentam o tempo gasto em 1,3 horas semanais. Por outro lado, as mulheres vão em movimento contrário, reduzindo em 3,9 horas. Para o grupo de 25 a 49 anos, não há diferença expressiva para os homens comparado ao grupo de 14 anos ou mais. Para as mulheres, há uma expressiva redução de 7,3 horas no tempo médio gasto em afazeres domésticos e cuidados.

Analisando os resultados por renda, a queda é ainda mais pronunciada para as mulheres em ambos os grupos. Para o grupo de 14 anos ou mais, as mulheres entre as 10% mais ricas gastam em média 6,8 horas semanais a menos com afazeres domésticos e cuidados que as mulheres entre as 20% mais pobres. Entre os homens da mesma faixa etária, há uma leve oscilação, com os homens mais ricos gastando 0,8 horas a mais em trabalho doméstico não remunerado. Para a faixa de 25 a 49, as mulheres mais ricas gastam cerca de 10,9 horas semanais a menos que as mulheres mais pobres, enquanto para os homens não há mudança expressiva. Essa queda expressiva do tempo gasto pelas mulheres pode ser porque ao atingir um maior nível de renda, a mulher passa a ter maiores possibilidades de reduzir seu trabalho doméstico a partir da aquisição de bens e serviços, conforme discutido no Capítulo 1.

Outra questão que podemos levantar é com relação às diferenças entre escolaridade e renda. Apesar de não inferir causalidade, esses resultados podem apontar para um impacto maior da renda em comparação à escolaridade no tempo gasto em afazeres domésticos e cuidados. No Capítulo 1 discutimos que não há um regime igualitário para os sexos no âmbito doméstico, cabendo à mulher a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Com a predominância dos modelos de conciliação e delegação, a mudança nas horas gastas pelas mulheres não se dá pelo aumento da participação masculina, mas sim pela possibilidade de delegação do trabalho doméstico, o que é mais provável de ocorrer nos estratos mais altos de renda (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009; GAMA et al., 2018).

Ao analisar a condição de ocupação para as pessoas de 14 anos ou mais, vemos que tanto as mulheres quanto os homens ocupados gastam menos horas com afazeres domésticos e cuidados. Na condição de ocupadas, as mulheres gastam em média 17,7 horas semanais com afazeres domésticos e cuidados, enquanto os homens gastam em média 8,8 horas. Quando estão desocupadas as mulheres gastam em média 22,7 horas semanais, 5 horas a mais do que quando estão ocupadas. Os homens desocupados gastam em média 10,5 horas semanais, 1,7 horas a mais do que quando estão ocupados. Ou seja, quando as mulheres estão desocupadas, aumentam sua carga de trabalho doméstico em uma proporção maior que os homens quando estes ficam desocupados.

Para o grupo de 25 a 49 anos, as mulheres ocupadas gastam em média 18,2 horas semanais, enquanto os homens gastam 9,4 horas. Na situação de desocupadas, as mulheres de 25 a 49 anos gastam em média 26,1 horas semanais, 7,9 horas a mais do que quando estão ocupadas. Os homens de 25 a 49 anos, quando estão desocupados, gastam em média 12 horas semanais com afazeres domésticos e cuidados, um aumento de 2,6 horas em relação à quando estão ocupados.

Agora analisaremos a condição na força de trabalho. As pessoas na força de trabalho são a soma das pessoas ocupadas e desocupadas. As pessoas fora da força de trabalho são as pessoas que não estão ocupadas e que também não tomaram nenhuma providência para encontrar trabalho no período de referência. Para as pessoas de 14 anos ou mais, as mulheres na força de trabalho gastam em média 18,4 horas semanais com afazeres domésticos e cuidados, enquanto as mulheres fora da força de trabalho gastam em média 21,5 horas. Os homens na força de trabalho gastam em média 9 horas semanais, enquanto os que estão fora da força de trabalho gastam em média 8,4 horas. Para o grupo de 25 a 49 anos, as mulheres na força de trabalho gastam em média 19,2 horas semanais, enquanto as que estão fora da força de trabalho gastam em média 28,3 horas, uma diferença de 9,1 horas. Por outro lado, os homens de 25 a 49 anos na força de trabalho gastam em média 9,6 horas semanais, enquanto os que estão fora da força de trabalho gastam 8,7 horas.

As mulheres de 25 a 49 anos fora da força de trabalho são as que mais gastam tempo com afazeres domésticos e cuidados. De fato, analisando o motivo pelo qual as mulheres dessa faixa etária não tomaram providências para conseguir trabalho, 58,8% responderam que tinham

que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes (IBGE, 2019b). Ou seja, a maioria das mulheres que estão fora da força de trabalho alegam que não procuram trabalho por causa dos afazeres domésticos e de cuidados.

Por fim, além de analisar os cuidados dedicados aos idosos como discutimos no início desta seção, também é importante entender qual o papel dos idosos na alocação de afazeres domésticos e cuidados. Retomando a Figura 9, nota-se que a curva do tempo médio dedicado a afazeres domésticos e cuidados apresenta dois picos um ao redor dos 30 anos, fase de formação da família, e um ao redor dos 65 anos, quando as pessoas tendem a se aposentar. Ou seja, os idosos têm uma maior disponibilidade de tempo para o trabalho doméstico não remunerado do que pessoas em idade ativa. Por outro lado, a idade também pode trazer limitações à realização de atividades da vida diária (CAMARANO; KANSO, 2010), ou seja, passam de ofertantes a demandantes de cuidados conforme avançam ainda mais na idade. Dessa forma, optou-se por dividir o grupo de idosos em duas faixas: 60 a 79 anos e 80 anos ou mais.

A Tabela 11 traz o tempo médio social e participante dedicado a afazeres domésticos e de cuidados, bem como as taxas de realização de afazeres domésticos e realização de cuidados. Além disso, traz também a taxa de realização de cuidados dedicados a pessoas de 60 anos ou mais. Com relação aos afazeres domésticos, nota-se que há uma elevada taxa de realização para os idosos de 60 a 79 anos, 81,1% dos homens e 92,1% das mulheres nessa faixa realizam afazeres domésticos. No entanto, ao olhar para a faixa de 80 anos ou mais, evidencia-se uma queda pronunciada nas taxas de realização, cerca de 53,3% dos homens e 57,0% das mulheres, apontando que ao final da vida, a realização de afazeres domésticos se torna mais difícil. Ao olhar para os cuidados, também há uma grande diferença quando comparamos os dois grupos. Cerca de 11,0% dos homens e 15,7% das mulheres de 60 a 79 anos realizam atividades de cuidados, caindo para 6,7% para ambos os sexos quando consideramos a faixa de 80 anos ou mais. Quando olhamos para o cuidado de idosos, temos que 3,9% dos homens e 6,1% das mulheres de 60 a 79 anos cuidam de outros idosos de 60 anos ou mais. Na faixa de 80 anos ou mais, 4,4% dos homens e 3,3% das mulheres nessa faixa dedicam cuidados para outros idosos de 60 anos ou mais.

**TABELA 11** – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD), Taxa de realização de cuidados (TRCD), Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) por sexo – Pessoas de 60 a 79 anos e 80 anos ou mais – Brasil – 2019 (em %)

|            | 60 a 79 anos |        | 80 anos ou mais |        |
|------------|--------------|--------|-----------------|--------|
|            | Homem        | Mulher | Homem           | Mulher |
| TRAD       | 81,1         | 92,1   | 53,3            | 57,0   |
| TRCD       | 11,0         | 15,7   | 6,7             | 6,7    |
| TRCD (60+) | 3,9          | 6,1    | 4,4             | 3,3    |
| TMP        | 12,6         | 23,1   | 11,6            | 16,1   |
| TMS        | 10,3         | 21,4   | 6,3             | 9,3    |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Ao observar o tempo médio dedicado a afazeres domésticos e cuidados, vemos que na faixa de 60 a 79 anos, tanto homens quanto mulheres dedicam um número de horas próximo à média global para o respectivo sexo. Mas quando consideramos a faixa de 80 anos ou mais, nota-se uma drástica redução no número de horas. O tempo médio participante nessa faixa é de 11,6 horas semanais para os homens e 16,1 horas para as mulheres, caindo para 6,3 e 9,3 horas respectivamente, quando considerado o tempo médio social. Ou seja, há uma relevante queda na realização de afazeres domésticos e cuidados conforme a idade avança, bem como uma redução no número de horas dedicados a essas atividades. É importante destacar que, embora as taxas de realização de afazeres e cuidados para homens e mulheres tenham se aproximado na faixa de 80 anos ou mais, as mulheres ainda continuam dedicando mais horas que os homens no trabalho doméstico não remunerado.

#### **4.2 As famílias e os domicílios: o trabalho doméstico não remunerado sob a perspectiva do ciclo de vida doméstico-familiar**

Para nos aproximar ao máximo das fases do ciclo de vida doméstico-familiar, utilizamos duas tipologias de arranjos domiciliares. A primeira considera os núcleos biparentais e monoparentais, de acordo com a faixa etária dos filhos, com ou sem a presença de outros parentes. A segunda tipologia leva em conta somente a idade dos membros do domicílio. A Tabela 12 traz o tempo médio social e participante por sexo e tipo de arranjo 1. Dividimos os arranjos em 7 categorias: Arranjos com adultos; Arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância; Arranjos com filhos exclusivamente em idade escolar; Arranjos com filhos na primeira infância e em idade escolar; Arranjos com filhos em idade escolar e jovens/adultos; Arranjos com filhos na primeira infância e jovens/adultos; Arranjos com filhos em todas as faixas.

**TABELA 12** – Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e tipo de arranjo – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019

|  | TMP   |        | TMS   |        |
|--|-------|--------|-------|--------|
|  | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| <b>Arranjos com adultos</b>  |       |        |       |        |
| Unipessoal   | 13,9  | 18,9   | 12,8  | 17,5   |
| Casal sem Filhos   | 11,5  | 21,2   | 9,9   | 20,4   |
| Casal sem Filhos com outros parentes                               | 11,0  | 22,7   | 8,0   | 19,7   |
| Casal com Filhos 14+ anos  | 9,3   | 19,8   | 7,0   | 18,1   |
| Casal com Filhos 14+ anos e outros parentes                        | 9,5   | 21,2   | 6,7   | 18,8   |
| Monoparental com Filhos de 14+ anos                                | 11,1  | 19,0   | 8,6   | 17,4   |
| Monoparental com Filhos de 14+ anos e outros parentes              | 9,9   | 20,6   | 6,8   | 18,4   |
| <b>Arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância</b>     |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 0-6 anos                                       | 13,5  | 28,5   | 12,8  | 28,3   |
| Casal com Filhos de 0-6 anos e outros parentes                     | 10,8  | 23,4   | 9,1   | 21,7   |
| Monoparental com Filhos de 0-6 anos                                | 17,7  | 27,4   | 17,7  | 27,2   |
| Monoparental com Filhos de 0-6 anos e outros parentes              | 12,7  | 24,5   | 10,1  | 23,6   |
| <b>Arranjos com filhos exclusivamente em idade escolar</b>         |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 7-14 anos                                      | 11,1  | 22,9   | 9,9   | 22,4   |
| Casal com Filhos de 7-14 anos e outros parentes                    | 10,1  | 20,3   | 7,9   | 17,2   |
| Monoparental com Filhos de 7-14 anos                               | 13,1  | 22,3   | 11,4  | 21,8   |
| Monoparental com Filhos de 7-14 anos e outros parentes             | 11,5  | 20,9   | 7,4   | 18,8   |
| <b>Arranjos com filhos na primeira infância e em idade escolar</b> |       |        |       |        |
| Casal com Filhos 0-6 e 7-14 anos                                   | 12,9  | 29,1   | 11,7  | 28,6   |
| Casal com Filhos 0-6 e 7-14 anos e outros parentes                 | 10,3  | 27,1   | 8,0   | 25,2   |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 7-14 anos                         | 14,1  | 28,4   | 12,7  | 28,1   |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 7-14 anos e outros parentes       | 13,4  | 21,6   | 10,5  | 20,8   |
| <b>Arranjos com filhos em idade escolar e jovens/adultos</b>       |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 7-14 e 14+ anos                                | 9,1   | 19,8   | 6,9   | 18,4   |
| Casal com Filhos de 7-14 e 14+ anos e outros parentes              | 9,6   | 21,1   | 6,8   | 18,4   |
| Monoparental com Filhos de 7-14 e 14+ anos                         | 10,3  | 18,9   | 7,7   | 17,9   |
| Monoparental com Filhos de 7-14 e 14+ anos e outros parentes       | 9,0   | 20,1   | 6,1   | 18,1   |
| <b>Arranjos com filhos na primeira infância e jovens/adultos</b>   |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 0-6 e 14+ anos                                 | 10,5  | 22,8   | 8,6   | 21,9   |
| Casal com Filhos de 0-6 e 14+ anos e outros parentes               | 9,0   | 19,6   | 6,5   | 16,4   |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 14+ anos                          | 10,4  | 23,0   | 7,7   | 21,7   |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 14+ anos e outros parentes        | 9,5   | 25,6   | 6,6   | 23,2   |
| <b>Arranjos com filhos em todas as faixas</b>                      |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos                           | 9,9   | 22,8   | 7,9   | 21,9   |
| Casal com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos e outros parentes         | 9,8   | 21,5   | 7,7   | 19,6   |
| Monoparental com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos                    | 10,8  | 21,5   | 7,6   | 19,7   |
| Monoparental com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos e outros parentes  | 10,3  | 24,8   | 7,4   | 23,2   |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Primeiro, analisaremos os arranjos com adultos, que representam as fases iniciais e finais do ciclo de vida doméstico-familiar, como discutido no Capítulo 3. Nota-se que ao comparar os arranjos unipessoal e casal sem filhos, há um aumento do tempo gasto pelas mulheres em afazeres domésticos e cuidados. Para as mulheres, no arranjo casal sem filhos há um aumento de 2,3 horas no TMP e 2,9 horas no TMS comparado ao arranjo unipessoal. Por outro lado, para os homens no arranjo casal sem filhos, há uma redução de 2,4 horas na TMP e de 2,9 horas na TMS comparados ao arranjo unipessoal. Ou seja, ao sair de um domicílio unipessoal para formar união, o homem reduz sua produção de trabalho doméstico não remunerado e passa a consumir das mulheres. Estas aumentam sua produção, transferindo trabalho doméstico não remunerado para os homens. É interessante observar que as mulheres aumentam o tempo médio gasto no exato valor que os homens reduzem o tempo médio gasto em afazeres domésticos e cuidados.

Para os arranjos com adultos, nota-se que a presença de outros parentes aumenta o tempo gasto pelas mulheres em afazeres domésticos e cuidados, indicando que esses outros parentes são demandantes de cuidados, provavelmente idosos com maiores chances de apresentarem incapacidade para realizar as atividades da vida diária. Por outro lado, para os homens, parece que tanto a presença de filhos maiores de 14 anos ou de outros parentes reduzem o tempo gasto em afazeres domésticos e cuidados.

Ao analisar os arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância, nota-se que essa é a fase do ciclo de vida doméstico-familiar onde está concentrada a maior demanda de trabalho doméstico não remunerado. No arranjo casais com filhos de 0 a 6 anos, as mulheres gastam cerca de 28,3 horas semanais (TMS) em afazeres domésticos e cuidados, enquanto os homens gastam 12,8 horas. Para o arranjo monoparental com filhos de 0 a 6 anos, as mulheres gastam em média 27,2 horas semanais (TMS), 1,1 horas a menos que as mulheres no arranjo biparental, enquanto os homens gastam cerca de 17,7 horas, 4,9 horas a mais que os homens no arranjo biparental.

Dois fatos chamam a atenção aqui. Primeiro, o fato de que as mulheres inseridas em arranjos monoparentais gastam menos tempo do que as mulheres em inseridas em arranjos biparentais, ou seja, a dificuldade das mulheres nesse período não é apenas cuidar dos filhos pequenos, mas há também uma parcela de tempo gasta para transferir trabalho doméstico não remunerado ao cônjuge. Segundo, o tempo gasto pelos homens no arranjo monoparental com filhos de 0 a 6 anos é o maior registrado, destoando completamente dos demais arranjos. No entanto, os homens nesse tipo de arranjo representam apenas cerca de 0,2% da população de 14 anos ou mais (IBGE, 2019b).

No que diz respeito aos outros parentes, os arranjos com filho na primeira infância comportam-se de maneira diferente dos arranjos com adultos, com a presença de outros parentes reduzindo o tempo gasto por homens e mulheres em afazeres domésticos e cuidados. Nesse caso, os outros parentes provavelmente são ofertantes de cuidado auxiliando na alta demanda de afazeres domésticos e cuidados exigida quando há presença de filhos na primeira infância.

Os arranjos com filhos exclusivamente em idade escolar assemelham-se aos arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância, porém com um tempo médio menor. Comparado ao arranjo casal com filhos de 0-6 anos, o arranjo casal com filhos de 7-14 anos tem uma redução para as mulheres de 5,6 horas no TMP e 5,9 horas no TMS, enquanto para os homens há uma redução de 2,4 horas no TMP e 2,9 horas no TMS. A diferença nos tempos médios quando comparada aos arranjos de primeira infância pode ser explicado por se iniciar o período onde o cuidado começa a ser compartilhado com a escola. Como discutido no Capítulo 1, o cuidado na primeira infância é realizado majoritariamente pela família, pois ainda há um entendimento de que o cuidado oferecido na família é de maior qualidade e também a oferta de creches ainda é insuficiente no Brasil (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012; MARCONDES; CRUZ, 2016; GAMA et al., 2018). A presença de outros parentes também reduz o tempo gasto em afazeres domésticos e cuidados.

Os arranjos com filhos na primeira infância e em idade escolar se assemelham ao observado com os arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância, conforme mostra a Tabela 12. Isso indica que crianças na primeira infância são realmente as maiores demandantes de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado. A presença de outros parentes também reduz o tempo gasto em afazeres domésticos e cuidados.

Para os arranjos com filhos em idade escolar e jovens/adultos são os que possuem os menores tempos médios em trabalho doméstico não remunerado. A presença de outros parentes não aumenta nem reduz de forma significativa as horas gastas em afazeres domésticos e cuidados. Por outro lado, comparado aos arranjos com filhos em idade escolar, nota-se que a presença de filhos com 14 anos ou mais reduz o tempo gasto por homens e mulheres com trabalho doméstico não remunerado. Ao comparar os arranjos biparentais, nota-se que há uma redução para as mulheres de 3,1 horas no TMP e de 4 horas no TMS, enquanto para os homens há uma redução de 2 horas no TMP e 3 horas no TMS. Para os arranjos monoparentais, há uma redução para as mulheres de 3,4 horas no TMP e 3,9 horas no TMS, enquanto para os homens há uma redução de 2,8 horas no TMP e 3,7 horas no TMS.

Nos arranjos com filhos na primeira infância e jovens/adultos, nota-se que a presença de filhos maiores de 14 anos parece auxiliar na distribuição dos afazeres domésticos e cuidados, aliviando as pressões de cuidados na primeira infância. Ao comparar com os arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância, nos arranjos biparentais, há uma redução de 5,7 horas no TMP e 6,4 horas no TMS para as mulheres, e uma redução de 3 horas no TMP e 4,2 horas no TMS para os homens. Para os arranjos monoparentais, há uma expressiva redução para os homens, de 7,3 horas no TMP e 10 horas no TMS, e para as mulheres uma redução de 4,4 horas no TMP e 5,5 horas no TMS. A presença de outros parentes reduz o tempo gasto nos arranjos biparentais, mas aumenta o tempo gasto nos arranjos monoparentais.

Por fim, nos arranjos com filhos em todas as faixas, nota-se que a presença de filhos maiores de 14 anos reduz o tempo gasto em afazeres domésticos e cuidados, quando comparado aos arranjos com filhos na primeira infância e em idade escolar. A presença de outros

parentes reduz o tempo gasto nos arranjos biparentais, mas aumenta o tempo gasto nos arranjos monoparentais.

A Tabela 13 traz as taxas de realização de afazeres domésticos e cuidados por sexo e tipo de arranjo 1. Para os afazeres domésticos, as taxas mais altas são encontradas nos arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância, exclusivamente em idade escolar e com filhos na primeira infância e em idade escolar. Além disso, nota-se que em todos os tipos de arranjo, a presença de outros parentes reduz suas taxas de realização.

Os resultados mais relevantes estão nas taxas de realização de cuidados. Nos arranjos com adultos sem a presença de outros parentes, a taxa de realização de cuidados é bem baixa. Porém, a presença de outros parentes eleva a taxa de realização de cuidados de maneira importante, indicando que os outros parentes são demandantes de cuidados.

**TABELA 13** – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) e Taxa de realização de cuidados (TRCD) por sexo e tipo de arranjo 1 – em % – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019

|  | TRAD  |        | TRCD  |        |
|--|-------|--------|-------|--------|
|  | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| <b>Arranjos com adultos</b>  |       |        |       |        |
| Unipessoal   | 92,2  | 92,7   | 0,04  | 0,02   |
| Casal sem Filhos   | 85,8  | 96,3   | 4,05  | 5,25   |
| Casal sem Filhos com outros parentes                               | 71,1  | 86,1   | 20,94 | 30,60  |
| Casal com Filhos 14+ anos  | 74,2  | 91,3   | 5,03  | 6,85   |
| Casal com Filhos 14+ anos e outros parentes                        | 67,2  | 86,5   | 28,24 | 47,13  |
| Monoparental com Filhos de 14+ anos                                | 76,8  | 91,4   | 6,64  | 8,46   |
| Monoparental com Filhos de 14+ anos e outros parentes              | 65,7  | 87,6   | 26,46 | 45,53  |
| <b>Arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância</b>     |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 0-6 anos                                       | 89,5  | 98,2   | 83,52 | 90,81  |
| Casal com Filhos de 0-6 anos e outros parentes                     | 78,4  | 90,4   | 60,42 | 76,29  |
| Monoparental com Filhos de 0-6 anos                                | 98,4  | 99,0   | 88,45 | 89,07  |
| Monoparental com Filhos de 0-6 anos e outros parentes              | 78,0  | 93,5   | 60,71 | 86,13  |
| <b>Arranjos com filhos exclusivamente em idade escolar</b>         |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 7-14 anos                                      | 86,3  | 96,9   | 55,61 | 63,19  |
| Casal com Filhos de 7-14 anos e outros parentes                    | 74,9  | 82,7   | 44,79 | 54,15  |
| Monoparental com Filhos de 7-14 anos                               | 85,6  | 97,3   | 40,35 | 64,36  |
| Monoparental com Filhos de 7-14 anos e outros parentes             | 58,2  | 88,7   | 31,85 | 56,54  |
| <b>Arranjos com filhos na primeira infância e em idade escolar</b> |       |        |       |        |
| Casal com Filhos 0-6 e 7-14 anos                                   | 85,9  | 97,3   | 77,87 | 88,15  |
| Casal com Filhos 0-6 e 7-14 anos e outros parentes                 | 73,2  | 90,7   | 58,85 | 78,61  |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 7-14 anos                         | 84,1  | 98,2   | 67,66 | 88,41  |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 7-14 anos e outros parentes       | 78,4  | 94,5   | 55,47 | 82,71  |
| <b>Arranjos com filhos em idade escolar e jovens/adultos</b>       |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 7-14 e 14+ anos                                | 73,5  | 92,1   | 27,80 | 38,55  |
| Casal com Filhos de 7-14 e 14+ anos e outros parentes              | 66,8  | 85,0   | 36,69 | 55,98  |
| Monoparental com Filhos de 7-14 e 14+ anos                         | 72,4  | 94,0   | 25,34 | 41,75  |
| Monoparental com Filhos de 7-14 e 14+ anos e outros parentes       | 64,4  | 87,2   | 25,12 | 55,01  |
| <b>Arranjos com filhos na primeira infância e jovens/adultos</b>   |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 0-6 e 14+ anos                                 | 75,0  | 93,3   | 63,74 | 79,86  |
| Casal com Filhos de 0-6 e 14+ anos e outros parentes               | 64,9  | 80,3   | 52,24 | 65,91  |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 14+ anos                          | 64,8  | 93,1   | 57,16 | 80,12  |
| Monoparental com Filhos de 0-6 e 14+ anos e outros parentes        | 64,7  | 90,3   | 52,54 | 78,81  |
| <b>Arranjos com filhos em todas as faixas</b>                      |       |        |       |        |
| Casal com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos                           | 73,8  | 93,5   | 58,29 | 77,26  |
| Casal com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos e outros parentes         | 73,5  | 89,4   | 58,57 | 76,95  |
| Monoparental com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos                    | 62,7  | 90,2   | 47,20 | 76,16  |
| Monoparental com Filhos de 0-6, 7-14 e 14+ anos e outros parentes  | 69,9  | 89,8   | 48,51 | 70,57  |

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Os arranjos com filhos em idade escolar e jovens/adultos apresentam o mesmo padrão. Ou seja, com um filho em idade escolar, onde a demanda de cuidados é menor, combinado à presença de um filho maior de 14 anos que pode auxiliar nos afazeres e cuidados, se configura enquanto um arranjo propício para receber outros parentes demandantes de cuidados, assim como os arranjos com adultos.

Por outro lado, para os arranjos com filhos exclusivamente na primeira infância; com filhos exclusivamente em idade escolar; com filhos na primeira infância e idade escolar e arranjos com filhos na primeira infância e jovens adultos, a presença de outros parentes reduz a taxa de cuidados, indicando que estes provavelmente são ofertantes de cuidados auxiliando nas fases de início e expansão do ciclo de vida doméstico-familiar, conforme já discutido. Os arranjos com filhos em todas as faixas não apresentaram mudanças importantes com relação a outros parentes.

Nossa segunda tipologia de arranjo leva em conta somente a idade dos membros do domicílio, dividindo-os entre adultos (21-59 anos), jovens (15-20 anos), crianças (0-14 anos) e idosos (60 anos ou mais), conforme descrito no Capítulo 3.

**TABELA 14** – Tempo médio participante (TMP) e Tempo médio social (TMS) em horas semanais dedicado a afazeres domésticos e cuidados por sexo e tipo de arranjo 2 – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019

| Tipo de arranjo                    | TMP   |        | TMS   |        |
|------------------------------------|-------|--------|-------|--------|
|                                    | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| Apenas Adultos                     | 10,9  | 19,0   | 9,4   | 18,1   |
| Adultos e crianças                 | 12,1  | 25,4   | 10,7  | 24,7   |
| Adultos, crianças e jovens         | 9,6   | 21,0   | 7,3   | 19,7   |
| Adultos, crianças, jovens e idosos | 9,8   | 20,6   | 6,6   | 18,1   |
| Adultos, crianças e idosos         | 10,6  | 22,1   | 7,9   | 19,9   |
| Adultos e jovens                   | 9,1   | 18,0   | 7,0   | 16,6   |
| Adultos, jovens e idosos           | 9,2   | 19,7   | 6,2   | 16,8   |
| Adultos e idosos                   | 11,2  | 21,3   | 8,3   | 18,7   |
| Apenas jovens                      | 11,9  | 18,1   | 11,0  | 17,9   |
| Jovens e crianças                  | 9,8   | 27,7   | 8,7   | 27,4   |
| Apenas idosos                      | 13,6  | 21,6   | 11,2  | 19,5   |
| Idosos e crianças                  | 12,7  | 24,7   | 10,0  | 22,8   |
| Idosos, crianças e jovens          | 10,3  | 23,5   | 7,3   | 21,5   |
| Idosos e jovens                    | 11,2  | 21,3   | 7,7   | 19,0   |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Os arranjos que mais gastam tempo em afazeres domésticos e cuidados são os Adultos e crianças e o arranjo Jovens e crianças. No arranjo adultos e crianças, as mulheres gastam em média 24,7 horas semanais em média (TMS) e os homens cerca de 10,7 horas. Também é importante notar que ao adicionar jovens ou idosos nesse arranjo, o tempo gasto diminui, cor-

roborando com o comportamento dos arranjos discutidos na tipologia 1, de que filhos jovens e outros parentes podem ser ofertantes de cuidados para crianças na primeira infância ou em idade escolar.

Para o arranjo Jovens e crianças, as mulheres gastam em média 27,4 horas semanais (TMS) e os homens em média 8,7 horas. Ou seja, a pressão de demanda por afazeres e cuidados na presença de crianças é maior para as mulheres jovens do que para as mulheres adultas, visto que as mulheres adultas gastam menos tempo que as jovens, enquanto os homens adultos gastam mais tempo que os homens jovens.

O arranjo Apenas Idosos apresenta um tempo gasto maior do que os arranjos Apenas adultos e Apenas jovens. De acordo com o discutido na Figura 9, de fato o tempo gasto em afazeres domésticos e cuidados apresenta um pico ao chegar nas idades avançadas, provavelmente devido à aposentadoria e consequente maior disponibilidade de tempo.

A Tabela 15 traz as taxas de realização de afazeres domésticos e cuidados por sexo e tipo de arranjo 2. Nota-se que os arranjos que mais realizam afazeres e cuidados são os arranjos “Adultos e crianças” e “Jovens e crianças”. Para o arranjo adultos e crianças, 75,54% das mulheres realizam cuidados, contra 65,16% dos homens. No arranjo jovens e crianças, 87,41% das mulheres realizam cuidados, contra 72,75% dos homens.

**TABELA 15** – Taxa de realização de afazeres domésticos (TRAD) e Taxa de realização de cuidados (TRCD) por sexo e tipo de arranjo 2 – em % – Pessoas de 14 anos ou mais – Brasil – 2019 (em %)

| Tipo de arranjo                    | TRAD  |        | TRCD  |        |
|------------------------------------|-------|--------|-------|--------|
|                                    | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| Apenas Adultos                     | 85,60 | 95,40  | 2,31  | 2,99   |
| Adultos e crianças                 | 84,53 | 96,22  | 65,16 | 75,54  |
| Adultos, crianças e jovens         | 72,37 | 92,18  | 39,04 | 56,66  |
| Adultos, crianças, jovens e idosos | 62,41 | 85,63  | 32,63 | 51,96  |
| Adultos, crianças e idosos         | 69,55 | 87,57  | 43,00 | 61,35  |
| Adultos e jovens                   | 76,54 | 92,17  | 4,43  | 6,41   |
| Adultos, jovens e idosos           | 66,03 | 85,22  | 9,90  | 15,94  |
| Adultos e idosos                   | 73,59 | 87,13  | 10,11 | 13,96  |
| Apenas jovens                      | 92,53 | 98,99  | 0,68  | 1,89   |
| Jovens e crianças                  | 79,57 | 98,60  | 72,75 | 87,41  |
| Apenas idosos                      | 81,99 | 89,97  | 5,74  | 7,09   |
| Idosos e crianças                  | 77,02 | 91,94  | 38,58 | 49,56  |
| Idosos, crianças e jovens          | 67,70 | 90,49  | 21,87 | 46,52  |
| Idosos e jovens                    | 67,88 | 88,92  | 7,42  | 8,81   |

**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019b).

Para o arranjo adultos e crianças, ao adicionar jovens e idosos, nota-se uma redução das taxas de afazeres domésticos e de cuidados, indicando que estes são ofertantes de cuidados.

As menores taxas de realização de cuidados estão nos arranjos Apenas jovens e Apenas adultos, as fases da vida onde o cuidado direto é menos necessário. Por outro lado, os arranjos Apenas idosos, Adultos e idosos e Idosos e jovens mostram taxas de cuidado maiores, indicando que a idade avançada possui uma demanda de cuidados substantiva.

Com a discussão dessa seção, podemos concluir que a demanda por afazeres domésticos e cuidados é refletida nas fases do ciclo de vida doméstico-familiar. De fato, há uma maior pressão de demanda nas fases de início e expansão do ciclo, em arranjos biparentais ou monoparentais com filhos na primeira infância e/ou em idade escolar. Os filhos maiores e outros parentes constituem um auxílio para aliviar a demanda dos cuidados na infância. Por outro lado, o cuidado com idosos também é relevante, com outros parentes aumentando a demanda de cuidados em arranjos com adultos e arranjos com filhos em idade escolar e jovens adultos. Com o envelhecimento e queda da fecundidade, o cuidado com os idosos será uma questão cada vez mais presente nas famílias e domicílios brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, refletimos sobre a realização do trabalho doméstico não remunerado ao longo do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar na população brasileira de 14 anos e mais de idade. No primeiro capítulo, discutimos os modelos de divisão sexual do trabalho: complementar e assimétrico, de articulação e de delegação. De fato, os resultados apontados no Capítulo 4 apontam que divisão do trabalho doméstico não remunerado ainda se dá dentro de um modelo complementar e assimétrico. As mulheres gastam muito mais tempo nos afazeres domésticos e cuidados, com uma clara divisão no espaço doméstico do que são consideradas tarefas femininas ou masculinas. As mulheres se concentram nos afazeres domésticos e nas atividades de cuidado de caráter primário. Os homens desenvolvem atividades de caráter secundário, onde as tarefas primárias das mulheres são condições necessárias para que os homens realizem as tarefas secundárias, que são de caráter mais relacional e interativo.

Discutimos também a pobreza de tempo sob uma perspectiva de gênero, mostrando que a sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado pode afetar muito as mulheres em outras esferas da vida, principalmente no que diz respeito ao lazer, saúde e bem-estar. Infelizmente, os dados disponíveis pela PNAD Contínua não nos permite um aprofundamento sobre as medidas de pobreza de tempo, mas considerando a carga gasta em trabalho remunerado + trabalho não remunerado por homens e mulheres, as mulheres têm menos tempo livre para gastar em todas as demais atividades da vida. Além disso, a carga mental de ter que escolher entre objetivos conflitantes o tempo todo tem impactos negativos para a saúde mental, aumentando o estresse e ansiedade, como aponta Etkin, Evangelidis e Aaker (2015). Dessa forma, é extremamente necessário avançar na discussão teórica e empírica sobre a pobreza de tempo, mensurando com maior precisão os impactos que a sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado tem sobre as mulheres.

Ainda no Capítulo 1 discutimos sobre como as perspectivas teóricas do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar poderiam nos auxiliar a entender a alocação de trabalho doméstico não remunerado nos domicílios brasileiros. De fato, os resultados nos mostram que ao longo do curso de vida dos indivíduos há uma mudança no tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado, com transições (mudança na condição no domicílio, nascimento dos filhos, entrada no mercado de trabalho, aposentadoria, etc.), trajetórias e *turning points* afetando o número de horas gastas em afazeres domésticos e cuidados.

Nesse sentido, pensando nas diferentes trajetórias dos indivíduos, destacam-se os resultados por renda, escolaridade, condição de ocupação e condição na força de trabalho. Nota-se que, a medida que se avança para os decis mais altos de renda (rendimento efetivo domiciliar per capita), as mulheres apresentam uma tendência de redução do tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado, enquanto para os homens há apenas oscilações, mantendo uma tendência

praticamente constante. Há também uma redução nas taxas de realização de afazeres domésticos e cuidados comparando as mulheres mais pobres e mais ricas, porém elas continuam realizando o mesmo conjunto de atividades. Por outro lado, os homens aumentam as taxas de realização de afazeres domésticos comparando os mais pobres e mais ricos, mas mantém o mesmo conjunto de atividades em ambos os grupos.

As mulheres mais escolarizadas (superior completo) gastam muito menos tempo em afazeres domésticos e cuidados que as menos escolarizadas (sem instrução a fundamental incompleto). Ao considerar a condição de ocupação e condição na força de trabalho, nota-se que as mulheres ocupadas e na força de trabalho gastam menos tempo em afazeres domésticos que as mulheres desocupadas e fora da força de trabalho. Por outro lado, os homens aumentam o tempo gasto quando passam de ocupados para desocupados, mas reduzem as horas quando passam de na força de trabalho para fora da força de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que a proporção de homens fora da força de trabalho é muito pequena, enquanto das mulheres é maior. Além disso, a maioria das mulheres fora da força de trabalho indicam que um dos motivos para não procurar emprego é a responsabilidade com a casa e os filhos. Não encontramos diferenças relevantes por raça/cor, mas as mulheres pretas e pardas apresentam um tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado um pouco maior que as brancas e as amarelas/indígenas.

O ciclo de vida doméstico-familiar é preponderante para explicar o tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado. A construção das tipologias de arranjos doméstico-familiares foram essenciais para entender as demandas de afazeres e cuidados em cada fase do ciclo de vida doméstico-familiar, apontando para uma grande pressão principalmente na presença de filhos na primeira infância, tanto em arranjos biparentais como monoparentais. Destaca-se principalmente o comportamento do arranjo monoparental masculino com filhos de 0 a 6 anos, que aponta um tempo gasto bem mais elevado para os homens do que todos os demais arranjos. Apesar de representar uma pequena parcela da população, aponta para um comportamento importante dos homens, que aumentam seu trabalho doméstico quando não há uma mulher presente para realizá-lo. Nota-se também que a presença de outros parentes tem comportamentos diferentes a depender da fase do ciclo de vida em que ele se insere. Em arranjos mais iniciais e avançados no ciclo, a presença de outros parentes aumenta a demanda por cuidados, elevando o tempo médio gasto em afazeres e cuidados e também a Taxa de realização de cuidados. Por outro lado, em arranjos onde há presença de filhos na primeira infância ou idade escolar, a presença de outros parentes parece aliviar a pressão da demanda, diminuindo o tempo gasto e as taxas de realização de afazeres domésticos e de cuidados. Em arranjos onde há presença de filhos maiores de 14 anos, também parece haver uma tendência de maior compartilhamento do trabalho doméstico não remunerado.

No Capítulo 2, discutimos o histórico e tendências da produção de estatísticas de uso do tempo, no Brasil, na América Latina e no mundo, bem como os limites e potencialidades da PNAD Contínua para os estudos de uso do tempo. A PNAD Contínua, apesar de suas limitações já discutidas, avança no sentido de conhecermos quais são os afazeres domésticos e cuidados

realizados (informações inéditas em relação à PNAD anual).

Além disso, outro grande avanço da PNAD Contínua é que agora sabemos a quem esses cuidados são direcionados, visto que a PNAD anual só considerava o cuidado com crianças, desconsiderando o cuidado com idosos, por exemplo. Os resultados apontam para uma clara separação das tarefas que são realizadas por homens e por mulheres, mostrando também que a vasta maioria das mulheres realizam afazeres domésticos e cuidados, enquanto uma parcela muito menor de homens realizam essas atividades. Além disso, os resultados para cuidados com idosos apontam para uma preocupação crescente com o envelhecimento populacional: quem vai cuidar dos idosos? Nota-se que esse cuidado é realizado em boa parte por pessoas igualmente idosas.

Este trabalho não esgota a exploração do tema proposto, mas fornece contribuições para avançar no aprofundamento da questão do trabalho doméstico não remunerado no Brasil, entendendo como a divisão do trabalho se configura e reconfigura ao longo do curso de vida e do ciclo de vida doméstico-familiar. As limitações intrínsecas da fonte podem ser sanadas com pesquisas qualitativas complementares. Ainda há um grande espaço para avanço na pesquisa sobre o trabalho doméstico não remunerado e as desigualdades de gênero, bem como suas aplicações em políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ABDOURAHMAN, Omar Ismael. Time poverty: a contributor to women's poverty? **African Statistical Journal**, Tunis, Tunisia, v. 11, n. 1, p. 16–37, 2010.
- ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. P. et al. (Ed.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- AGUIAR, Neuma. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Política & Trabalho**, João Pessoa, PB, n. 34, p. 73–106, 2011.
- AGUIRRE, Rosario; FERRARI, Fernanda. **Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe: caminos recorridos y desafíos hacia el futuro**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014. (Asuntos de Género, 122).
- ANXO, Dominique et al. Gender differences in time use over the life course in France, Italy, Sweden, and the US. **Feminist Economics**, Houston, TX, EUA, v. 17, n. 3, p. 159–195, 2011. DOI: 10.1080/13545701.2011.582822.
- APPS, Patricia; REES, Ray. Gender, time use, and public policy over the life cycle. **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, UK, v. 21, n. 3, p. 439–461, 2005. DOI: 10.1093/oxrep/gri025.
- BARAJAS, Maria de la Paz López. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, N.; ARAUJO, C. (Ed.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2016. p. 21–42.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 35, n. 1, 2018. DOI: 10.20947/S102-3098a0063.
- BARDASI, Elena; WODON, Quentin. Working long hours and having no choice: time poverty in Guinea. **Feminist Economics**, Houston, TX, EUA, v. 16, n. 3, p. 45–78, 2010. DOI: 10.1080/13545701.2010.508574.
- BARDASI, Elena; WODON, Quentin. Measuring time poverty and analyzing its determinants: concepts and application to Guinea. In: BLACKDEN, M. C.; WODON, Q. (Ed.). **Gender, time use, and poverty in Sub-Saharan Africa**. Washington, DC: The World Bank, 2006.
- BAUMAN, Adrian; BITTMAN, Michael; GERSHUNY, Jonathan. A short history of time use research: implications for public health. **BMC Public Health**, v. 19, (supl. 2), 2019. DOI: 10.1186/s12889-019-6760-y.

BILAC, Elisabete Dória. **Família e trabalho feminino**: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de “trabalhadores manuais” de uma cidade do interior paulista. 1983. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1983.

BLANCO, M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, México, v. 5, n. 8, p. 5–32, 2011.

BRAGA, Douglas; ASSUNCAO, Gabriel. **PNADcIBGE**: downloading, reading and analysing PNADC microdata. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. R package version 0.6.0. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=PNADcIBGE>.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 2, p. 331–353, 2006. DOI: 10.1590/S0102-30982006000200009.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. In: CAMARANO, Ana Amélia (Ed.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2010.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, R.; SAINZ, C. G.; CARRASCO, C. (Ed.). **El tiempo, los tiempos, una vara de de desigualdad**. Santiago, Chile: CEPAL, 2005.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque; PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato Ezzahrá Schabib. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC, 2010.

CEPAL. **Repositorio de información sobre uso del tiempo de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, Chile, 2019.

CEPAL. **Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe (CAUTAL)**. Santiago de Chile, Chile, 2016.

CHATZITHEOCHARI, Stella; ARBER, Sara. Class, gender and time poverty: a time-use analysis of British workers’ free time resources. **The British Journal of Sociology**, London, UK, v. 63, n. 3, p. 451–471, 2012. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2012.01419.x.

DANE. **Gran Encuesta Integrada de Hogares – GEIH – 2020**. Colombia, 2020. Disponível em: [http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/659/get%5C\\_microdata](http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/659/get%5C_microdata). Acesso em: 27 ago. 2020.

DANE. **Gran Encuesta Integrada de Hogares – GEIH – 2019**. Colombia, 2019. Disponível em: <http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/599/study-description>. Acesso em: 27 ago. 2020.

DIGHIERO, Karina Batthyány. **Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales**. Santiago, Chile: CEPAL, 2015.

ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. Hacia la conceptualización del cuidado: familia, mercado y estado. In: ESQUIVEL, V. et al. (Ed.). **Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el Estado y el mercado**. Buenos Aires: IDES, 2012.

ETKIN, Jordan; EVANGELIDIS, Ioannis; AAKER, Jennifer. Pressed for time? Goal conflict shapes how time is perceived, spent, and valued. **Journal of Marketing Research**, Chicago, IL, EUA, v. 52, n. 3, p. 394–406, 2015. DOI: 10.1509/jmr.14.0130.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida; FERREIRA, Maria da Luz Alves. O papel do Estado na provisão do cuidado: entre a cobertura social e a “crise do cuidado”. **Revista Ciências Humanas**, Florianópolis, SC, v. 12, n. 1, p. 8–24, 2019. ISSN 2179-1120. DOI: 10.32813/rchv12n12019artigo1.

FLEMING, Robin; SPELLERBERG, Anne. **Using time use data: a history of time use surveys and uses of time use data**. Wellington, New Zeland: Statistics New Zeland, 1999.

GÁLVEZ-MUÑOZ, Lina; RODRÍGUEZ-MODROÑO, Paula; DOMÍNGUEZ-SERRANO, Mónica. Work and time use by gender: a new clustering of European welfare systems. **Feminist Economics**, Houston, TX, EUA, v. 17, n. 4, p. 125–157, 2011. DOI: 10.1080/13545701.2011.620975.

GAMA, Andréa et al. Tensões entre trabalho e família – recomposições na divisão sexual do trabalho. In: C., Araújo. et al. (Ed.). **Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI – mudanças e permanências**. Rio de Janeiro, RJ: Gramma, 2018.

GAMMAGE, Sarah. Time pressed and time poor: unpaid household work in Guatemala. **Feminist Economics**, Houston, TX, EUA, v. 16, n. 3, p. 79–112, 2010. DOI: 10.1080/13545701.2010.498571.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=o-que-e>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação especial – Mulheres no mercado de trabalho 2018**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019.

IBGE. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?educacao=27762%5C&t=downloads>.

IBGE. **Informativo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Outras formas de trabalho 2018**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2018.

IBGE. **Nota técnica Reformulação do questionário da PNAD Contínua a partir do 4 trimestre de 2015**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Prueba piloto de la Encuesta de Uso del Tiempo**. Bolívia, 2019. Disponível em: <http://anda.ine.gob.bo/index.php/catalog/60/study-description>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Encuesta de uso del Tiempo y del Trabajo no Remunerado (EUT)**. Uruguai, 2013. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/encuesta-de-uso-del-tiempo-eut->. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares: Cuestionario para personas de 12 o más años**. México, 2018. Disponível em: [https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/enigh/nc/2018/doc/c%5C\\_enigh18%5C\\_mayores%5C\\_ns.pdf](https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/enigh/nc/2018/doc/c%5C_enigh18%5C_mayores%5C_ns.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

JESUS, Jordana Cristina. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. 121 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Ed.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2009.

KES, Aslihan; SWAMINATHAN, Hema. Gender and time poverty in Sub-Saharan Africa. In: BLACKDEN, M. C.; WODON, Q. (Ed.). **Gender, time use, and poverty in Sub-Saharan Africa**. Washington DC: The World Bank, 2006.

KONGAR, Ebru; MEMIS, Emel. Gendered patterns of time use over the life cycle in Turkey. In: CONNELLY, Rachel; KONGAR, Ebru (Ed.). **Gender and time use in a global context**:

**the economics of employment and unpaid labor**. New York: Palgrave Macmillan, 2017. DOI: 10.1057/978-1-137-56837-3.

LUMLEY, T. **Survey**: analysis of complex survey samples. 2020. R package version 4.0. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=survey>.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Ed.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, PE: SOS Corpo, 2014.

MARCONDES, Glaucia dos Santos. O cuidar de si e os cuidados para com os outros: os desafios para avançar na conquista e consolidação de direitos. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Ed.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

MARCONDES, Mariana Mazzini; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. Política de creches no Brasil: até onde caminhou o compromisso com a igualdade de gênero? In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Ed.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

MOTTA, Alda Britto. Gênero, família e fases do ciclo de vida. **Caderno CRH**, Salvador, BA, n. 29, p. 13–20, 1998.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. New York, NY: Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Gender statistics: time use**. New York, NY, EUA: Organização das Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/timeuse/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS 2016)**. New York, NY: Organização das Nações Unidas, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Guide to producing statistics on time use: measuring paid and unpaid work**. New York, NY: Organização das Nações Unidas, 2005. Disponível em: [https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF%5C\\_93E.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF%5C_93E.pdf). Acesso em: 5 mai. 2020.

NIETO, Mercedes Pedrero. Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo. In: GARCIA, B.; PACHECO, E. (Ed.). **Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México**. 1. ed. México, DF: Centro de estudios demográficos, urbanos y ambientales, 2014.

OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino de. Algumas notas sobre o “Ciclo Vital” como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG, 1980. p. 617–642.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, N.; ARAUJO, C. (Ed.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2016.

R CORE TEAM. **R: a language and environment for statistical computing**. Vienna, Austria, 2019. Disponível em: <https://www.R-project.org/>.

RIBEIRO, Lilian Lopes. **Uma nova abordagem para a pobreza no Brasil: uma medida de bem estar através da privação de tempo**. 2012. 77 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012.

SOARES, Cristiane. As potencialidades da PNAD Contínua para os estudos de gênero: o que há de novo nas análises de afazeres e cuidados? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., Poços de Caldas, MG. **Anais...** Poços de Caldas, MG, 2018.

SOARES, Cristiane; SABOIA, Ana Lucia. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2001 e 2005**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2007. (Textos para Discussão, 21).

URAKAWA, Kunio; WANG, Wei; ALAM, Masrul. Empirical analysis of time poverty and health-related activities in Japan. **Journal of Family and Economic Issues**, 2020. DOI: 10.1007/s10834-020-09671-2.

VEIGA, Roberta Mattos. **Desigualdades de gênero no trabalho doméstico não remunerado no Brasil: um estudo sobre o uso do tempo**. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

VICKERY, Clair. The time-poor: a new look at poverty. **The Journal of Human Resources**, Madison, v. 12, n. 1, p. 27–48, 1977. DOI: 10.2307/145597.

WAJNMANN, Simone. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. 161 f. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

WILLIAMS, Jason R.; MASUDA, Yuta J.; TALLIS, Heather. A measure whose time has come: formalizing time poverty. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 128, p. 265–283, 2016. DOI: 10.1007/s11205-015-1029-z.

ZHAI, Fuhua; GAO, Qin; WANG, Xiaoran. Education and gender gap in couples' time use: evidence from China. **Journal of Asian Public Policy**, New York, NY, 2019. DOI: 10.1080/17516234.2019.1632018.

ZILANAWALA, Afshin. Women's time poverty and family structure: Differences by parenthood and employment. **Journal of Family Issues**, v. 37, n. 3, p. 369–392, 2016. DOI: 10.1177/0192513X14542432.

ZUZANEK, Jiri. Time Use, Time Pressure, Personal Stress, Mental Health, and Life Satisfaction from a Life Cycle Perspective. **Journal of Occupational Science**, v. 5, n. 1, p. 26–39, 1998. DOI: 10.1080/14427591.1998.9686432.

ZUZANEK, Jiri; SMALE, Brian J. A. Life-cycle and across-the-week allocation of time to daily activities. In: PENTLAND, Wendy E. et al. (Ed.). **Time use research in Social Sciences**. New York, NY: Kluwer Academic Publishers, 2002. cap. 6.